



Universidade Católica Dom Bosco  
Instituição Universitária Salesiana

# INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



V. 3 N. 4 Março 2002



# Universidade Católica Dom Bosco

**Reitor**  
Pe. José Marinoni  
**Pró-Reitor Acadêmico**  
Pe. Jair Marques de Araújo  
**Pró-Reitor Administrativo**  
Pe. Giulio Boffi

**Editora UCDB**  
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário  
79117-900 Campo Grande-MS  
Fone: (67) 312-3373 Fax: (67) 312-3302  
e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora  
**Direção:** Heitor Romero Marques

---

## INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

### Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat  
Emília Mariko Kashimoto  
Lúcia Salsa Corrêa  
Marcelo Marinho  
Regina Sueiro de Figueiredo

### Editor Responsável

Marcelo Marinho

### Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

### Editoração Eletrônica

Rosilange de Almeida

### Abstracts

Barbara Ann Newman

### Resúmenes

Mari Neli Dória

### Revisão de Texto

Os próprios autores

### Capa

Marcelo Marinho (projeto e fotografia)

### Tiragem

1.000 exemplares

### Distribuição

Bibliotecas universitárias

### Conselho Editorial

Adyr Balastri Rodrigues (USP)  
Alberto Palombo (Florida Atlantic University)  
Alicia Rivero (SERCAL)  
Amália Ines Geraiges de Lemos (USP)  
Aurora García Ballesteros (Universidad Complutense de Madrid)  
Cezar Augusto Benevides (UFMS)  
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)  
Dorivaldo Walmor Poletto (PUCRS)  
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA)  
Evaldo Gaeta Espíndola (USP)  
Everson Alves Miranda (UNICAMP)  
Javier Gutiérrez Puebla (Universidad Complutense de Madrid)  
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)  
Leila Christina Dias (UFSC)  
Marcel Bursztyn (UNB)  
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)  
Maria do Carmo Zinato (Florida Center for Environmental Studies)  
Maria Helena Vallon (UFMS)  
Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP)  
Marília Luiza Peluso (UNB)  
Mário César Leite (UFMT)  
Marisa Bittar (UFSCar)  
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (UCC)  
Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)  
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)  
Miguel Panadero Moya (Universidad de Castilla - La Mancha)  
Nilo Odalia (UNESP)  
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)  
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)  
Rosa Esther Rossini (USP)  
Sérgio Granemann (UCB)  
Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

### Conselheiro fundador

Milton Santos (*in memoriam*)

---

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,  
n. 4 (Março 2002). Campo Grande: UCDB, 2002.

72 p. V. 3

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

---

Cecilia Luna  
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. Revista indexada em  
GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais.  
Universidade Estadual de Maringá - DGE (www.dge.uem.br/geodados)

# Editorial

---

*Interações*, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, chega a seu quarto número com muitos motivos para comemorar.

O primeiro deles seria o crescimento do número de colaboradores e do interesse internacional por essa publicação, fato que contribui para a manutenção dos padrões científicos desse periódico. Assim, o número quatro de *Interações* traz trabalhos desenvolvidos em três continentes, pois aqui se encontram textos enviados do Chile, da Austrália, de Portugal, da Suíça e da Alemanha (resultante de pesquisas realizadas na Nicarágua), além dos textos produzidos no Brasil.

A diversidade de abordagens dos temas relacionados ao Desenvolvimento Local também demonstra a grande potencialidade dessa nova perspectiva social em que as comunidades tomam suas relações internas (culturais, organizacionais, produtivas, econômicas) como seu próprio objeto de aprimoramento.

Assim, Denis Maillat analisa a existência de vários tipos de sistemas territoriais de produção, cujas capacidades de adaptação à globalização são distintas entre si. Com base na noção de “Meio Inovador” (nascida como “Milieu Innovateur” e adotada pelos anglosaxões como “Innovative Milieu”), Maillat discute a capacidade dos sistemas territoriais de produção em relação à introdução de processos endógenos de desenvolvimento e à adaptação à competitividade global.

João Ferrão, por sua vez, estuda o papel crescente que a inovação desempenha como motor de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, defendendo que, nesse contexto, os processos de inovação resultam de processos interativos de aprendizagem coletiva, com o envolvimento de diferentes agentes e tipos de conhecimento de origem e natureza igualmente diversificadas. A capacidade de inovar depende, assim, não só das características dos vários agentes, mas também dos “meios” onde estes se localizam ou desenvolvem as suas atividades. Ferrão introduz o

conceito de “gestão de trajetórias territoriais de inovação” em suas reflexões, e considera que tal conceito pode constituir um importante instrumento para a qualificação sustentada da capacidade coletiva de inovação.

Por outro lado, Paulo Tarso Vilela de Resende serve-se do conceito de “cluster” para analisar as cadeias produtivas e as formas de agregação de valor aos produtos no próprio local de produção. Para Resende, a colocação dos produtos nos mercados consumidores pode trazer resultados significativos para a competitividade sustentada, a partir do momento em que é criado um elo de ligação entre o produto e o *supply chain* a ele conectado. Resende analisa as relações entre a logística integrada de distribuição de produtos e o processo de clusterização em áreas de produção.

Nessa perspectiva, Emilia Kashimoto, Marcelo Marinho e Ivan Russeff tecem reflexões acerca do desenvolvimento local de uma determinada comunidade – auto-identificada, em essência, por referências culturais e ambientais –, com base no pressuposto de que desenvolvimento implica, necessariamente, melhoria da qualidade de vida dessa população. Para os autores, a cultura, ao invés de um obstáculo ao progresso, emerge como manancial de inusitadas experiências e de evidente sabedoria locais, diretrizes úteis à criação coletiva e compartilhada de uma vida melhor.

Antonio Elizalde, por outra vertente, discute os conceitos de Sociedade Civil e de Terceiro Setor, e apresenta um conjunto de dados que permitem definir a enorme desigualdade como o principal problema das sociedades atuais. Elizalde sustenta a necessidade de uma profunda mudança cultural que conduza a uma sociedade na qual todos os seres humanos estejam incluídos, e na qual haja respeito e reverência a todas as formas de vida.

Rodrigo Studart Corrêa analisa os argumentos que defendem o controle populacional como a melhor solução para os maiores

problemas ambientais do planeta, e conclui, na vertente oposta, que o “espaço ecológico” ocupado pelas sociedades ricas do Norte é muito maior do que o das sociedades pobres do Sul.

Também pelo viés científico que prima pela conservação do planeta, Antonia Railda Roel sustenta que a industrialização da agricultura ocasiona diminuição dos lucros das atividades agrícolas, desastres ambientais, exclusão do homem do campo e produção de alimentos com resíduos nocivos à saúde humana. Roel afirma que a agroecologia resguarda o ambiente de agressões, produz alimentos sem contaminantes, diminui os custos de produção, aumenta a oferta de emprego e evita, assim, o êxodo rural. Em outras palavras, a agroecologia permite o desenvolvimento sustentável em regiões que passam por sérios problemas sociais.

Sob essa óptica, Alicia Rivero apresenta uma instigante entrevista realizada, na Nicarágua, com Mayra Pineda, responsável

por um organismo que sustenta o empoderamento (“empowerment”) feminino como forma de desenvolvimento em escala humana. Esse organismo – “Xochilt Acalt” – ocupa-se de assuntos relativos a Saúde, Planificação Familiar, Educação Sexual, Direitos Humanos e Cidadania, além de impulsionar e apoiar tecnicamente a produção agrícola ecológica, a legalização de terras e de estabelecimentos agrícolas em benefício das mulheres, conjunto de atitudes que fortalece o papel da mulher em meio à sua comunidade.

Por fim, vale sublinhar mais uma vez que *Interações*, órgão de divulgação científica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco – programa recomendado pela CAPES e credenciado pelo MEC – solicita que todos os pesquisadores interessados pelo tema do Desenvolvimento enviem trabalhos inéditos para publicação neste veículo distribuído nacional e internacionalmente, entre instituições universitárias e organismos de pesquisa.

# Índice

---

## Artigos

- Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção ..... 9  
Denis Maillat
- Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajectórias territoriais de inovação ..... 17  
João Ferrão
- Equilíbrio gravitacional entre a logística integrada e o processo de clusterização – a  
experiência do case de grãos do oeste da Bahia, Brasil ..... 27  
Paulo Tarso Vilela de Resende
- Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em  
desenvolvimento ..... 35  
Emília Mariko Kashimoto, Marcelo Marinho e Ivan Russeff
- Sociedad civil y tercer sector, inclusión y exclusión en un mundo g-localizado.  
Fragmentos y retazos de un modelo para armar ..... 43  
Antonio Elizalde
- O espaço ecológico das populações no desenvolvimento global ..... 51  
Rodrigo Studart Corrêa
- A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura ..... 57  
Antonia Railda Roel

## Entrevista

- Desarrollo Local desde el punto de vista de las mujeres de Malpaisillo, Nicaragua ..... 65  
Entrevista concedida a Alicia Rivero por Mayra Pineda



# Artigos

---





**Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção**  
*Globalization, innovative milieu and territorial systems of production*  
Globalización, medio innovador y sistemas territoriales de producción

Denis Maillat  
Université de Neuchâtel

Contato: [messagerie.irer@unine.ch](mailto:messagerie.irer@unine.ch)

---

**Resumo:** A globalização colocou em evidência a importância dos territórios. Neste artigo, mostramos a existência de vários tipos de sistemas territoriais de produção e que suas capacidades de adaptação não são idênticas. Estas são de fato acionadas por lógicas diversas. Os sistemas territoriais de produção animados por um meio inovador parecem ser mais aptos a introduzir processos endógenos de desenvolvimento e de se adaptar à competitividade global.

**Palavras-chave:** sistema de produção; inovação; meio inovador.

**Abstract:** Globalization has underlined the importance of territories. In this article, the existence of various types of territorial systems of production is shown and that their ability to adapt is not identical. These are in fact activated by diverse logical processes. Territorial systems of production stimulated by innovative means seem to be more apt to introduce endogenous processes of development and to adapt to global competition.

**Key words:** production system; innovation; innovative milieu.

**Resumen:** La globalización puso en evidencia la importancia de los territorios. En este artículo, enseñamos la existencia de varios tipos de sistemas territoriales de producción y que sus capacidades de adaptación no son idênticas. Estas son realmente accionadas por lógicas diversas. Los sistemas territoriales de producción animados por un medio innovador parecen ser más aptos a introducir procesos endógenos de desarrollo y de adaptarse a la competitividad global.

**Palabras claves:** sistema de producción; innovación; medio innovador.

---

## Globalização e territorialização

De modo geral, as análises do fenômeno da globalização levam a dois tipos opostos de conclusões. Para alguns autores, a globalização da atividade econômica compromete a autonomia e identidade das regiões e das nações (Castells, 1993; Harvey, 1989; O'Brien, 1992; Ohmae, 1996; Reich, 1991). Para outros autores, ao contrário, o fenômeno da globalização faz emergir o quadro local e o valoriza, pois é na escala local que as formas de organização produtiva ancoradas no território e inseridas na escala global são colocadas no lugar. Nessa perspectiva, o local subentende o global através de um processo de territorialização (Perrin, 1983; Scott, 1986; Gilly, 1987; Crevoisier et Maillat, 1989; Colletis et al., 1990). Assim, os exemplos das ditas regiões "ganhadoras" atestam a importância dos fenômenos de territorialização como elementos determinantes da competitividade dos sistemas territoriais de produção (Benko et Lipietz, 1992).

No quadro da globalização, os sistemas territoriais de produção devem fazer frente a uma dupla problemática. De um lado, a desregulação dos intercâmbios, levada a efeito no quadro dos acordos da OMC e da integração regional torna menos eficazes e efetivas as proteções nacionais cujos sistemas territoriais de produção tenham sido beneficiados até o presente momento. A intensidade

crescente das trocas originárias dessa abertura leva os sistemas de produção a se reposicionarem, tanto no mercado nacional, que infelizmente não é mais protegido, como sobre o mercado internacional, agora mais aberto. De outro lado, a organização espacial das atividades econômicas modifica-se. Para certos analistas, caminhamos em direção a uma economia de arquipélago, para outros, assistimos ao desenvolvimento de um mosaico de sistemas territoriais de produções especializadas.

O modelo de economia de arquipélago partiu do modelo tradicional de centro-periferia (Veltz, 1996; Rallet, 2000). Esquemáticamente, observa-se o desenvolvimento de uma rede global composta de grandes centros urbanos que, além de constituir em importantes lugares de vida política, financeira e cultural, tendem a reagrupar um certo número de funções terciárias associadas aos processos de produção (finanças, desenho, serviços jurídicos etc). Esse fenômeno de reagrupamento espacial de atividades de serviços às empresas não deixa de trazer conseqüências para os sistemas territoriais de produção que perdem, por essa razão, uma parte de sua autonomia. Pensa-se notadamente em colocar sob tutela os setores financeiros locais. Nesse contexto "o não desenvolvimento de uma zona não é mais atribuído à sua inscrição na órbita de um pólo, mas à sua desconexão da economia de arquipélago" (Rallet, 2000, p. 40).

O modelo do mosaico de sistemas territoriais de produção está associado ao desenvolvimento do pós-fordismo e àquele das tecnologias de informação, que engendram uma organização produtiva mais flexível. Fala-se voluntariamente de um novo paradigma tecnológico pós-fordista, segundo o qual o sistema produtivo global tende a se estruturar como um “mosaico de sistemas locais flexíveis, especializados e auto-regulados, mantendo entre eles relações de troca no seio de redes complexas” (OCDE, 1993, p. 22) (Storper, 1992; Piore et Sabel, 1984). Neste modelo, as unidades de produção reagrupam em um mesmo lugar vários segmentos de funções de produção (concepção, desenvolvimento, manutenção, por exemplo). Elas dispõem da autonomia necessária à organização e à gestão de suas relações com as outras unidades de seu meio ambiente territorial. Esse último é, portanto, utilizado como um componente sobre o qual a empresa atua, notadamente, para desenvolver relações mercantis e não mercantis com outras empresas ou outros atores econômicos. Nesse modelo, a localização das atividades não é mais fundada sobre a simples utilização de recursos locais pré-existentes, mas sobre a inserção do estabelecimento no seu meio ambiente de implantação, para aí estabelecer relações de colaboração e contribuir assim para o seu enriquecimento e desenvolvimento em recursos específicos (Maillat, 1998). Assim, paralelamente ao desenvolvimento da rede global e da abertura dos mercados, surge uma nova repartição espacial dos sistemas territoriais de produção. Concretamente isso significa que “cada região rivaliza-se com todas as outras no plano dos custos, da gama de produtos e de sua qualidade” (OCDE, 1995, p. 10).

Por outro lado, não se pode negligenciar o fato de certas regiões tornarem-se muito mais atrativas que outras, em razão da importância crescente que tomam as novas tecnologias de informação e de comunicação. Com efeito, a presença de infra-estruturas de telecomunicação tende a constituir uma vantagem específica para os territórios particularmente bem equipados. Pode-se mesmo defender a idéia de que “existe uma concorrência informal potencial entre os territórios e as redes” (Thepaut e Le Goff, 2000, p. 5). Essa tendência poderia ir se acentuando na medida em que o

equipamento em infra-estruturas de telecomunicações fosse logo saindo da alçada dos poderes públicos (privatização obrigatória). Corre-se o risco então, de ver as diferenças aprofundarem-se entre as regiões que concentrarão as infra-estruturas de ponta e as que serão pior equipadas.

Enfim, o processo de globalização caracteriza-se pelo desenvolvimento de redes mundiais de grandes empresas que se distinguem pela importância dos investimentos diretos e transações que elas efetuam em escala mundial, assim como pela prática crescente de acordos de cooperação, notadamente no domínio da pesquisa e do desenvolvimento (OCDE, 1995). Nesse sentido, a organização produtiva depende cada vez mais de regras próprias dos grupos. Os efeitos desse fenômeno para as economias locais acabam sendo contrastantes. Ao mesmo tempo em que essa evolução pode significar chance para algumas dessas economias locais se posicionarem num mercado mais vasto e melhorar sua competitividade, pode também transformar-se em ameaça para as outras que forem excluídas do campo de interesse dos grupos (Kiyonari, 1995).

Em definitivo, qualquer que seja o modelo de referência que se adote, ele deve resultar em regiões perdedoras, excluídas e que ficam submissas ao modelo centro-periferia, e regiões ganhadoras, que formam os elementos ativos do sistema econômico e participam da nova recomposição territorial. É, pois, importante caracterizar os sistemas territoriais de produção afim de determinar suas capacidades de adaptação.

### **Tipologia de sistemas territoriais de produção**

Pode-se caracterizar as formas de organização dos sistemas territoriais de produção baseando-se sobre duas lógicas principais: a lógica funcional e a lógica territorial. As empresas que atuam segundo a lógica funcional são organizadas de maneira hierárquica, vertical (as decisões originam-se da direção central). Elas repartem geograficamente suas diferentes funções (concepção, produção, venda etc...) de maneira a diminuir os custos de produção (custo de mão-de-obra, custo de transportes, nível de fiscalização, subvenções acordadas, etc.). O território de

implantação não é para elas senão um suporte, um lugar de passagem: elas não se inserem nele. O território desempenha apenas um papel passivo. Ao contrário, a lógica territorial implica um elo forte entre as empresas e o território de implantação. A lógica territorial tem por objetivo a territorialização da empresa, ou seja, sua inserção no sistema territorial de produção. Nesse caso, as empresas são organizadas em rede (cluster), de modo horizontal, com o meio orquestrando o sistema (Maillat, 1998). Elas mantêm relações de cooperação/concorrência, gerando sinergias e complementaridades necessárias ao seu funcionamento. O território desempenha um papel ativo, as empresas são enraizadas e contribuem para o seu enriquecimento.

Podemos com ajuda das características dessas duas lógicas opostas, identificar tipos de sistemas territoriais de produção. Na ocorrência, para estabelecer nossa tipologia, temos nos servido de dois critérios (figura 1). O primeiro apóia-se no grau de integração da cadeia de valor agregado: relaciona-se à empresa situada na região e ao grau de integração das diversas atividades que contribuem para a produção de um bem (Porter, 1993). Essas atividades podem ser integradas totalmente ou parcialmente numa empresa, ou serem repartidas entre várias empresas que também estejam estabelecidas na região. Esse critério permite verificar uma diferença entre os sistemas territoriais de produção caracterizados pela presença de grandes empresas que concentram diversas atividades produtivas (pesquisa, desenvolvimento, produção, venda) de sistemas compostos de empresas isoladas ou de sucursais de grandes empresas. O segundo critério inclui a intensidade de relações de troca entre empresas na região. Ele representa as complementaridades e as inter-relações de natureza horizontal que se estabelecem entre os diferentes atores (empresas, organismos de pesquisa) (Camagni, 1991, Maillat et Perrin, 1992; Maillat, Crevoisier e Lecoq, 1994). Ele permite ainda distinguir os sistemas territoriais de produção nos quais existe uma dinâmica de interação de sistemas em que não aparece complementaridade ou interdependência entre os atores.

A tipologia é construída colocando-se, de um lado, a presença ou ausência de

relações de trocas intervindo na região e, de outro lado, a presença ou ausência de integração interna (na empresa) na cadeia de valor agregado da região. Obtemos quatro diferentes tipos de sistemas territoriais de produção (figura 1).

**Situação A: ausência de integração e de territorialização.** O caso corresponde aos sistemas nos quais as empresas agem de maneira independente, ou seja, sem tecer os elos entre si, na região. Não há relações entre firmas. Diz respeito tipicamente a sucursais de grandes empresas fordistas implantadas numa região e dependentes de uma hierarquia situada no exterior da região ou, então, de pequenas empresas isoladas. Esse tipo de organização não favorece o desenvolvimento endógeno porque não engendra processos de aprendizagem coletiva na região, não desenvolvendo os recursos específicos do território. O território não é senão o suporte das atividades, desempenhando um papel passivo (Crevoisier, 1996).

**Situação B: presença de integração, ausência de territorialização.** Neste caso, uma grande empresa, situada na região, concentra diferentes funções da cadeia de valor agregado, essenciais à sua atividade, sem manter relações importantes com os outros atores presentes na região. Tudo é produzido pela empresa, desde a concepção ao condicionamento. Todas as funções são internalizadas, não existe complementaridade com outros atores. Uma dada empresa impõe-se ao território e à região. Ela exerce uma forma de poder sobre a região e desta maneira a transforma no seu projeto, excluindo, se possível, os concorrentes e desenvolvendo ela mesma, as atividades que lhes são úteis (centro de formação, especialmente locais de lazer). Trata-se de caso típico de empresas introvertidas ou paternalistas. Se bem que tais empresas podem estar ligadas (freqüentemente por razões históricas) à região, seu deslocamento ou seu desaparecimento não está excluído, tanto no caso de a região não oferecer mais vantagens suficientes, como no caso de um mau gerenciamento da empresa. Esse tipo de sistema de produção não será favorável ao desenvolvimento endógeno da região caso ela seja muito ligada ao destino dessa empresa.

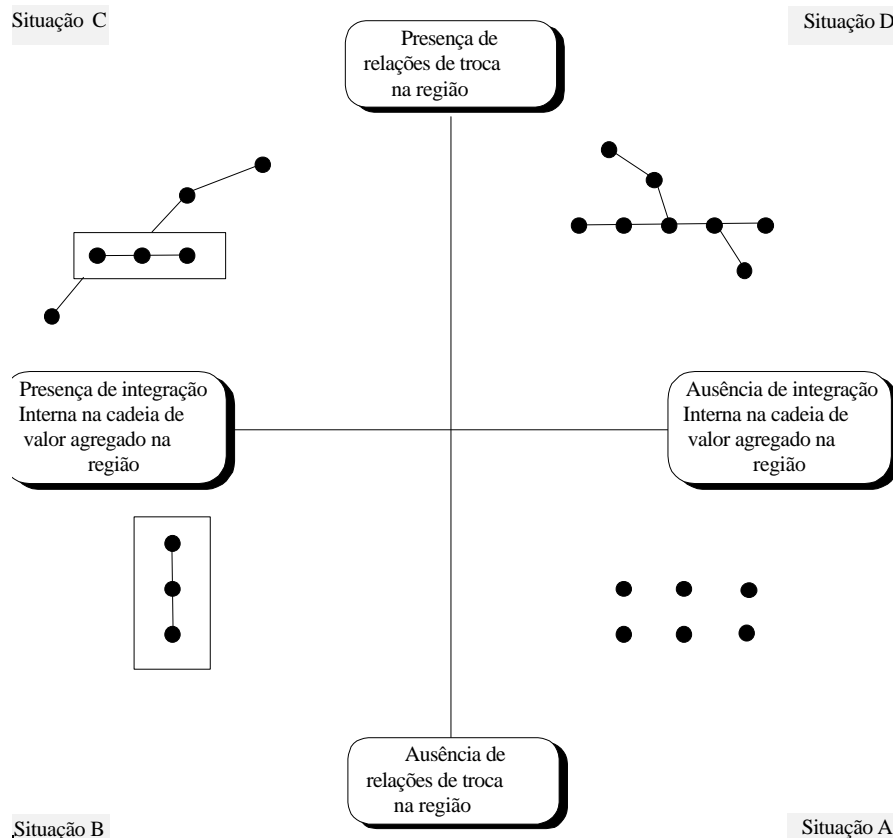
**Situação C: presença de integração com**

**territorialização.** Trata-se de um sistema territorial de produção em que figura uma empresa dominante que lidera o conjunto da cadeia de valor agregado, mas que mantém relações com outros atores da região. Pela externalização de certas atividades, uma dada empresa suscita interdependências e manifesta sua inserção no território. Os efeitos desse tipo de organização, em termos de desenvolvimento, dependem fortemente da natureza de relações ligando a empresa e seus parceiros, ou melhor dizendo, da presença ou ausência do efeito meio. A presença deste significa que a empresa e seus parceiros cooperam e geram complementaridade (troca de conhecimentos, de competências, de tecnologias). Em suma, os parceiros da grande empresa não dependem dela, frequentemente cooperam também entre si. Ao participar das relações de trocas com outros atores, a grande empresa manifesta sua ancoragem no território. Ela constitui com os outros parceiros, redes de interdependência que obedecem à regras ou aos códigos constituídos pelo meio. Em razão da inserção territorial das empresas que o compõem, o

sistema coloca em marcha processos de desenvolvimento endógeno.

**Situação D: ausência de integração com territorialização.** Esse caso corresponde aos sistemas territoriais de produção compostos de pequenas empresas independentes e especializadas, pertencendo a uma "filière" ou a uma parte da "filière" de produção, que mantém numerosas relações. Em tal sistema, as interações entre os diferentes atores são reguladas. Não existe ator dominante integrando os diferentes estágios da cadeia de valor agregado. São mecanismos de concorrência-cooperação entre os atores complementares que asseguram a coerência do conjunto e é o meio que organiza o sistema. Esse tipo de sistema tira suas forças das complementaridades existentes entre as empresas, mas pode ser entravada no seu desenvolvimento, em função de lacunas na cadeia de valor agregado (falta de relações com o mercado, lacunas no nível da pesquisa). Esse sistema territorial de produção apresenta pois, uma autonomia relativa, mas dispõe, ao menos, de capacidades endógenas de desenvolvimento.

**Figura 1: Tipologia dos sistemas territoriais de produção**



**INTERAÇÕES**

## Evolução dos sistemas territoriais de produção

A tipologia da figura 1 apresenta quatro tipos de sistemas territoriais de produção. Os sistemas se articulam, como temos observado, em torno de duas lógicas, uma funcional e outra territorial. As empresas que funcionam segundo a lógica funcional (caso A e B) são organizadas de modo hierárquico, vertical (tudo se decide no nível de uma direção central). Nesses sistemas, as empresas mantêm relações com o exterior, mas no nível local, elas tecem pouco ou então não tecem relações com os outros atores. De fato, a lógica funcional prima sobre a lógica territorial. Não existe complementaridade entre as empresas, e os recursos específicos não são ativados. A capacidade de desenvolvimento vem do exterior do sistema (desenvolvimento exógeno).

Em troca, os sistemas territoriais de produção que privilegiam os tipos C e D funcionam principalmente segundo a lógica territorial. Com efeito, as empresas têm uma ligação forte com o território. Elas são organizadas em rede e estabelecem entre elas relações do tipo horizontal. O meio constitui o princípio organizador do sistema (Maillat, 1994 e 1998). Existem numerosas cooperações em parceria. O sistema funciona graças a uma multiplicidade de atores complementares e interdependentes movidos por mecanismos endógenos de desenvolvimento. Os sistemas são muito mais autônomos que os dois precedentes, pois as empresas estão ancoradas no território. É, portanto, a partir da lógica territorial que os laços ou as redes são criadas com o exterior e que a inserção na globalização manifesta-se.

Não se pode, entretanto, considerar a posição dos diferentes sistemas de produção de maneira estática. Os sistemas acionados por uma lógica territorial podem passar a uma lógica funcional e inversamente.

Tomemos alguns exemplos. As sucursais das grandes empresas do caso A não são, evidentemente, territorializadas, uma vez que não mantêm relações com outras empresas da região. Entretanto, as circunstâncias podem mudar e algumas grandes empresas à procura de novas competências ou de novas sinergias podem ser levadas a impulsionar

suas sucursais a tecer relações do tipo horizontal. Passamos então do caso A ao caso B.

Do mesmo modo, uma grande empresa, correspondente ao caso B, pode se interessar por externalizar algumas de suas atividades e estabelecer relações com outras empresas da região. Desse modo, sustenta-se pela externalização de atividades, ao mesmo tempo em que a criação de "spin-off" permite reduzir os riscos relacionados ao deslocamento. Mesmo assim, para que os parceiros escapem ao empreendimento da grande empresa, é necessário que o meio se desenvolva. Passamos, assim, do caso B para o caso C.

Se a grande firma do caso C, parcialmente integrada verticalmente, integra-se com vantagens, tanto pela aquisição de seus concorrentes, como pela absorção ou desaparecimento de seus sub-contratados, passamos ao caso B. O efeito meio corre o risco de desaparecer levando a região novamente a uma situação de dependência em relação à grande empresa que, de um dia para o outro, poderá se deslocar para outro local. Trata-se, portanto, de evitar que a grande empresa não lidere sozinha todas as funções da cadeia de valor agregado.

No caso D, o sistema dispõe de uma organização do tipo meio. Entretanto, em razão do porte das empresas, as ligações com os mercados são freqüentemente deficientes. A evolução desejável para esse tipo de sistema territorial de produção é a passagem para uma situação intermediária entre C e D, em que, graças a algumas outras empresas, as conexões com os mercados são melhor asseguradas.

Evidentemente que essas evoluções não se operam automaticamente. Em certos casos, é possível pilotá-las. Tudo depende da capacidade de ação dos atores regionais e de aprendizagens que eles realizaram ou que eles são capazes de adquirir (Maillat e Kébir, 2001). É aqui que intervém o meio.

Meio e capacidade de desenvolvimento dos sistemas territoriais de produção

Os sistemas territoriais de produção animados pelo meio, e freqüentemente constituídos de PME, são particularmente bem integrados na globalização, em função de certas características de organização: interação entre os atores e dinâmica de aprendi-

zagem. Os sistemas são capazes de colocar em marcha uma dinâmica endógena de desenvolvimento mantendo assim mesmo sua coesão (Becattini, 1990; Courlet, 1989; Garofoli, 1992; Planque, 1985; Tödtling, 1994; Maillat, Quévit et Senn, 1993; De Bernardy, 1996). Este sistema é assegurado pelas regras, códigos e rotinas. É a isto que corresponde o meio: um conjunto territorializado regido por normas, regras e valores, que são, ao mesmo tempo, modalidades guiando os comportamentos dos atores e as relações mantidas entre si (Maillat, 1994). De fato, o meio envolve cinco aspectos :

- um conjunto espacial, portanto um espaço geográfico, que não tem fronteiras no sentido específico, mas que apresenta uma certa unidade, traduzida por comportamentos identificáveis e específicos;
- um coletivo de atores (empresas, instituições de pesquisa e de formação, poderes públicos locais, indivíduos qualificados) que devem gozar de relativa independência de decisão e de autonomia na formulação de suas escolhas estratégicas;
- elementos materiais específicos (empresas, infra-estruturas), e também elementos imateriais (competências, regras) e institucionais;
- uma lógica de organização (capacidade de cooperar) que visa utilizar da melhor maneira os recursos criados em comum pelos atores abertos para relacionamentos entre si e interdependentes;
- uma lógica de aprendizagem (capacidade de mudança) que revela a capacidade dos atores de modificar seu comportamento em função das transformações do meio tecnológico e do mercado (Maillat, 1994).

Os sistemas territoriais de produção animados por um meio constituem assim arquétipo, uma forma de organização produtiva territorial «ideal» que permite às redes de empresa, notadamente de PME, inserirem-se no contexto global a partir de uma base local e de processos endógenos de desenvolvimento. Além do mais, esses sistemas, quando capazes de inovar, podem evoluir em função das mudanças, influenciando seu meio institucional, técnico e de mercado. Naturalmente, nem todas as regiões dispõem de sistemas territoriais de produção animados pelos meios inovadores.

## Meios inovadores e redes de inovação

Na problemática da competição global, a capacidade de inovação e a capacidade de gerar conhecimentos e competências suscetíveis de fazer evoluir o sistema territorial de produção são essenciais. Trata-se, portanto, de dar atenção ao processo de inovação e não simplesmente à organização dos recursos produtivos.

Na nossa perspectiva, a inovação é considerada um processo de integração de elementos que determinam e favorecem a dinâmica e transformação do processo do sistema territorial de produção. Quanto ao meio inovador, ele é a organização territorial onde nascem os processos de inovação. Podemos, desde já, definir o meio inovador como um conjunto territorial no qual as interações entre os agentes econômicos desenvolvem-se não só pela aprendizagem que fazem das transações multilaterais as geradoras de externalidades específicas à inovação, como pela convergência das aprendizagens para formas cada vez mais aperfeiçoadas de gestão em comum dos recursos (Maillat, 1994). O meio inovador caracteriza-se pois, pela integração de dinâmicas endógenas e de mudanças provenientes do exterior.

É preciso acrescentar que a dimensão organizacional que caracteriza o processo de inovação num meio manifesta-se pela constituição de redes de inovação (Maillat, Quévit, Senn, 1993).

A rede de inovação participa da idéia que o processo de inovação tem um caráter multifuncional que pressupõe, a partir da ação conjugada de vários atores, uma articulação complexa e não linear de competências específicas e de processo de aquisição de conhecimentos, ao longo de uma cadeia de produção. A rede de inovação constitui assim uma dimensão organizacional necessária para a complexidade da deflagração da inovação. Em razão de suas características, a noção de rede de inovação é inseparável daquela do meio inovador.

O meio inovador participa da constituição de redes de inovação e intervém no seu dinamismo. Ele é, de fato, o contexto apropriado à sua formação, ao seu desenvolvimento e à sua difusão. Reciprocamente, as redes de inovação enriquecem o meio, contribuindo para acrescentar as capacidades criadoras deste meio (Maillat, 1994).

## Conclusão

Neste artigo, mostramos que existem diferentes tipos de sistemas territoriais de produção. Sua capacidade de fazer frente ao processo de globalização é determinado pelas vantagens competitivas com as quais podem contar. Parece que os sistemas são acionados por uma lógica territorial e por um meio, que atribuem à região maiores possibilidades de ação e que lhe permitem manter processos endógenos de desenvolvimento. De fato, esses sistemas dispõem de uma parte dos recursos específicos permitindo-lhes diferenciar-se dos outros sistemas e, por outro lado, de uma capacidade de regulação interna sobre a qual é possível agir dentro do quadro de uma política de desenvolvimento.

Mas, a natureza da organização de um sistema territorial de produção não se decreta. Resulta de processos de aprendizagem que evoluem com o tempo. Um sistema territorial de produção, desse modo, não é estável. As lógicas funcionais e territoriais agem, às vezes, no sentido do reforço de sua coerência, às vezes no sentido da desarticulação. A análise dessas duas dimensões permitem, assim, às autoridades regionais identificar pistas sobre as quais se deseja praticar uma política endógena de desenvolvimento. Os objetivos de uma tal política seriam os de atribuir ao tecido econômico regional propriedades necessárias para um desenvolvimento autônomo, pelo reforço das cadeias de valor agregado, ou o do desenvolvimento das relações entre atores. Entretanto, para ser eficaz, essa política deve ser conduzida por parcerias com os atores do sistema, uma vez que as modalidades de intervenção são dependentes da natureza dos sistemas territoriais de produção.

Texto traduzido por Cleonice Alexandre Le Bourlegat (UCDB).

## Referências bibliográficas

BECATTINI, G. The Marshallian Industrial District as a Socio-Economic Notion. In: PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (ed.). *Industrial Districts and Inter-firms Cooperation in Italy*. Genève: Bureau international du travail, 1990.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (ed.). *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

CAMAGNI, R. *Innovation Networks*. London: GREMI, Belhaven Press, 1991.

CASTELLS, M. The information economy and the new international division of labour. In: CARNOY, M. et al. (ed.), *The New Global Economy in the Information Age*. PA, University Park, 1993.

COLLETIS, G.; COURLET, C.; PECQUEUR, B. *Les systèmes industriels localisés en Europe*. Grenoble: IREPD Publications, 1990.

COURLET, C. Continuité et reproductibilité des systèmes productifs territoriaux italiens. *Revue Internationale PME*, v. 2, n. 2.3, p. 287-301, 1989.

CREVOISIER, O. Développement économique régional et management territorial: grille d'analyse. In: DECOUTÈRE, S.; RUEGG, J.; JOYE, D. (ed.). *Le management territorial*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes, 1996.

CREVOISIER, O.; MAILLAT, D. Milieu, organisation et système de production territorial: vers une nouvelle théorie du développement spatial. *Dossier de l'IRER 24*, Neuchâtel, 1989.

DE BERNARDY, M. *La technopole, une certaine idée de la ville: enquête sur d'étranges attracteurs urbains*. Paris: L'Harmattan, 1996.

GAROFOLI, G. Les systèmes de petites entreprises: un cas paradigmatique de développement endogène. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (ed.). *Les régions qui gagnent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

GILLY, J. P. Espace productifs locaux, politique d'emploi des firmes et transformations du rapport salarial. In: FOURCADE, C. (ed.). *Industrie et régions*. Paris: Economica, 1987, p. 45-53.

HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1989.

KIYONARI, T. The global and the local, présenté dans le cadre de la conférence *Développement local et le changement structurel: une nouvelle perspective d'ajustement et de réforme*. Paris: OCDE, 1995.

JOHANSSON, B.; KARLSSON, C.; STOUGH, R. R. (ed.). *Theories of Endogenous Regional Growth, Lessons for Regional Policies*, p. 255-277.

MAILLAT, D. Comportements spatiaux et milieux innovateurs. In: AURAY, J.-P. et al. (ed.). *Encyclopédie d'économie spatiale. Concepts - comportements - organisations*. Paris: Economica, 1994, p. 255-262.

\_\_\_\_\_. *PME, innovation et développement territorial*. Dossier de l'IRER n. 18, Neuchâtel, IRER, 1998.

\_\_\_\_\_. From the Industrial District to the Innovative Milieu: Contribution to an Analysis of Territorialized Productive Organisations. *Recherches Economiques de Louvain*, v. 64, p. 111-129, 1998.

MAILLAT, D.; PERRIN, J.-C. *Entreprises innovatrices et développement territorial*. Neuchâtel: GREMI, EDES, 1992.

MAILLAT, D.; QUÉVIT, M.; SENN, L. (ed.). *Réseaux d'innovation et milieux innovateurs: un pari pour le développement régional*. Neuchâtel: GREMI, EDES, 1993.

- MAILLAT, D.; CREVOISIER, O.; LECOQ, B. Innovation Networks and Territorial Dynamics: A Tentative Typology. In: JOHANSSON, B.; KARLSSON, C.; WESTIN, L. (ed.). *Patterns of a Network Economy*. Berlin: Springer Verlag, 1994, p. 33-52.
- MAILLAT, D.; KEBIR, L. Learning Region and Territorial Production Systems. In: O'BRIEN, R. (1992). *Global financial integration: the end of geography*. London: The Royal Institute of International Affairs, 2001.
- OCDE. *Développement territorial et changement structurel*. Paris: OCDE, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Economies locales et globalisation*. Paris: OCDE, 1995.
- OHMAE, K. *De l'Etat-nation aux Etats-régions*. Paris: Dunod, 1996.
- PERRIN, J.-C. *La reconversion du Bassin d'Alès*. Aix-en-Provence: CER, 1983.
- PIORE, M.; SABEL, C. *The Second Industrial Divide*. New York: Basic Books, 1984.
- PLANQUE, B. Le développement par les activités à haute technologie et ses répercussions spatiales: L'exemple de la Silicon Valley. *Revue d'économie régionale et urbaine*, n. 5, p. 911-941, 1985.
- PORTER, M. *L'avantage concurrentiel des nations*. Paris: InterEditions, 1993.
- RALLET, A. De la globalisation à la proximité géographique: pour un programme de recherches. In: GILLY, J. P.; TORRE, A. (ed.). *Dynamiques de proximité*, Paris, L'Harmattan, p. 37-57, 2000.
- REICH, R. *L'économie mondialisée*. Paris: Dunod, 1991.
- SCOTT, A. High Technology and Territorial Development: the Rise of the Orange County Complex. *Urban Geography*, n. 7, p. 3-45, 1986.
- STORPER, M. The Limits to Globalization: Technology Districts and International Trade. *Economic Geography*, v. 68, n. 1, p. 60-92, 1992.
- THEPAUT, Y.; LE GOFF, R. Concurrence informationnelle et territoires, présenté dans le XXXVI<sup>e</sup> colloque de l'Association de Science Régionale de Langue Française. Crans-Montana, Crans-Montana, 8 sep. 2000.
- TÖDTLING, F. Regional Networks of High-Technology Firms: the case of the Greater Boston Region. *Technovation*, v. 14, n. 5, p. 323-343, 1994.
- VELTZ, P. *Mondialisation villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.



# Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajectórias territoriais de inovação

*Innovate to develop: the concept of administering territorial innovative trajectories*

Innovar para desarrollar: el concepto de gestión de trayectorias territoriales de innovación

João Ferrão

Universidade de Lisboa

Contato: joao.ferrao@ics.ul.pt

**Resumo:** Este artigo reconhece o papel crescente que a inovação desempenha como motor de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, defendendo que, neste contexto, é particularmente útil recorrer a uma visão sistémica e territorial dos processos de inovação. Ao contrário da visão convencional, que valoriza excessivamente o papel das actividades de I&D, a visão adoptada considera os processos de inovação como o resultado de processos interactivos de aprendizagem colectiva, envolvendo diferentes agentes e tipos de conhecimento de origem e natureza igualmente diversificadas. A capacidade de inovar depende, assim, não só das características dos vários agentes mas também dos “meios” onde estes se localizam ou desenvolvem as suas actividades. Sugere-se, por isso, que o conceito de gestão de trajectórias territoriais de inovação pode constituir um instrumento importante de qualificação sustentada da capacidade colectiva de inovação em regiões com características diferentes.

**Palavras-chave:** Inovação; modelos territoriais de inovação; gestão de trajectórias territoriais de inovação.

**Abstract:** This article recognizes the increasing role that innovation plays as a development motor of contemporary societies, defending that in this context, it is especially useful to fall back on a systemic and territorial view of the process of innovation. To the contrary of the conventional view, which excessively appraises the role of I and D activities, the view adopted considers the processes of innovation as the result of collective learning of interactive processes, involving different agents and types of knowledge of equally diversified origins and nature. The ability to innovate depends in this way, not only on the characteristics of the various agents but also on the “means” where the agents are located or develop their activities. It is suggested, for this reason, that the concept of administering innovative territorial trajectories can constitute an important qualification instrument sustained by collective innovative ability in regions with different characteristics.

**Key words:** Innovation; territorial models of innovation; innovative territorial trajectories.

**Resumen:** Este artículo reconoce el papel creciente que la innovación desempeña como motor de desarrollo de las sociedades contemporâneas, defendiendo que, en este contexto, es particularmente útil recorrer a una visión sistémica y territorial de los procesos de innovación. Al contrario de la visión convencional, que valora excesivamente el papel de las actividades de I&D, la visión adoptada considera los procesos de innovación como resultado del procesos interactivos de aprendizaje colectiva, envolviendo diferentes agentes y tipos de conocimiento de origen y naturaleza igualmente diversificadas. La capacidad de innovar depende, no sólo de las características de los agentes, mas tambien de los “medios” dónde estos se localizan o desarrollan las actividades. Por eso, se aconseja, que el concepto de gestión de trayectoria de innovación puede constituir un instrumento importante de calificación sostenible de la capacidad colectiva de innovación en regiones con características diferentes.

**Palabras claves:** Innovación; modelos territoriales de innovación; gestión de trayectorias territoriales de innovación.

## 1. Inovação: um factor essencial de desenvolvimento

A inovação é hoje por muitos considerada como o factor principal que permite às sociedades e às economias tornarem-se solidamente mais desenvolvidas. A designada “*new growth theory*”, e as críticas por ela proporcionada, vieram, de facto, colocar a inovação no centro de um novo modelo de crescimento económico e de desenvolvimento, em que a capacidade de produzir, disseminar, absorver e recombina conhecimentos ocupa um papel-chave.

Esta maior importância atribuída à inovação foi acompanhada por alterações significativas no que se refere à sua concepção. Por um lado, sublinha-se a natureza sistémica dos processos de criação de conhecimento e de inovação. Por outro lado, releva-se o conceito de proximidade, nas suas várias acepções (geográfica, organizacional, cultural, etc.), como elemento fundamental para a

concretização daquele tipo de processos.

Este último facto é particularmente interessante para as disciplinas preocupadas com questões de âmbito territorial, já que os aspectos relacionados com o “meio envolvente” ou com as “externalidades” ganham uma nova relevância. A imensa bibliografia actualmente disponível sobre “novos espaços industriais”, “meios inovadores”, “regiões inteligentes (*learning regions*)” ou “sistemas regionais de inovação”, atesta bem o vigor e a diversidade interna desta nova perspectiva, mesmo considerando apenas a produção científica que especificamente se inscreve na família dos estudos regionais. Na realidade, se é verdade que existe algum consenso quanto à necessidade de teorizar o conceito de modelo de inovação de base territorial, não é menos certo que as abordagens propostas não raro contrastam entre si pelo modo como valorizam os factores explicativos considerados como mais relevantes.

Não é objectivo deste texto recensear

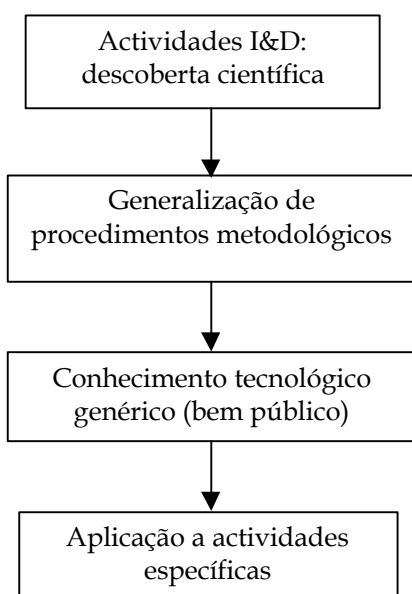
as ideias principais das várias abordagens que, de algum modo, desenvolveram conceitos relacionados com a existência de modelos de inovação de base territorial. Essa análise comparativa tem vindo a ser efectuada por diversos autores, de entre os quais destacaremos Moulaert, Sekia e Boyabé (1999). Os comentários que se seguem visam, de forma mais focalizada, relacionar a visão sistémica e territorializada dos processos de inovação com a ideia de desenvolvimento, através do conceito de gestão de trajectórias territoriais de inovação.

Tendo presente este objectivo, o texto foi organizado em três partes. Na primeira efectua-se uma comparação sucinta entre as concepções convencional (linear) e sistémica de inovação. Na Segunda parte apresentam-se alguns comentários acerca dos diferentes tipos e fontes de conhecimento e, portanto, dos distintos processos de produção de inovação. Finalmente, na última parte, relacionam-se as várias externalidades com realidades territoriais de natureza diversa, introduzindo-se, explicitamente, a ideia de gestão de trajectórias territoriais de inovação.

## 2. As concepções de inovação em confronto

A figura 1 procura sistematizar os elementos que estruturam a concepção convencional de inovação.

**Figura 1: Concepção convencional de inovação**



A inovação surge, neste contexto, associada à ideia de descoberta científica decorrente do normal funcionamento das actividades ditas de investigação e desenvolvimento, praticadas no interior das empresas ou em instituições de investigação ou do ensino superior. Os processos de inovação ocorrem quando, a partir dessa descoberta e da construção de protótipos de natureza experimental, é possível generalizar determinados procedimentos metodológicos que permitem transformar a descoberta num tipo de conhecimento tecnológico genérico, isto é, potencialmente apropriável por qualquer entidade que dela possa retirar benefícios para a actividade que desenvolve.

Esta visão dos processos de inovação é claramente sequencial, hierárquica e descendente. Cada ciclo de inovação inclui, assim, três fases – produção, difusão e adaptação de novos conhecimentos – encadeadas de forma linear e despoletadas a partir de uma origem bem definida, associada ao local da descoberta científica ou à instituição que gere ou promove a sua divulgação.

Face a esta concepção de inovação, a geografia – e a ciência regional, em geral – desenvolveu três tipos principais de estudos:

- padrões de localização das actividades de I&D, visando detectar a existência de disparidades regionais neste domínio;
- mecanismos de difusão espacial das inovações, procurando construir uma teoria geográfica com base em dois grandes tipos de difusão espacial (hierárquica e por contágio);
- relações Universidade/empresas, com o objectivo de averiguar o impacto das instituições de ensino superior e de investigação sobre a capacidade de inovação das empresas localizadas na mesma região.

Diversos estudos realizados em Portugal reflectem bem as virtualidades destas várias linhas de pesquisa (Gaspar, Boura e Jacinto, 1981; Santos 1992 e 1994; Tolda, 1995a; Fonseca, Gaspar e Vale, 1996; Gama, 1998). Em todos eles se associa, ainda que por vezes de forma apenas implícita, a inovação a mecanismos de difusão de, e acesso à, informação.

A visão sistémica da inovação valoriza os processos de criação de novos conhecimentos. Claro que estes processos envolvem

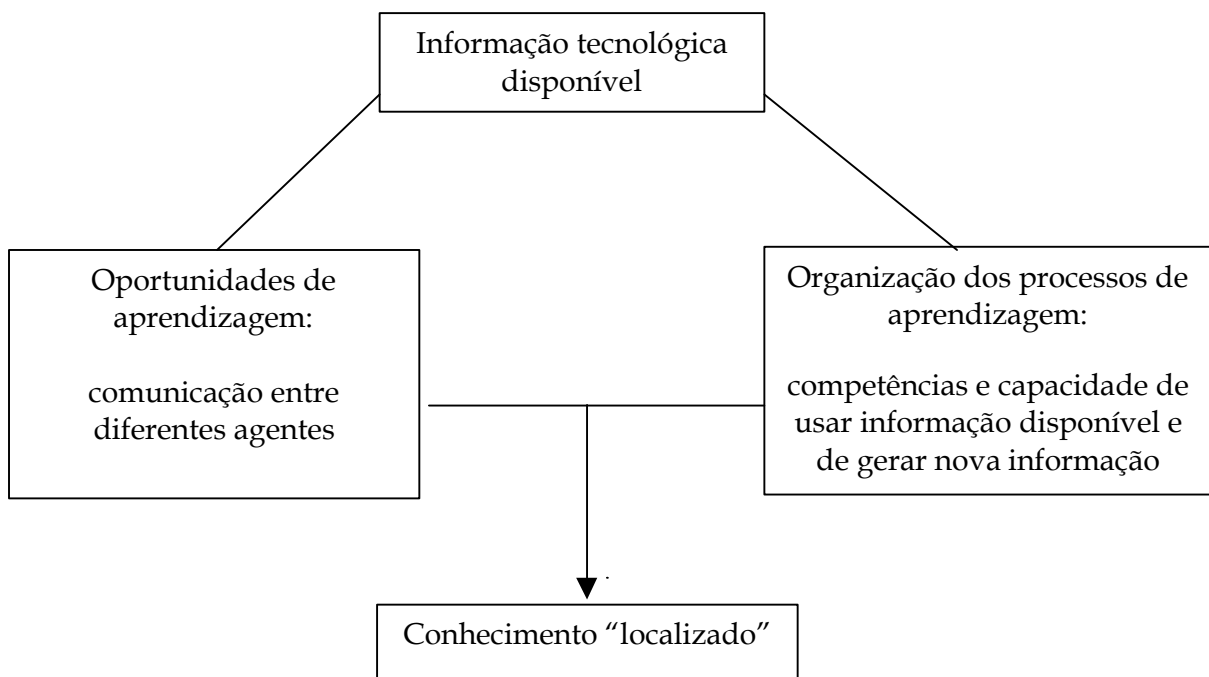
questões relacionadas com a disseminação e transferência de informação. Mas este novo entendimento da inovação coloca a tónica no modo como as organizações conseguem combinar diferentes tipos e fontes de informação e conhecimento, de forma a produzir novos conhecimentos, isto é, a inovar.

A Figura 2 procura sintetizar esta visão mais Schumpeteriana de inovação. De acordo com Antonelli (2000), a produção de novos conhecimentos resulta de uma interacção complexa, que envolve uma multiplicidade maior ou menor de agentes (universidades, instituições de investigação, empresas e outros tipos de organizações) e é condicio-

nada por diversos factores:

- o tipo de informação tecnológica disponível no meio envolvente ou no mercado, que pode revelar disparidades substanciais tanto por domínios como por regiões;
- a qualidade dos canais de comunicação entre os diferentes agentes, que define oportunidades de aprendizagem diversificadas para cada um deles;
- as competências e as capacidades de cada um dos agentes, que condicionam o modo como estes organizam o conhecimento a que acedem ou que produzem em função dos objectivos específicos que prosseguem.

**Figura 2 - Visão sistémica de inovação**



Esta perspectiva considera a inovação como o resultado de processos interactivos de aprendizagem colectiva. Nesta concepção, é tão importante conhecer as características de cada organização como as do meio envolvente, tanto imediato (externalidades de proximidade) como distante. O novo conhecimento produzido com base nos elementos esquematicamente apresentados na Figura 2 é, pois, sempre “localizado”, na medida em que decorre, no essencial, de um sistema de

relações que é possível delimitar, para cada um dos agentes, desenhando o mapa topológico das relações que ele estabelece com outros agentes tendo por objectivo gerar novos conhecimentos, isto é, inovar.

Em muitos casos, uma parte significativa da produção de novos conhecimentos beneficia da existência de externalidades positivas de proximidade: economias de aglomeração, acumulação de competências técnicas específicas ao nível local, implan-

tação de actividades complementares, etc. Foi a constatação deste facto que propiciou o desenvolvimento dos diversos modelos teóricos de inovação de base territorial anteriormente referidos (novos espaços industriais, meio inovador, *learning region*, sistema regional de inovação).

Mas a natureza “localizada” da produção de novos conhecimentos pode assentar em redes de organizações funcionalmente próximas mas geograficamente distantes, normalmente polarizadas por um número restrito de empresas inovadoras ao nível mundial. Nestes casos, o carácter “localizado” do novo conhecimento produzido não implica qualquer delimitação geográfica precisa, baseada na partilha física de um mesmo território, mas antes um sistema de relações no seio do qual circula informação de elevado valor estratégico e se geram inovações.

Dentro desta concepção sistémica de inovação, os processos de criação de novos conhecimentos por parte das organizações são indissociáveis dos “meios” em que estas se inserem, tanto do ponto de vista físico como funcional. As disciplinas que valorizam as dinâmicas territoriais são, assim, chamadas a contribuir para um melhor entendimento do modo como diferentes meios favorecem os processos interactivos de aprendizagem colectiva e, por essa via, a capacidade de inovação por parte das organizações que deles beneficiam.

São vários e diversificados os trabalhos publicados em Portugal que, de forma explícita, adoptam esta perspectiva de inovação. Uma boa parte destas publicações integra-se na tradição do que poderemos designar por estudos sobre sistemas produtivos locais (por exemplo, Reis 1992 e 2000; Costa e Silva, 1995; Lema, 1996; Nicolau e Ferrão, 1999). Um número mais reduzido filia-se na análise dos meios inovadores (Tolda, 1995b; Ferrão, 1997; Feio, 1998), dos novos espaços industriais/parques de ciência e tecnologia (Vedovello, 1997; Ferrão e Feio, 1999), dos sistemas regionais de inovação (Almeida, 1994; Mota Campos e Silva, 1997; Couto, 1998; Tolda, 1998; Santos, 2000) e no conceito de *learning region* (Ferrão, 1996). Mas este é um campo de investigação bastante dinâmico, em que os projectos de investigação em curso e as

dissertações de mestrado e doutoramento em preparação deixam antever um enriquecimento teórico e empírico bastante significativo a muito curto prazo.

### 3. Tipos e fontes de conhecimento<sup>1</sup>

Diversos autores têm vindo a sugerir a necessidade de introduzir uma clara diferenciação entre conhecimento tácito e conhecimento codificado (ver, por exemplo, a síntese efectuada em Maskell e Malmberg, 1999). O primeiro corresponde ao tipo de conhecimento que se produz e acumula de forma implícita como consequência natural dos contactos, das práticas e dos saberes desenvolvidos pelos indivíduos nas suas rotinas diárias de trabalho e lazer. A natureza informal e espontânea deste tipo de conhecimento explica a pouca visibilidade que a bibliografia sobre inovação, sobretudo a de origem económica, lhe tem dado. Estudos do âmbito das ciências sociais, nomeadamente antropológicos e sociológicos, vêm, no entanto, salientando a importância dos processos de construção de memória colectiva e de socialização do conhecimento para o desenvolvimento das diferentes comunidades, embora não estabeleçam uma relação directa com a inovação, tal com esta está aqui a ser considerada.

O segundo tipo de conhecimento, dito codificado, corresponde aos saberes de base científica e tecnológica. Refere-se, assim, ao conhecimento valorizado pela bibliografia que utiliza a concepção convencional de inovação. A intencionalidade da sua produção, a sua natureza tendencialmente generalizável e o seu potencial de comercialização permitem distingui-lo do conhecimento tácito, de carácter espontâneo, mais específico e localmente mais enraizado.

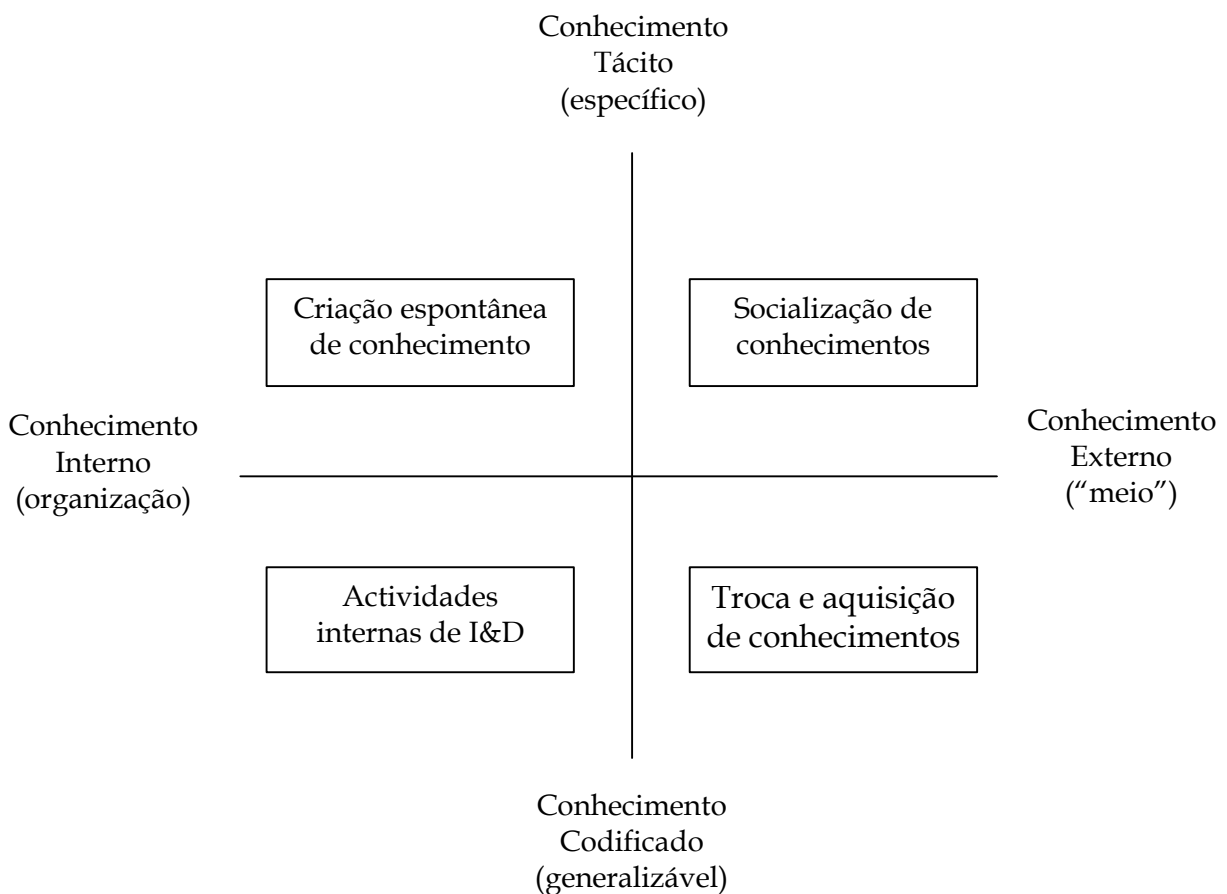
O conhecimento, independentemente de tácito ou codificado, pode ainda ser classificado como interno ou externo, conforme é produzido dentro ou fora da organização que está a ser analisada.

A Figura 3, ao cruzar estas duas oposições – tácito vs. codificado; interno vs. externo – permite identificar quatro fontes principais de novos conhecimentos:

- socialização de conhecimentos (conhecimento tácito externo): inclui todo o tipo de

- mecanismos associados às relações sociais locais que os indivíduos estabelecem entre si, à mobilidade geográfica e sócio-profissional dos trabalhadores e às redes de natureza profissional, que produzem e disseminam conhecimentos, sobretudo ao nível local, apropriável pelas organizações;
- criação espontânea de conhecimentos (conhecimento tácito interno): corresponde aos mecanismos de acumulação incremental de saberes decorrentes de rotinas de repetição e da experiência de base empírica, que proporcionam pequenas alterações e melhorias, quantas vezes não racionalizadas, que são posteriormente incorporadas no funcionamento diário da organização;
  - actividades internas de I&D (conhecimento codificado interno): traduz uma das vias privilegiadas da concepção convencional de inovação, isto é, um forte investimento em recursos físicos, humanos e organizacionais directamente envolvidos em actividades definidas como sendo de investigação e desenvolvimento;
  - troca e aquisição de conhecimentos (conhecimento codificado externo): corresponde ao conjunto de mecanismos que têm como objectivo garantir o acesso a competências e conhecimentos de natureza científica e tecnológica inexistentes no interior da organização, quer numa óptica de mercado (recurso, por exemplo, a empresas de consultoria), quer através de iniciativas de cooperação e de contactos com outras organizações (universidades, laboratórios de investigação, empresas, etc.).

Figura 3 – Tipos e fontes de novos conhecimentos



Uma organização é, potencialmente, tanto mais inovadora quanto maior for a sua capacidade de recombinação, em função dos seus objectivos específicos, conhecimentos provenientes destas diversas fontes. E, por sua vez, a capacidade de beneficiar da multiplicidade de fontes existentes depende dos factores identificados na Figura 2: informação disponível (nomeadamente ao nível local: externalidades de proximidade); qualidade dos canais de comunicação com outras organizações e com a envolvente, em geral; competências internas capazes de absorver selectivamente a informação e o conhecimento a que se tem acesso, dando lugar à criação de novos conhecimentos com o objectivo de produzir bens e serviços de qualidade e competitivos.

Uma análise de base territorial dos processos de inovação procurará averiguar em que medida diferentes meios, caracterizados por condições de socialização e de troca/aquisição de conhecimentos distintos, influenciam, de forma positiva ou negativa, o desenvolvimento de processos interactivos de aprendizagem colectiva. Esta visão sistémica, de base territorial, deverá ser complementada por uma leitura microeconómica, que investigue em que medida o desempenho individual de cada organização reflecte o impacto do meio em que se integra.

### 3. Tipos de externalidades e trajectórias territoriais de inovação

Tendo por base os comentários expostos, e retomando parcialmente alguns contributos recentes de Krugman (1994, 1996), é possível salientar dois tipos de externalidades de proximidade:

- externalidades de comunicação: inclui todo o tipo de interacções não mercantis que se estabelecem entre diferentes agentes por indução da proximidade física, traduzindo o tipo de regras de comportamento, normas sociais e práticas empresariais existentes num dado contexto sócio-cultural; contempla tanto os processos de socialização (conhecimento tácito externo) como as iniciativas de cooperação ou de mera influência interempresarial (componente não mercantil do conhecimento codificado externo);
- externalidades pecuniárias: engloba a aquisição de bens e serviços especializados induzida ou facilitada pela proximidade

física dos diferentes agentes, traduzindo a dimensão e diversificação do mercado local (componente mercantil do conhecimento codificado externo).

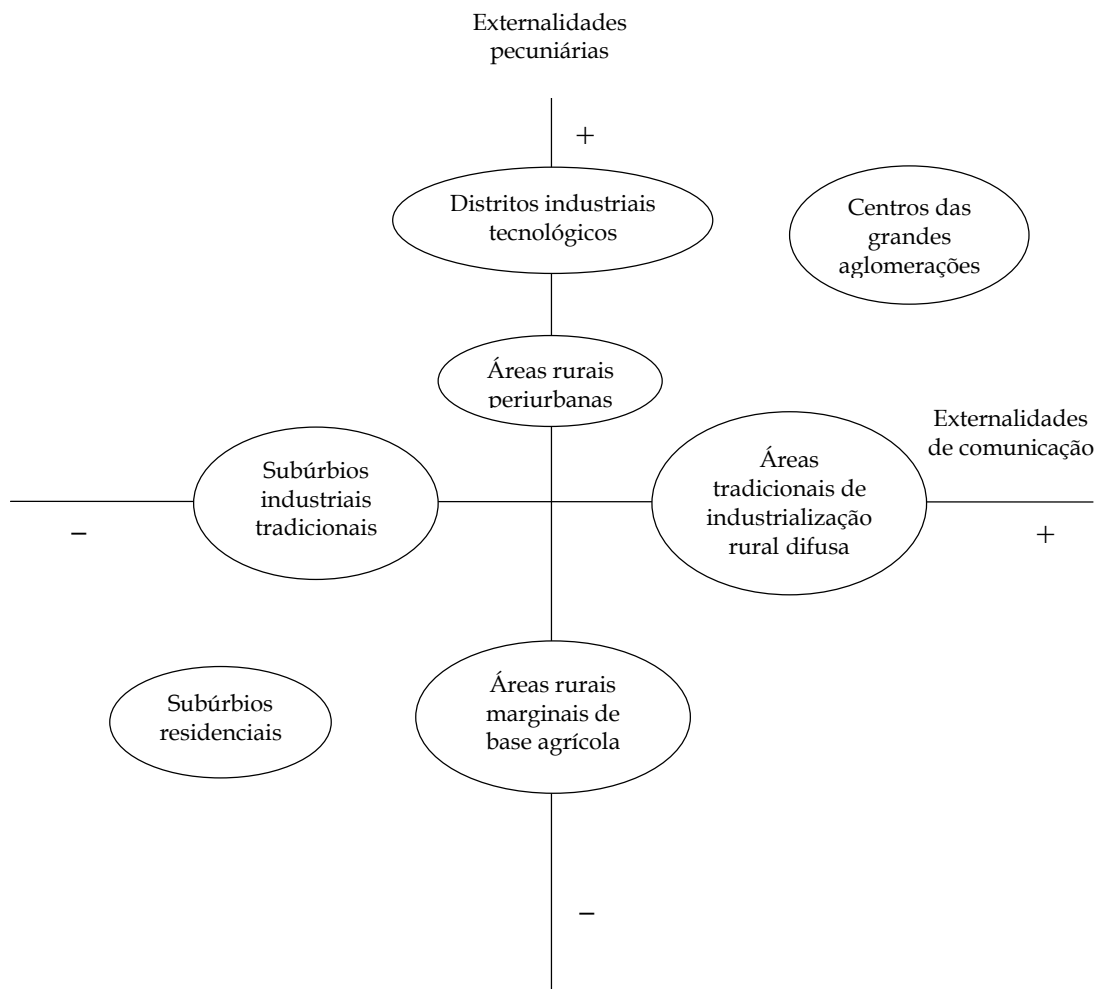
É fácil deduzir que um meio com elevada densidade em ambos os tipos de externalidades se torna potencialmente mais favorável à inovação. Pelo menos teoricamente, é de esperar que, em situações deste tipo, as diferentes organizações possam encontrar na envolvente imediata uma parte significativa da informação e do conhecimento de que necessitam para se tornarem mais inovadoras.

Nem todo o tipo de territórios apresenta, no entanto, condições igualmente favoráveis em termos das externalidades que proporcionam. É justamente essa ideia que se encontra representada na Figura 4, onde se procura posicionar distintas realidades territoriais em função da maior ou menor densidade que evidenciam para cada uma das externalidades de proximidade consideradas.

Os centros das grandes aglomerações urbanas traduzem, como é conhecido, as situações mais favoráveis, já que tanto as externalidades pecuniárias como as externalidades de comunicação tendem a ser bastante ricas. São múltiplos os estudos que confirmam a persistência e mesmo a consolidação de complexos específicos de actividades que encontram no meio urbano as melhores condições para se desenvolverem, dos serviços avançados às empresas do sector financeiro, das “indústrias culturais” (publicidade, *multimedia*, edição e publicações, cinema, música, etc.) às actividades artesanais intensivas em *design* (vestuário, mobiliário, joalheria, etc.) (ver, por exemplo, Philippe, Léo e Boulianne (dir.), 1998, e parte substancial de Benko e Lipietz (dir.), 2000). Em todas estas actividades, a inserção em meio urbano constitui um elemento viabilizador decisivo pelas externalidades de comunicação e pecuniárias que são facilitadas através da proximidade física e do contacto pessoal directo que proporcionam.

As áreas suburbanas exclusivamente residenciais posicionam-se na situação oposta. Neste caso, a ausência de actividades económicas e a deslocação diária dos residentes activos para locais de trabalho mais ou menos distantes impedem o desenvolvimento de externalidades de proximidade positivas, tanto pecuniárias como de comunicação.

Figura 4: Tipos de externalidades e realidades territoriais: alguns exemplos



Entre estes dois extremos, é possível posicionar, de forma indicativa, diferentes tipos de territórios. A Figura 4 pretende ilustrar algumas situações-tipo com base na bibliografia disponível. Os estudos realizados cobrem, no entanto, essas várias realidades de forma muito desigual. De facto, existem múltiplas investigações sobre distritos industriais tecnológicos (parques de ciência e tecnologia, áreas como o Silicon Valley ou a Route 128, etc.) e áreas de industrialização rural difusa, geralmente apresentados como casos de sucesso ou regiões ganhadoras (Benko e Lipietz, 1994). Pelo contrário, os subúrbios industriais tradicionais, as áreas rurais periurbanas ou ainda os espaços rurais marginais de base agrícola têm sido escassamente considerados como objecto de estudo em investigações sobre os processos de inovação, embora a recente preocupação com os “esquecidos” ou as regiões perdedoras

(Hadjimichalis e Sadler, 1995; Benko e Lipietz, 2000) possa indiciar uma inflexão significativa com resultados visíveis nos próximos anos.

A caracterização de diferentes realidades territoriais segundo o tipo de externalidades de proximidade que possuem permite, por sua vez, definir as trajectórias de evolução consideradas como mais adequadas tendo em conta, por um lado, a situação presente (ponto de partida) e, por outro lado, um horizonte estratégico que vise compensar as principais debilidades existentes.

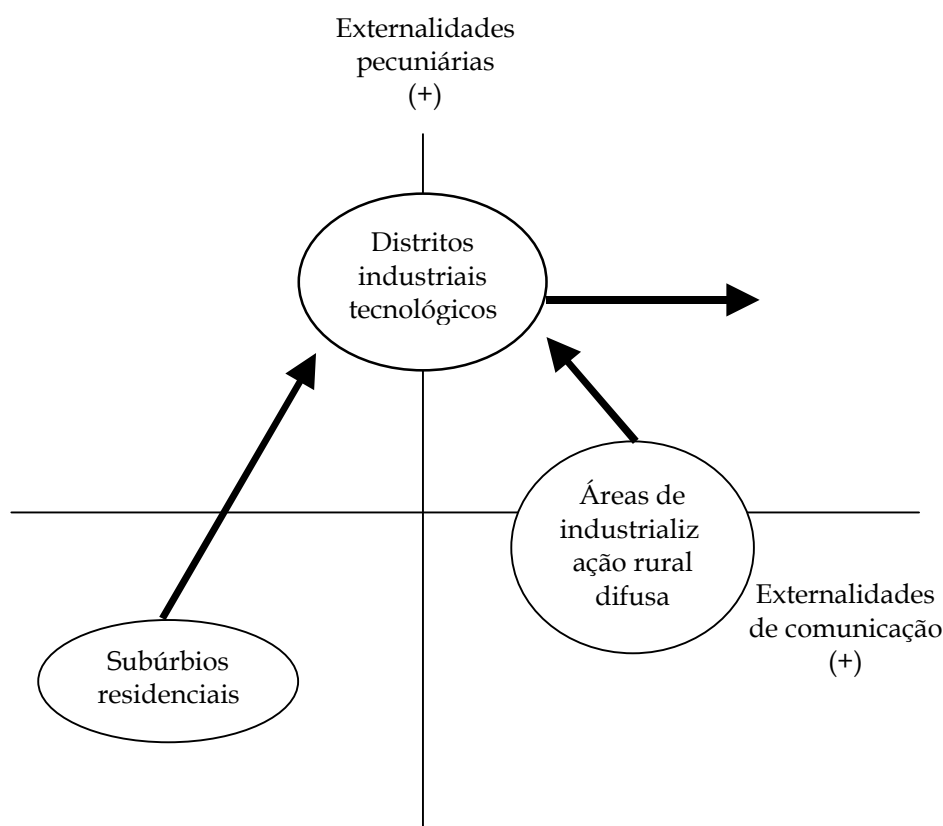
A Figura 5 procura sintetizar a trajectória de evolução a imprimir a três realidades territoriais distintas: distritos industriais tecnológicos (reforço das externalidades de comunicação, com particular relevo para os diferentes mecanismos de socialização de conhecimentos); áreas de industrialização rural difusa (maior aposta nas externalidades pecuniárias, através do alargamento e enriquecimento dos

processos de especialização entre empresas); subúrbios residenciais (introdução de actividades económicas, mesmo que realizadas no domicílio, de forma a estimular alguma complementaridade funcional, nomeadamente ao nível da prestação de serviços intensivos em novas tecnologias de informação e comunicação).

Os exemplos dados procuram salientar a vantagem de se introduzir o conceito de gestão de trajectórias territoriais de inovação

como corolário lógico da visão sistémica e espacial que tende hoje a dominar uma parte significativa da bibliografia de referência sobre inovação. Este conceito poderá fornecer indicações da maior utilidade acerca das políticas públicas e das estratégias institucionais e inter-organizacionais a desenvolver em contextos territoriais específicos, evitando procedimentos uniformes, desenhados, em geral, a partir de situações bem sucedidas mas cuja transferibilidade é, muitas vezes, problemática.

Figura 5



#### 4. Nota conclusiva

A evolução, ocorrida nas duas últimas décadas, da importância e da natureza atribuídas aos processos de inovação tem implicações significativas para todos os que valorizam as dinâmicas territoriais. De facto, esta nova perspectiva, ao colocar a inovação no centro dos factores de desenvolvimento, ao mesmo tempo que lhe atribui uma natureza mais sistémica e espacial, representa um repto muito claro aos estudos regionais: em que medida são os processos interactivos

de aprendizagem colectiva condicionados, positiva ou negativamente, pelas características do meio envolvente?

O texto apresentado procurou responder a esta questão em dois registos analíticos complementares. Em primeiro lugar, apresentando a diferenciação entre vários tipos de conhecimento, de forma a isolar (conhecimento externo vs. interno) e caracterizar (conhecimento tácito vs. codificado) as fontes e os mecanismos de aprendizagem exteriores às organizações e, por isso, dependentes do meio envolvente. Em segundo lugar, propondo



o conceito de gestão de trajectórias territoriais de inovação, com base no modo como diferentes realidades territoriais se posicionam, e podem evoluir, face a distintos tipos de externalidades de proximidade (pecuniárias e de comunicação).

O quadro analítico sugerido deve, agora, ser empiricamente avaliado. Do seu confronto com a realidade, e também com matrizes interpretativas concorrentes, resultará, sem dúvida, um processo interactivo de aprendizagem e inovação que a todos beneficiará.

### Nota

<sup>1</sup> Os comentários que se seguem devem bastante ao debate desenvolvido no âmbito do Projecto INLOCO – *Industrial Districts and Localised Technological Knowledge: The Dynamics of Clustered SMEs Networking*. Este projecto, coordenado pela Fondazione Rosselli (Itália), envolveu instituições de 6 países europeus e beneficiou do apoio da Comunidade Europeia/DG XII (contrato nº SOE1 – CT97 – 1058). Uma parte considerável dos resultados obtidos neste projecto de investigação foi publicada em Antonelli, Cristiano e Ferrão, João (Coord.), 2001.

N.d.A.: Este texto corresponde a uma conferência apresentada na 1ª Reunião sobre “Território e Trajectórias de Desenvolvimento”, organizada pelo Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Coimbra, 2000, e será brevemente publicado nas respectivas Actas.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, António José Sousa. *Sistema regional de inovação*. O caso da Península de Setúbal. Lisboa, 1994. Dissertação (Mestrado) – ISCTE.

ANTONELLI, Cristiano. Hysteresis and innovation in long term regional change. In: CLARK, G. L.; FELDMAN, M.; GERTLER, M. S. (ed.). *The Oxford handbook of economic geography*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ANTONELLI, Cristiano; FERRÃO, João (coord.). *Comunicação, conhecimento colectivo e inovação*. As vantagens da aglomeração geográfica. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (org.). *As regiões ganhadoras*. Distritos e redes, os novos paradigmas da geografia económica. Oeiras: Celta, 1994.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (dir.). *La richesse des régions*. La nouvelle géographie socio-économique. Paris: PUF, 2000.

CAMPOS, Maria Isabel Mota; SILVA, Mário Rui. Política de inovação em regiões industriais atrasadas. comunicação apresentada ao IV Encontro Nacional da APDR, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 1997.

COSTA, José Silva; SILVA, Mário Rui. Inovação e modelo empresarial no Norte Litoral. *Cadernos de Ciências Sociais*, n. 14, p. 5-48, 1995.

COUTO, Alcino Pinto. University-industry-government relations. Some reflections on methodological and policy issues in the context of less favoured regions, comunicação apresentada no V Encontro Nacional da APDR. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998.

FEIO, Paulo Areosa. Aspectos da dinâmica industrial na Região Oeste. A inovação nas estratégias empresariais e a construção de meios inovadores em questão, Actas do Seminário Internacional *Desenvolvimento Industrial e Território*, 1998, p. 59-74.

FERRÃO, João. Educação, sociedade cognitiva e regiões inteligentes: uma articulação promissora. *Inforgeo* – Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos, n. 11, p. 97-104, 1996.

\_\_\_\_\_. Meios inovadores em cidades de média dimensão: uma utopia razoável? In: FERRÃO, João (coord.). *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*. Instituto de Ciências Sociais, 1997, p. 31-51.

FERRÃO, João; FEIO, Paulo. Shall we innovate together? Managing learning-by-communicating expectations in an infant science and technology park. The case of Tagus Park, Lisbon, Portugal. In: FERRÃO, João (coord.) *Three contrasting case-studies on clustering, technological communication and innovation: the Alcanena industrial district, Taguspark and the Autoeuropa system*. Lisboa: EC TSER INLOCO Project report, 1999.

FONSECA, Maria Lucinda; GASPAR, Jorge; VALE, Mário. Innovation, territory and industrial development in Portugal, *Finisterra*, v. 31, n. 62, p. 29-44, 1996.

GAMA, Rui. Sistema de inovação, indústria e território: reflexões tendo por base os Centros Tecnológicos. *Cadernos de Geografia*, n. 17, p. 267-272, 1998.

GASPAR, Jorge; BOURA, Isabel; JACINTO, Rui. Estrutura agrária e inovação na Cova da Beira. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 7/8, p. 513-533, 1981.

HADJIMICHALIS, Costis; SADLER, David (ed.). *Europe at the margins*. New mosaics of inequality. Chichester: Wiley, 1995.

KRUGMAN, Paul. *Development, geography and economic theory*. Cambridge: MIT Press, 1994.

\_\_\_\_\_. *The self-organizing economy*. Oxford: Blackwell, 1996.

LEMA, Paula Bordalo. Tradição e inovação do sistema produtivo local da Marinha Grande. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n. 9, p. 381-390, 1996.

MASKELL, Peter; MALMBERG, Anders. The competitiveness of firms and regions: “ubiquitization” and the importance of localized learning. *European Urban and Regional Studies*, v. 6, n. 1, p. 9-25, 1999.

MOULAERT, Frank; SEKIA, Farid; BOYABÉ, Jean Bernard. *Innovative region, social region?* An alternative view of regional innovation. Lille: Ifrésis, 1999.

NICOLAU, Isabel; FERRÃO, João. Why to change? Innovation trajectories and industry life-cycle: the tanning technological district of Alcanena, Portugal. In: FERRÃO, João (coord.). *Three contrasting case-studies on clustering, technological communication and innovation: the Alcanena industrial district, Taguspark and the*

Autoeuropa system. Lisboa: EC TSER INLOCO Project Report, 1999.

PHILIPPE, Jean; LÉO, Pierre-Yves; Boulianne, Louis-M. (dir.). *Services et métropoles. Formes urbaines et changement économique*. Paris: L'Harmattan, 1998.

REIS, José. *Os espaços da indústria - a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1992.

REIS, José. *Industrie et dynamiques régionales: les problèmes d'une économie intermédiaire, Portugal*. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (dir.). *La richesse des régions. La nouvelle géographie socio-économique*. Paris: PUF, 2000, p. 271-292.

SANTOS, Domingos. *Inovação tecnológica e desenvolvimento regional em Portugal: o caso das periferias*. Lisboa, 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Técnica.

\_\_\_\_\_. Instruments de politique regional pour la promotion de l'innovation technologique: le cas Portugais. *Cadernos de Geografia*, n. 13, p. 29-35, 1994.

\_\_\_\_\_. Innovation and territory: which strategies to promote regional innovation systems in Portugal? In: *European Urban and Regional Studies*, 7(2), p. 147-156, 2000.

TOLDA, João. Inovação empresarial e economia regional da inovação. Dados de uma investigação em curso. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 44, p. 85-100, 1995a.

\_\_\_\_\_. Inovação tecnológica e espaço: uma leitura crítica. In: *Notas Económicas*, n. 5, p. 74-87, 1995b.

\_\_\_\_\_. Aprendizagem produtiva e inovação tecnológica no espaço nacional e na Região Centro, comunicação apresentada no V Encontro Nacional da APDR. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1998.

VEDOVELLO, C. Parques tecnológicos e a interação universidade-indústria: a proximidade geográfica entre agentes como força motora. *Estudos de Economia*, V. XVIII, n. 1, p. 61-80, 1997.

**Equilíbrio gravitacional entre a logística integrada e o processo de clusterização - a experiência do case de grãos do oeste da Bahia, Brasil**  
*Gravitational balance between the integrated logistic and the process of clusterization - the case of grains production in the west of Bahia, Brazil*  
**Equilíbrio gravitacional entre a logística integrada e o processo de clusterização - a experiência do case de grãos do oeste da Bahia, Brasil**

Paulo Tarso Vilela de Resende  
Fundação Dom Cabral

Contato: [presende@fdc.org.br](mailto:presende@fdc.org.br)

**Resumo:** O estudo de *cluster* tem sido conduzido com bastante ênfase em relação aos elementos ou agentes diretamente relacionados com a cadeia produtiva e com as formas de agregar valor aos produtos nos seus locais de produção. Em consonância, as operações logísticas que desencadeiam a colocação dos produtos nos seus mercados consumidores podem trazer resultados significativos para a competitividade sustentada, a partir do momento em que é criado um elo de ligação entre o produto e o *supply chain* a ele conectado. Este elo de ligação é aqui conceituado como campo gravitacional de atratividade entre a logística integrada e o processo de clusterização. No trabalho, analisa-se o conceito de campos gravitacionais entre a logística integrada de distribuição de produtos e o processo de clusterização em áreas de produção. O caso prático que sustenta a análise conceitual é o estudo da integração logística para a área produtora de grãos no Oeste da Bahia, no Nordeste Brasileiro.

**Palavras-chave:** Cluster; Integração logística; Desenvolvimento regional.

**Abstract:** The study of cluster has been lead with emphasis in relation to the elements or agents directly related with the productive string and the forms to add value to the products in its places of production. In accord, the logistic operations that unchain the rank of the products in its consuming markets can bring resulted significant for the supported competitiveness, from the moment where a connector link between the product and supply is created chain connected it. This connector link here is appraised as gravitational field of attractiveness between the logistic one integrated and the clusterization process. This paper analyzes the concept of gravitational fields between the logistic one integrated of distribution of products and the process of clusterization in production areas. It marries it practical that it supports the analysis conceptual is the study of the logistic integration for the producing area of grains in the West of Bahia, in Brazilian Northeast region.

**Key words:** Cluster; Logistic integration; Regional development.

**Resumen:** El estudio del cluster es, hoy día, hecho con fuerte énfasis en lo referente a los elementos o los agentes relacionados directamente con la cadena productiva y las formas con agregan valor a los productos en sus lugares de la producción en el acuerdo, las operaciones logísticas que el unchain la fila de los productos en sus mercados que consumen puede traer a significativo resultante para la competitividad utilizada, a partir del momento donde está encadenamiento una conexión del conector entre el producto *supply chain* a él conectado. Este anillo de conexión aquí se valora como campo gravitacional de la atracción entre la logística integrada y el proceso de clusterización. Este artículo analiza el concepto de campos gravitacionales entre el logístico integrado de la distribución de productos y del proceso de clusterización en áreas de la producción. Lo *case* prático que utiliza el análisis conceptual es el estudio de la integración logística para el área que produce granos en el Oeste de Bahía, en la región Nordeste de Brasil.

**Palabras claves:** Cluster; Integración logística; Desarrollo regional.

## I. Introdução

Este estudo é o resultado de parte das experiências adquiridas com o Projeto Iniciativa para o Nordeste, realizado no ano de 1999, envolvendo os *clusters* de grãos, frutas, informática, turismo e calçados em 9 estados do Nordeste Brasileiro. Especificamente, as questões aqui discutidas se referem ao estudo de logística de transportes conduzido para o *cluster* de grãos no Oeste da Bahia, com grande concentração de produção nos municípios de Barreiras e Mimoso do Oeste (hoje denominado Luiz Eduardo Magalhães).

Durante o decorrer do estudo, vários parâmetros de análise foram conduzindo a uma necessidade de se analisar os efeitos de sistemas logísticos na eficiência e no sucesso de longo prazo do *cluster*. Tais parâmetros

demonstraram que existe um fator fundamental de sucesso do *cluster* a partir da formação de uma estrutura de logística integrada, que permite o escoamento da produção de forma equilibrada, o que pode ser generalizado e transformado em um conceito aqui chamado de "Equilíbrio Gravitacional entre a Logística Integrada e o Processo de Clusterização".

A experiência do *cluster* de grãos do Oeste da Bahia mostrou que a produção da soja e seu escoamento para o mercado externo dependiam de uma logística integrada de transportes e armazenagem, que poderia significar a manutenção da competitividade no longo prazo, se ajustada no sentido de se proporcionar uma eficiência nas cargas em direção ao porto e, sobretudo, nos movimentos de insumos agrícolas na caminho inverso. Para tal, seria necessário

criar um sistema de transporte casado, além de um processo de armazenagem que pudesse garantir ao produtor a venda fracionada da produção, para que ele não se visse dependente da poderosa indústria do *agribusiness*.

Daí, se transportado para a teoria, tais necessidades práticas de armazenagem e escoamento podem ser traduzidas como a busca de um campo de atratividade (conceito de campo gravitacional) entre o processo de *clusterização* dos agentes produtivos e os sistemas logísticos que sustentam a distribuição física dos produtos para o mercado consumidor. Pode-se imaginar a formação desse campo gravitacional sob o contexto do *supply chain*, onde os fornecedores, produtores e clientes estariam integrados em um sistema que tivesse como objetivo final a colocação dos produtos no mercado consumidor com eficiência e custos operacionais reduzidos.

A descrição teórica e prática das experiências é conduzida de maneira a se constatar que existe uma demanda para a criação de uma atratividade entre os sistemas logísticos e o *cluster* final, que passa, naturalmente, pela visão de integração entre fornecedores, produtores, operadores logísticos e clientes externos.

## 2. Objetivo principal

O principal objetivo deste estudo é a demonstração de que, a partir do momento em que qualquer processo de *clusterização* se torna operacional, existe uma demanda pela criação de um sistema de logística integrada, que, em última instância, resultará na formação de um campo de atratividade entre os elementos do *cluster* e a distribuição física dos produtos, o que leva a uma competitividade sustentada no longo prazo.

Alguns objetivos secundários são também perseguidos, tais como:

1. Integração entre os movimentos de armazenagem e de distribuição física;
2. Equilíbrio de demanda para produtos agrícolas e *timing* de suprimento de insumos;
3. Sazonalidade da produção e falta de estrutura para estocagem, o que se reflete no maior ou menor grau de dependência do produtor em relação à indústria do *agribusiness*.

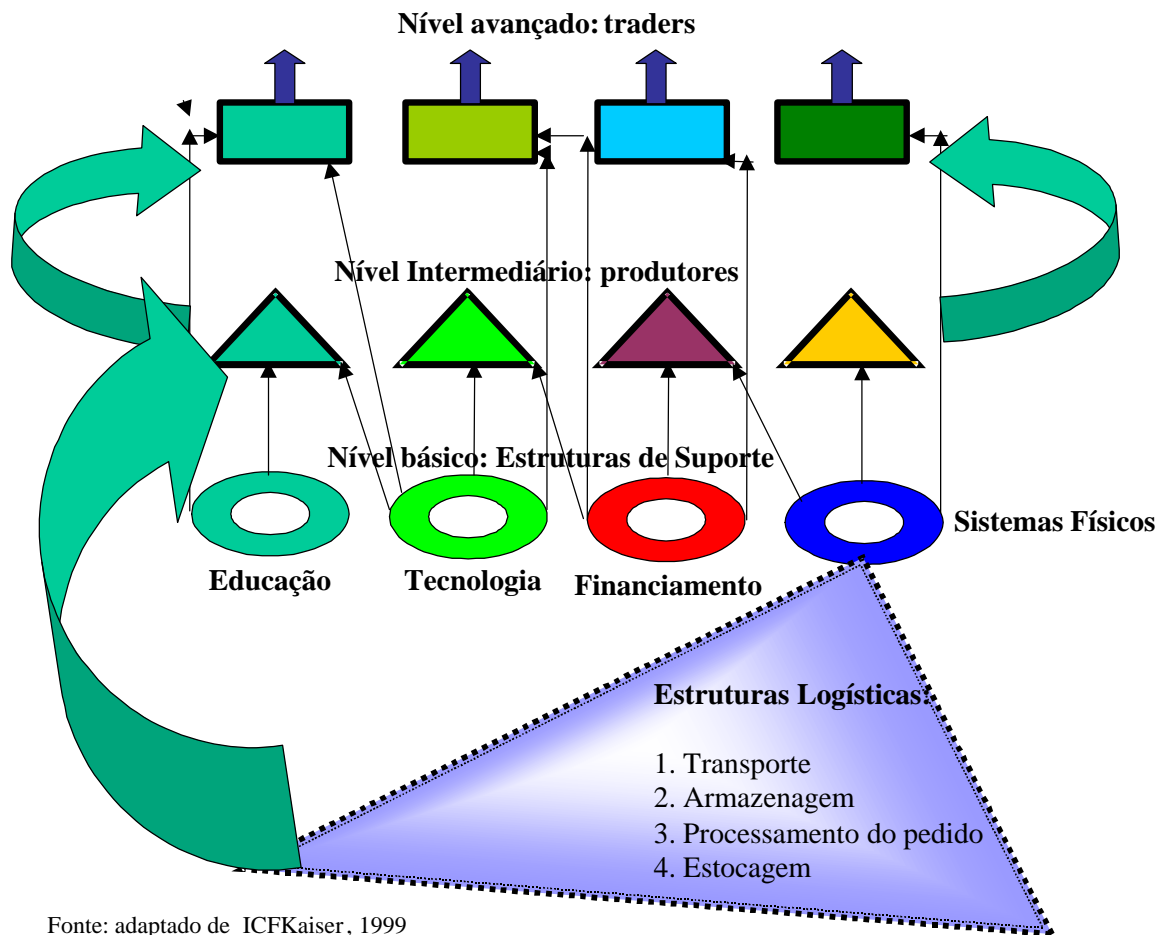
O objetivo teórico e acadêmico deste estudo é a demonstração de que, independentemente do tipo de *cluster*, o seu processo de operacionalização depende fundamentalmente de uma cadeia de suporte logístico que deve levar a uma integração completa entre os agentes que compõem toda a estrutura de *supply chain* dos produtos comercializados, para que a cadeia de valor se mostra competitiva no cenário de longo prazo. Ao se analisar a integração logística, atinge-se também o conceito de participação no *cluster* de elementos que favorecem a compra de insumos e de contratação de mão-de-obra, que são dois pilares importantes do processo de *clusterização*.

## 3. Inserção dos sistemas logísticos no processo de clusterização

As estruturas logísticas fazem parte dos sistemas físicos de suporte ao processo de *clusterização*, e se posicionam no nível básico da cadeia produtiva. Conforme descrito na Figura 1, a seguir, os produtores devem ter uma relação direta com as *traders*, que se responsabilizam pela distribuição dos produtos no mercado externo (nível avançado). Daí a necessidade das *traders* serem parte integrante do processo de *clusterização*. Por outro lado, torna-se fundamental a criação de uma base de sustentação tecnológica, de financiamento, educacional e de sistemas logísticos (nível básico).

As estruturas logísticas, ao sofrerem um processo de integração, tornam-se elementos de criação de valor que, geralmente, se traduzem em fatores de diferencial de competitividade. À medida em que tais elementos se fortalecem, o processo de *clusterização* solidifica-se, criando-se um círculo virtuoso entre as estruturas logísticas e os agentes que se posicionam nos níveis intermediário e avançado da cadeia de valor. Quando tal fenômeno acontece, os produtos passam a ser correlacionados com as suas estruturas de distribuição física, formando um só corpo na cadeia de suprimentos. Atinge-se, então, uma atratividade entre os sistemas de produção e os elementos logísticos, o que caracteriza a existência de um campo gravitacional para sustentação da competitividade no longo prazo.

Figura 1: Identificação de barreiras para a performance do *cluster*



Fonte: adaptado de ICFKaiser, 1999

O conceito de campo gravitacional descrito neste estudo tem a sua base fundamentada na teoria de produto/envoltório do produto, amplamente debatida no contexto do Marketing. Afirma-se, em teoria, que qualquer produto se caracteriza por propriedades inerentes à transformação da matéria-prima e aos processos produtivos. No entanto, por mais sofisticado e demandado, tal produto não tem valor se não for colocado a tempo e local dos consumidores. Todas as estruturas que se localizam no contexto da movimentação do produto estão posicionadas no chamado “envoltório do produto”.

Sob tais circunstâncias, a teoria de *clusters* compreende a localização e a integração de todos os elementos que compõem a cadeia de valor do produto, de forma a se atingir uma otimização das propriedades inerentes à transformação da matéria-prima, aos processos produtivos e à distribuição

física desse produto. Além disso, o processo de *clusterização* considera a formação de “envoltório do produto” que pode criar valor através da integração de sistemas logísticos.

#### 4. Cluster e logística integrada: modelo dos campos gravitacionais

O modelo dos campos gravitacionais é introduzido a partir da necessidade de colocação do produtos nos mercados consumidores de forma competitiva. A análise é realizada desde o posicionamento e exigências do mercado global, passando pelas estruturas de suporte logístico, até a área de formação do produto, conforme descrito na Figura 2, a seguir.

O conceito é então desenvolvido de acordo com os seguintes parâmetros e realidades de comercialização:

1. Existe um mercado global que envolve tanto os consumidores, quanto os

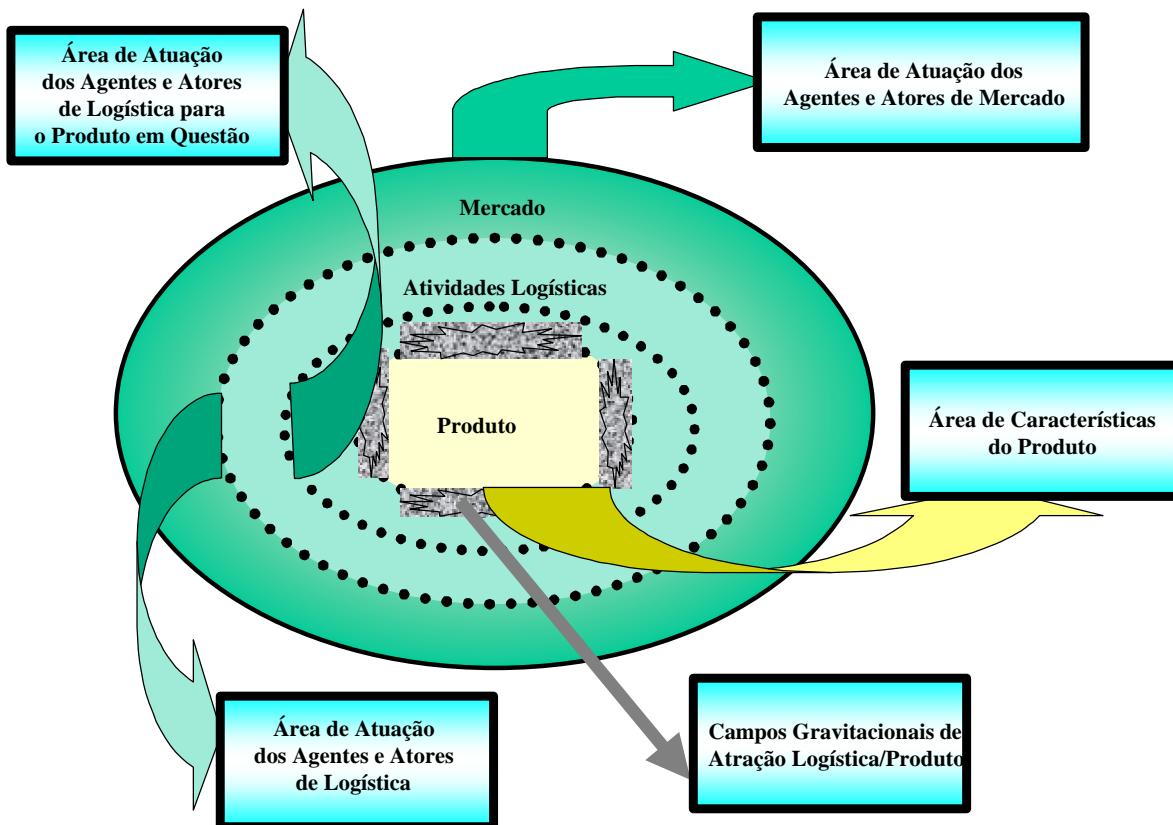
elementos de sustentação dos processos de comercialização do produto. Na Figura 2, tais operadores e elementos de sustentação estão localizados no anel externo. No caso dos grãos do Oeste da Bahia, a bolsa de Chicago, os mercados consumidores da Ásia, Estados Unidos e Europa, e a indústria de produção de derivados compõem o mercado global;

2. O anel imediatamente anterior ao do mercado global envolve toda a estrutura de escoamento físico dos produtos no espaço macro ambiental. No caso dos

grãos, na área de atuação dos agentes da logística posicionam-se os agentes portuários, as grandes transportadoras, os sistemas de armazenagem dos insumos e dos produtos, as estruturas de processamento de pedidos e os sistemas de estocagem;

3. Em um sub-anel localizam-se todos os agentes e elementos logísticos diretamente relacionados com a distribuição física do produto, no caso específico a soja em grãos e o farelo de soja destinados à exportação.

Figura 2: *Cluster* e logística integrada: modelo de campos gravitacionais



Finalmente, na área de interface entre os anéis de mercado global e de atividades logísticas cria-se a necessidade de campos gravitacionais que atraem e coadunam a distribuição física, as características do produto e as propriedades e fatores de mercado. A idéia central pode ser resumida da seguinte maneira:

[...] o processo de *clusterização* que visa o aumento da competitividade do produto nos mercados globais deve atingir os processos de logística integrada, para que a distribuição física se dê dentro de parâmetros otimizados de transportes, armazenagem e equilíbrio de cargas (via exportação versus os caminhos dos insumos agrícolas), o que caracteriza a formação de um campo gravitacional entre o produto e as cadeias de logística integrada (Souza, 2000, p. 352).

## 5. Fundamentação teórico-quantitativa

O modelo apresentado pode ser fundamentado na forma teórico-quantitativa através de variáveis macro econômicas e de integração logística, conforme descrição a seguir.

$$B = f(K_i, \Sigma_o, E_r, P_g)$$

onde:

B = volume negociado a partir a integração dos sistemas logísticos e da operacionalização dos *clusters*.

$K_i$  = volume transportado de insumos e produtos em operações casadas de transporte

$\Sigma_o$  = volume de produtos armazenados para suprimento fracionado do mercado

$E_r$  = volume negociado diretamente entre os produtores e as *traders* internacionais

$P_g$  = crescimento na área de produção, traduzido em volumes de produtos, a partir da operacionalização do *cluster*.

### 5.1. Descrição sumária das variáveis macro-econômicas e de integração logística da função teórico-quantitativa

#### 5.1.1. Volume de insumos e produtos em operações casadas de transporte

Esta variável depende exclusivamente das negociações entre as áreas produtoras de insumos e as áreas de geração dos produtos de comercialização. No caso dos grãos, existem grandes fabricantes de adubos e fertilizantes no caminho do Porto de Aratu, em Candeias, Região Metropolitana de Salvador. Para tal, foram montadas operações casadas de transporte, onde as carretas poderiam levar o grão de soja para o porto e retornar com adubos e fertilizantes para as áreas de produção.

#### 5.1.2. Volume de produtos armazenados para suprimento fracionado

A variável em questão traduz a necessidade de alimentação do mercado externo por volumes de produtos que garantam ao produtor preços compatíveis com as mar-

gens de lucro esperadas. Para os grãos do Oeste da Bahia, apresentou-se uma tentativa de redução da dependência dos produtores, durante o período de comercialização, em relação à indústria do *agribusiness*. Tal redução poderia significar o aumento da competitividade dos produtores no mercado internacional, através de sistemas próprios de armazenagem e de estocagem dos produtos, principalmente a soja em grãos e o farelo de soja.

#### 5.1.3. Volume negociado diretamente entre os Produtores e as Traders

Essa variável representa o aumento no volume de negócios a partir da disposição de linhas de financiamento da produção, dentro do nível básico de formação do *cluster* (vide Figura 1). Na medida em que o *cluster* avança, torna-se imprescindível dispor para o produtor linhas de financiamento tanto de produção, quanto de comercialização, passando, naturalmente, pela disponibilização de créditos para a construção de estruturas de armazenagem e de manipulação de cargas.

#### 5.1.4. Crescimento na área de produção com a operacionalização do cluster

Esta é uma variável de controle do sucesso do processo de *clusterização*, a partir do momento em que novos elementos são atraídos para as áreas produtoras, como, por exemplo: laboratórios de pesquisa, agências de negociação de fretes, centros de capacitação e treinamento, indústrias complementares, indústrias de equipamentos e insumos e agentes de comercialização.

Considerando-se as variáveis da função que leva ao volume negociado a partir da operacionalização do *cluster* e da integração de atividades logísticas, tem-se um quadro de quantificação do sucesso e do nível de atratividade que deve existir entre o processo de *clusterização* e a logística integrada. Uma demonstração prática de ações nesse sentido é apresentada a seguir para o *cluster* de grãos do Oeste da Bahia.

## 6. Caso de grãos do Oeste da Bahia

### 6.1. Descrição da área de produção - região do *cluster*

O Oeste Baiano é uma área de cerrado em franca expansão, com destaque para as culturas da soja, milho, feijão, arroz e café, além de um embrião, mas crescente, produção de frutas. Ao se considerarem outras áreas de grãos no Brasil, conclui-se que o nível de produtividade no Oeste Baiano não fica muito atrás nas questões de tecnologia de produção, de correção do solo, de beneficiamento e de outros parâmetros geralmente usados para se medir a eficiência de uma região agrícola.

Alguns dados mais contundentes mostram que a produtividade do Oeste Baiano tem um potencial de crescimento ímpar, com ganhos que ultrapassam os 20% entre uma safra e outra, apesar das quedas nos preços mundiais dos mercados de *commodities*. Aliados a isso, nas cidades de Mimoso do Oeste (hoje Luiz Eduardo Magalhães) e Barreiras, centros operacionais do escoamento de grãos, encontram-se grandes indústrias de esmagamento de soja com grande capacidade de beneficiamento e de exportação de farelo, além da industrialização do óleo, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo.

Nota-se, portanto, que o Oeste Baiano não se encontra aquém das grandes áreas de produção de grãos do Brasil, principalmente no que tange aos aspectos do plantio, colheita e beneficiamento. Os dois pontos de congestionamento e de perda de competitividade, sobretudo para o produtor, mas que não deixam de influir negativamente na agroindústria, são a capacidade de armazenamento e de unidades de beneficiamento de sementes (UBS), e o transporte, incluindo-se, aqui, as estradas e a operação portuária. Em outras palavras, se a simplicidade permitir tal afirmação, a competitividade do Oeste Baiano se reduz aos limites e negatividade do preço porto.

### 6.2. Logística Integrada através de Operações Casadas de Transporte

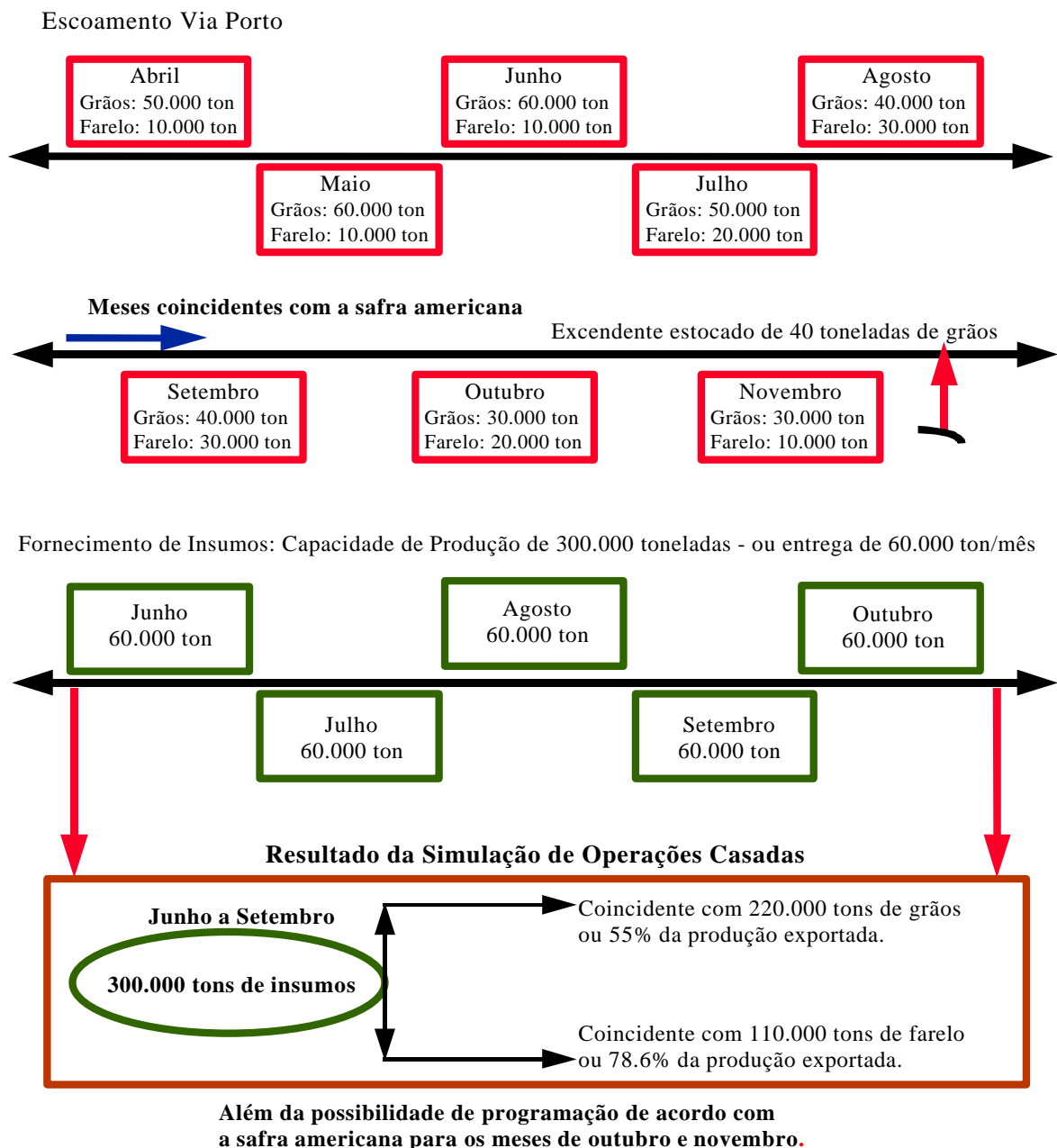
A integração de cargas, ou operação casada, foi proposta de acordo com um calendário de viagens que envolveu grande parte do escoamento do farelo de soja e uma parte significativa da soja em grãos; cujo volume maior se destinava aos portos de exportação. Este calendário, assim como as quantidades estimadas, é apresentado, a seguir, de acordo com as informações obtidas em visitas técnicas e com simulações a partir do volume de dados apurados. Para efeito de análise de integração logística, e como parâmetro quantitativo, têm-se 540.000 toneladas/ano de soja e derivados para exportação, mais 500.000 toneladas de farelo de soja para o mercado interno, sendo aproximadamente 240.000 toneladas enviadas para regiões cuja rota de distribuição coincide parcial ou totalmente com a BR242, principal rodovia em direção ao Porto de Aratu, na Região Metropolitana de Salvador. Desta forma, o calendário de operação casada se daria de acordo com o fluxograma de produção e escoamento apresentado a seguir.

Assim, grande parte da soja e seus derivados poderia, através de uma operação casada, coincidir com o transporte de insumos para a região, o que, de acordo com a simulação apresentada a seguir, poderia acarretar as seguintes economias de frete:

1. Para 55% de toda a produção de grãos e para 78.6% de toda a produção de farelo, uma redução de 15% no preço do frete;
2. Uma estabilização do preço do frete de insumos;
3. Um repasse adicional significativo para o produtor;
4. Uma possibilidade de operações casadas para mais 7.1% da soja (novembro) e 7.3% do farelo (novembro), devido às reprogramações a serem efetuadas quando da safra americana;
5. Um potencial de criação de economias de escala, principalmente devido às projeções de aumento no volume de produção do Oeste Baiano.



Fluxograma 1: Calendário de operações casadas



Fonte: Paulo Tarso Resende, *Logística de transportes* (oeste baiano). ICFKaiser/AERI - Projeto Iniciativa para o Nordeste, 1999.

## 7. Conclusão

Independentemente do tipo de *cluster* a ser analisado e operacionalizado, existe uma evidência clara de que as atividades logísticas envolvidas no escoamento da produção podem trazer vantagens competitivas significativas para a região do *cluster*. No entanto, estas vantagens só são atingidas plenamente a partir do momento em que realiza-se uma coesão, ou cria-se um campo de atratividade, entre os elementos do processo de *clusterização* e a logística integrada.

Neste estudo, foi demonstrado que algumas ações de integração logística podem levar ao melhor escoamento de uma produção, ao mesmo tempo em que diferenciais de competitividade são criados para o produtor, o que pode trazer uma maior eficiência para o processo de *clusterização*. A partir da criação de operações casadas de transporte, integra-se espacialmente as expectativas de distribuição física, de armazenagem, de suprimento de insumos, de tecnologia de estocagem e, por conseguinte, de comercialização.

Logo, vários elementos ou fatores componentes de um *cluster* são atingidos e beneficiados pela integração logística, resultando em economias de escala e de escopo que podem garantir a sustentação da competitividade no longo prazo.

### Referências bibliográficas

- CHRISTOPHER, M. *O marketing da logística: otimizando processos para aproximar fornecedores e clientes*. São Paulo: Futura, 1999.
- PORTER, Michael. Clusters and the New Economics of Competition. In: *Harvard Business Review*. Boston: Harvard Business School Publishing, 1998.
- RESENDE, Paulo T. V. A logística de transportes de grãos no oeste da Bahia. Relatório Técnico (ICFKAISER/AERI- Projeto Iniciativa para o Nordeste). Belo Horizonte: Banco Mundial, 1999.
- ROSENBLOOM, B. *Marketing Channels: a Management View*. Fort Worth: The Dryden Press, 2000.
- SOUZA, Robert; ZICE, Song; CHAOYANG, Lui. Supply chain dynamics and optimization. In: *Integrated Manufacturing System*, Bradford, MCB University Press, v. 11, n. 5, p. 384-364, 2000.

# Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento

*Culture, Identity and Local Development: concepts and perspectives for developing regions*

Cultura, Identidad y Desarrollo Local: conceptos y perspectivas para regiones en desarrollo

Emília Mariko Kashimoto, Marcelo Marinho e Ivan Russeff  
Universidade Católica Dom Bosco

Contato: marinho@ucdb.br

**Resumo:** As reflexões acerca do desenvolvimento local de uma determinada comunidade – auto-identificada, em essência, por referências culturais e ambientais – remetem, necessariamente, à questão da melhoria da qualidade de vida dessa população. De uma maneira geral, a relação dessa melhoria com o incremento de atividades produtivas é direta, mas não exclusiva. Ademais, é opinião unânime, dentre os autores que tratam do tema, a necessidade da observação do uso sustentável dos recursos naturais, simultaneamente à valorização e preservação da cultura do lugar. A cultura será aqui considerada como conjunto de ações que podem conduzir ao fortalecimento da auto-estima da comunidade. Pode-se dizer, com Ruijter e Tijssen (1995), que a cultura, ao invés de um obstáculo ao progresso, emerge como manancial de inusitadas experiências e de evidente sabedoria locais, diretrizes úteis à criação coletiva e compartilhada de uma vida melhor. Este artigo trata das relações entre cultura e desenvolvimento, com ênfase no papel do patrimônio cultural (tangível e intangível) para o fortalecimento da identidade local e o desenvolvimento comunitário.

**Palavras-chave:** Cultura; Desenvolvimento Local; Identidade.

**Abstract:** Reflections as to the local development of a certain community – self-identified, in essence, by cultural and environmental references – necessarily go back to the question of the improvement of the quality of life of this population. Furthermore, the authors who handle this theme are unanimous as to the necessity of observing the sustainable natural resources, simultaneously with the appraisal and preservation of local culture. Culture here will be considered as a set of actions that can lead to the strengthening of the self-esteem of the community. It can be said with Ruijter and Tijssen (1995) that culture, instead of being an obstacle to progress, emerges as an ever-flowing stream of surprising experiences and of evident local wisdom, useful directions for the collective creation and sharing of a better life. This article approaches the relationships between culture and development, with emphasis on the role of cultural patrimony (tangible and intangible) for the strengthening of local identity and community development.

**Key words:** Culture; Local Development; Identity.

**Resumen:** Las reflexiones acerca del desarrollo local de una determinada comunidad - autoidentificada, en esencia, por referencias culturales y ambientales - remiten, necesariamente, a la cuestión de la mejora de calidad de vida de esa población. De una manera general, la relación de esa mejoría con el incremento de actividades productivas es directa, mas no exclusiva. Además, es opinión unánime, entre los autores que tratan del tema, la necesidad de la observación del uso sostenible de los recursos naturales, simultáneamente a la valorización y preservación de la cultura del lugar. La cultura será aquí considerada como un conjunto de acciones que pueden conducir al fortalecimiento del autoestima de la comunidad. Se puede decir, con Ruijter y Tijssen (1995), que la cultura, al revés, de un obstáculo al progreso, emerge como manantial de inusitada experiencias y de evidente sabiduría locales, directrices útiles a la creación colectiva y compartillada de una vida mejor. Este artículo se refiere a las relaciones entre cultura y desarrollo, con énfasis en el papel del patrimonio cultural ( tangible e intangible) para el fortalecimiento de la identidad local y el desarrollo comunitario.

**Palabras claves:** Cultura; Desarrollo Local; Identidad.

## 1. Cultura: questões e conceitos

*Eu vejo o mundo pelos olhos de minha aldeia.*  
(Leon Tolstói)

O termo “cultura”, em função de seu emprego iterativo e aleatório nas mais diversas áreas do conhecimento, tornou-se vago e ambíguo como poucos, tanto em nosso quanto em outros idiomas. É possível ver reputados veículos de comunicação, como o *Le Monde*, empregarem expressões como “cultura de guerra” ou “cultura da fome”, expressões compostas por noções mutuamente excludentes e que, ao final, nada dizem por muito dizerem. No intuito de delimitar o conceito, consideram-se aqui definições consagradas como aquela que caracteriza a cultura como um conjunto de atividades e crenças que uma comunidade adota para enfrentar os problemas impostos pelo meio ambiente, noção que será complementada pela definição segundo a qual a cultura é o conjunto de

soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social. Nesse sentido, a cultura abrangeria diferentes aspectos da vida: *savoir-faire*, conhecimentos técnicos, costumes relativos a roupas e alimentos, religião, mentalidade, valores, língua, símbolos, comportamento sócio-político e econômico, formas autóctones de tomar decisões e de exercer o poder, atividades produtoras e relações econômicas, entre outros.

Nessa perspectiva, tal como apontam documentos publicados pela UNESCO, a cultura, ao constituir-se em conjunto distintivo de atributos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social, engloba não somente as artes e a literatura, mas também os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e crenças e os direitos fundamentais do ser humano (Claxton, 1994). A propósito, esse autor considera que a cultura também abrange uma interpretação global da natu-

reza, constituindo um sistema totalizante para compreensão e transformação do mundo, e estabelecendo, por outro lado, relações sistemáticas entre todos os aspectos da vida humana, todas as expressões produtivas das comunidades, sejam elas tecnológicas, econômicas, artísticas ou domésticas.

Assim, ao abranger o conjunto de crenças, valores, técnicas e comportamentos elaborados e apreendidos em comunidade pelos indivíduos ao longo de suas existências, a cultura constitui-se, segundo Ullmann (1991), num orientador à “humanização” do homem, impondo limites também ao comportamento agressivo que caracteriza a face instintiva da humanidade. Ao mesmo tempo em que norteia o comportamento humano, a cultura também incorpora transformações advindas da interculturalidade, fenômeno de natureza tanto vertical (em termos sócio-econômicos ou intelectuais) quanto horizontal (em termos espaciais ou temporais). Desse ponto-de-vista, é possível ainda dizer que, no movimento reverso, a interculturalidade predispõe os indivíduos a se assumirem como a medida de todas as coisas, de maneira que possam imprimir o seu ritmo à marcha do mundo. Com essa “hominização da vida”, no dizer de Paulo Freire (2000), tornam-se mais vívidas e intensas as relações sociais, não sendo, portanto, ingênua a pretensão de se construir uma sociedade verdadeiramente justa e democrática, com o concurso da interculturalidade; para tanto, cada povo deverá contribuir com sua identidade para o cadinho da cultura universal, frustrando as expectativas autoritárias, sempre redivivas, de inviabilizar as idiosincrasias nacionais. Mesmo porque, retomando a epígrafe de Tolstói, é pelo olhar da nossa aldeia que vemos o mundo; e é desse ponto-de-vista que atuaremos sobre ele.

Cultura popular e cultura erudita na perspectiva do desenvolvimento

A cultura popular local, por ser oriunda das relações profundas entre a comunidade do lugar e o seu meio (natural e social), simboliza o homem e seu entorno, implicando um tipo de consciência e de materialidade social que evidencia o grau de afeição ou apego a um lugar; esse é um fator de extrema importância para o desenvolvimento local, posto que permite a configuração da Identidade do

Lugar e de sua população. Portanto, a valorização da cultura popular contribui para que a sociedade fortaleça a individuação e a auto-estima diante do Outro, numa busca de desenvolvimento originário de sua própria criatividade e conforme os seus valores, porque é por intermédio da cultura que o indivíduo e a sociedade interagem com o mundo à sua volta. Thierry Verhelst, célebre ativista de organizações não governamentais na ajuda internacional aos povos, escreveu em 1992 “O Direito à Diferença”, texto no qual afirma que a melhor ajuda para a libertação de um povo é aquela direcionada para a conservação e recuperação da sua identidade, de sua cultura. Perfilhando convicção semelhante, Mário de Andrade, nos idos da década compreendida entre 1920 e 1930, já alertava seus leitores e correspondentes para a relevância da cultura – que, para ele, incorporava desde “os bordados de sua tia”, ao próprio idioma nacional – na afirmação da identidade brasileira.

Nesse sentido, podem-se considerar manifestações da cultura popular local a culinária, o artesanato, o folclore, os idioletos e a paremiologia (ditados, provérbios, ditos e aforismas), a literatura oral (lendas e mitos), a poesia popular, a história oral, a vestuária cotidiana, a música popular, os instrumentos musicais de uso local, a arquitetura espontânea, a fotografia incidental, os ritos de passagem, as manifestações religiosas, as festas populares, a farmacopéia extrativista, a meteorologia popular, as relações locais às modalidades de trabalho e de lazer, as relações locais aos elementos da Natureza, formas de distribuição e exercício do poder local, entre outros.

Por outro lado, a cultura erudita local reflete o grau de auto-estima da população, pois, na medida em que manifestações culturais eruditas recuperam elementos da cultura popular local em detrimento de elementos importados da cultura de alhures, percebe-se que o lugar passa a tecer laços afetivos também com as classes dominantes, aquelas classes que são, em última instância, as detentoras dos bens e dos meios de produção. Igualmente, a cultura erudita local, em seu processo de difusão em espaços exteriores aos limites do lugar, serve como veículo de informações sobre esse mesmo

lugar, podendo reforçar a auto-estima das populações locais e fortalecer o intercâmbio necessário ao bom andamento do desenvolvimento do lugar. No plano da cultura erudita local, as principais manifestações culturais serão a literatura, a musicografia e a fotografia ditas “artísticas”, as artes plásticas, o cinema, a arquitetura e o urbanismo (incluindo-se o paisagismo), o estilismo vestimentar, a historiografia oficial, as formas idioletais cultas, entre outros. Obviamente, rasgos de cultura erudita são igualmente incorporados em maior ou menor grau pelas camadas populares, fato que é facilmente observável na culinária, na música ou na vestuária, por exemplo. Todavia, será preciso lembrar que Mário de Andrade, grande representante e defensor da cultura eminentemente brasileira (e de nossa identidade nacional), deixou clara a idéia de que a discussão sobre cultura popular e cultura erudita é estéril e inoportuna: a preocupação deve centrar-se sobre a ampliação do acesso da população a todas as formas de manifestação cultural.

## 2. Identidade Cultural e Desenvolvimento Local em Mato Grosso do Sul

Além dos problemas levantados por uma nomenclatura e por conceitos demasiadamente amplos quanto ao significado e à abrangência do termo “cultura”, também é preciso estar atento ao fato de que a região central da América do Sul, em especial o Brasil, constitui-se num espaço marcado por corredores migratórios que criam um verdadeiro caldeirão étnico e, por conseqüência, uma verdadeira “caldeirada” cultural, aquele *melting pot*, cadinho de fundição, no qual se encontram, se fundem e se misturam elementos de origem indígena, portuguesa, africana, árabe, armênia, japonesa, italiana, alemã, paraguaia, boliviana, entre tantas outras. Acrescente-se, aos ingredientes do “prato”, a dupla e antinômica condição da origem sócio-econômica dos elementos que formam o conjunto da cultura de um lugar, amalgamando camadas populares e elites (econômica, intelectual, política), e tem-se um complexo objeto de estudo e interpretação rumo à construção da noção de identidade de um lugar e de sua população, noções capitais para o estabelecimento de metas de desenvol-

vimento para a qualidade de vida em uma sociedade.

Todavia, face à índole corrediça de um povo em permanente mutação, tal como acontece com o povo brasileiro, é preciso evitar os riscos de caracterizações fáceis e generalizantes como aquelas que resultam em estereótipos estéreis e nocivos. Nota-se, com Darcy Ribeiro (1995), que a multiplicidade de origens raciais e étnicas da população brasileira não se constitui em fator que origine, em si mesma, um movimento de separação em componentes opostos – processo motivado, sim, pela estratificação de classes; no conjunto da população brasileira é preciso ver, com mais propriedade, a coincidência de oposições, a simultaneidade de contrários. Sérgio Buarque de Holanda elenca, nessa perspectiva, certas características peculiares herdadas dos povos ibéricos pelo povo brasileiro, tais como espírito aventureiro, lealdade e gosto pronunciado pelo ócio ao detrimento do negócio, manifestando-se, em conseqüência, uma certa frouxidão, desordem, indisciplina e indolência, assim como uma tendência para o autoritarismo e tirania; Darcy Ribeiro, em contrapartida, sublinha aspectos positivos dessa índole, tais como a criatividade do aventureiro, a adaptabilidade do flexível, a vitalidade do ousado e a originalidade dos indisciplinados no Brasil. Nesse sentido, é preciso abrir parênteses para lembrar que, em seu livro *O ócio criativo*, Domenico de Masi traça um amplo libelo em defesa do ócio e do lazer, da fruição prazerosa de produtos culturais, como fontes inquestionáveis de inspiração à produção e de implemento da qualidade de vida. Infere-se que o alargamento das bases econômico-sociais para a fruição da cultura e do “ócio criativo” deve instaurar-se como uma das metas de qualquer projeto de desenvolvimento em solo brasileiro, ou em qualquer outra nação do planeta. Afinal, recorrendo novamente a Mário de Andrade, é do bocejo solene da preguiça que surge a inspiração e a felicidade da vida. E para não deixar qualquer dúvida sobre o tema, o poeta acaba consagrando o bordão “Ai que preguiça!”, de Macunaíma, no emblema da malemolente criatividade nacional.

Quanto à identidade do povo brasileiro, esse fator reflete-se, segundo Roberto Da Matta (1991), na maneira pela qual os

indivíduos interrelacionam-se, como, por exemplo, no mítico “jeitinho” das relações interpessoais, no sincretismo religioso, na lealdade aos amigos, no amor ao futebol, ao carnaval, à comida misturada, aos amigos e parentes, características que emergem simultaneamente a preconceitos altamente velados, visto que a sociedade ainda não se concebe e não se assume como altamente hierarquizada. Essa recusa em assumir sua forte hierarquização é um fato que se reflete até mesmo no despojamento da vestuária cotidiana, no emprego de pronomes e no tratamento pessoal informal em situações formais de trabalho.

Com relação à identidade sul-mato-grossense, costuma-se dizer que é fragmentária pelo fato de a região ter sido povoada há pouco tempo, sobretudo a partir da década de 70, período em que a população duplicou aproximadamente a cada ciclo de 10 anos. Campo Grande, a capital do Estado, somava em 1970, segundo o IBGE, uma população de 140.233 habitantes; 30 anos mais tarde, a população já atingiu a cifra aproximada de 700 mil habitantes. Os diversos fluxos migratórios acrescentaram marcas de culturas distintas que aqui se estabeleceram e encontraram terreno propício para o seu desenvolvimento: tereré, churrasco, mandioca amarela, sobá, farinha, piqui, garapa, esfiha, tabule, quibe, palmito guariroba, sopa paraguaia, torresmo, pacu recheado, picanha na chapa, muitas vezes compõem uma mesma mesa, na mesma ocasião em que se ouvem polca ou guarânia, pagode, chamamé ou canções sertanejas. Enquanto igrejas cristãs são inúmeras, proliferam-se terreiros de umbanda, centros espíritas, mesquitas e templos de origem oriental; lojas de umbanda oferecem incensos indianos, símbolos católicos e afro-brasileiros, testemunhando um intenso sincretismo religioso, marca formal da cultura brasileira, segundo Da Matta. Dessa mistura heteróclita decorre grande parte do prazer da existência, da *joie de vivre* da população local, ainda que uma boa parcela da comunidade esteja excluída desse processo. Portanto, é preciso compartilhar de maneira mais justa e equânime a fruição dos bens culturais produzidos coletivamente, de forma a fortalecer a identidade comunitária. Não basta apenas gerar empregos: é preciso dar

combate à exclusão também na esfera da cultura, para que um maior número de pessoas possa gozar do prazer de existência e usufruir de uma melhor qualidade de vida. Também aí devem centrar-se pesquisadores, agentes e projetos de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a identidade sul-mato-grossense é referenciada por elementos associados ao ambiente pantaneiro, tais como o trem, a flora e a fauna do pantanal, a música do grupo Acaba, de Paulo Simões, Almir Sater, Geraldo Roca, a poesia de Manoel de Barros e de Lobivar de Mattos, a pintura de Humberto Espíndola, a culinária regional, a percepção do espaço (dimensões espaciais, cores, matéria e texturas, odores). Nesse espaço múltiplo, segundo Ziliani (2000), o poder hegemônico delinea os aportes identitários da cultura sul-mato-grossense, pois seleciona símbolos, ícones e obras, os quais, por intermédio de instituições e meios de divulgação, tornam-se recorrentes na elaboração dessa identidade. De qualquer forma, o reconhecimento da multiplicidade intercultural de Mato Grosso do Sul é um campo pouco explorado e amplamente aberto a pesquisas de natureza científica. Assim, como incrementar-se o desenvolvimento sul-mato-grossense se a sua cultura é múltipla e ainda majoritariamente desconhecida pelos estudiosos, se a sua identidade não é vislumbrada ou experimentada em sua plenitude por uma população em permanente estado de movimento?

No Brasil, culturas locais abrangem, em essência, comunidades relativamente individualizadas no conjunto da sociedade globalizada, tais como colônias de migrantes, imigrantes, remanescentes de quilombos e indígenas. As pesquisas acerca dessas comunidades implicam uma aproximação etnológica ou *microsociológica* que, segundo Laplantine (1997), volta-se à escala do pequeno e do cotidiano, para a análise de práticas sócio-culturais mais recorrentes, tais como hábitos alimentares e expressões corporais, como forma de se buscar a compreensão das construções intelectuais, doutrinas ou outras manifestações de poder. Nesse sentido, é incipiente, nos dias de hoje, a análise de cultura local face ao desenvolvimento, pois, conforme Kilani (1994), a antropologia estuda apenas os grupos sujeitos ao desenvol-

vimento – focos temáticos tradicionais dos pesquisadores – e raros são os estudos que, no próprio campo de trabalho e no âmbito de um determinado projeto de desenvolvimento, consideram simultaneamente tanto os agentes responsáveis quanto a comunidade que é o objeto do desenvolvimento. Ao analisar-se o desenvolvimento de uma comunidade, será preciso analisar, igualmente, os agentes de desenvolvimento, a saber, organismos governamentais e não governamentais, especialistas em desenvolvimento, organismos de cooperação e entre-ajuda, agências de fomento, agências de concepção e avaliação de projetos.

Notam-se, em diversos estudos, recorrentes reflexões sobre os impactos negativos de ações de desenvolvimento sobre as culturas locais. Por exemplo, processos culturais podem ser acentuados com o incremento de atividades como o turismo, quando se aumenta a densidade populacional e a seletividade na oferta de trabalho, conforme observam Bacal e Miranda (1997): essa dinamização desafia a sustentabilidade dos recursos naturais, assim como a preservação ou a valorização da identidade local.

Nessa acepção, Rist (1994) reflete acerca do fato de que a cultura, privada de sua autonomia e forçada a justificar objetivos que lhe são alheios, poderia tornar-se refém do desenvolvimento. Entretanto, as diferenças podem ser valorizadas, sem que se criem dicotomias ou fricções nocivas à comunidade e aos estudos. Na perspectiva de Kottak (2000), não se concretiza, com a severidade previsível, o antagonismo entre metas econômicas e bem estar cultural, posto que a atenção à cultura também é fator de rendimento econômico. A partir da análise de 68 projetos de desenvolvimento rural implementados pelo Banco Mundial, em diversos países, dentre outras conclusões de Kottak, ressalta-se que:

- é improvável que “as pessoas cooperem com projetos que exijam mudanças de grandes dimensões em suas vidas cotidianas, especialmente aquelas que interferem em demasia nas formas de assegurar-se a subsistência segundo o uso ditado pelos costumes”;
- “os projetos realistas e viáveis promovem mudanças e não apenas inovações exces-

sivas e inócuas”, da mesma forma que “os projetos bem sucedidos respeitam os padrões da cultura local ou, pelo menos, não se impõem ou sobrepõem a esses padrões”;

- “apesar de os planejadores se encantarem em promover a auto-ajuda comunitária e a formação de cooperativas, raramente são analisadas, com profundidade, as organizações locais tradicionais”, que, aos invés de serem concebidas como obstáculos a transpor, “deveriam ser identificadas e aproveitadas como recursos para o desenvolvimento”;
- necessita-se de um “maior uso dos modelos sociais do terceiro mundo para o desenvolvimento do terceiro mundo, modelos que incluem clãs, linhagens e outros grupos aparentados que possuem e exploram, em comum, propriedades e recursos”.

Essas observações enfatizam a necessidade de se conhecer, em profundidade, a identidade cultural local como premissa para o desenvolvimento. Todavia, mais do que ao pesquisador, importa à comunidade reconhecer essa autoidentificação cultural e assumir esse eficaz instrumento com o objetivo de se tornar protagonista do seu próprio processo de desenvolvimento local.

Segundo Claxton (1994), uma sociedade que confia em sua cultura estará mais aberta e receptiva, fato que transforma o (auto) conhecimento em um instrumento de integridade de um povo. Claxton considera ainda que a abertura cultural a outras idéias e a vontade e capacidade de assimilar idéias de outras culturas influenciam na boa marcha do desenvolvimento. Essas considerações foram delineadas à luz da constatação de que no modelo ocidental de desenvolvimento, o que importa é a completa integração dos novos costumes aos fundamentos culturais de uma comunidade, face à idéia corrente de progresso e à crença na capacidade humana de dominar o meio ambiente e melhorar as condições gerais de existência. Dessa forma, infere-se que a auto-identificação cultural fortalece uma comunidade e a torna apta à manutenção da integridade face às fricções interculturais.

Tal como salienta Goulet (1997/98), o desenvolvimento requer nítidas bases éticas: o respeito à diversidade biológica e cultural; a coexistência de uma pluralidade de cosmovisões, traduzindo-se em tolerância; o

reconhecimento da pluralidade de modelos possíveis; uma aproximação não reducionista da economia; a existência de enfoques pluralistas e não reducionistas sobre a tecnologia; a valoração dos seres humanos como um objetivo último e não meramente como instrumentos; o respeito sagrado à biosfera como base de sustentação da existência humana; a responsabilidade pela administração do cosmos e a integridade de sobrevivência da natureza. O desenvolvimento, acrescenta Goulet, também deve prever o aprimoramento de um profundo *ethos* (ou comportamento) solidário, que se expresse na solidariedade interna dos povos, na solidariedade internacional e na solidariedade entre gerações. Somente a solidariedade pode estancar os efeitos e as dinâmicas excludentes que decorrem das forças de mercado e dos processos de crescimento alheios a qualquer controle ou regulação.

Assim, a expansão das liberdades reais é enfatizada como o objetivo primordial e o principal meio do desenvolvimento, nas idéias divulgadas por Sen (2000): o desenvolvimento de uma comunidade deve referir-se às liberdades substantivas inerentes a capacidades humanas elementares, tais como a capacidade de evitar a fome, de saber ler, de gozar de liberdade política, entre outras. Não por acaso, a UNESCO tem enfatizado que a educação desejável para o novo milênio deve se assentar em quatro pilares principais: Aprender a Conhecer; Aprender a Fazer; Aprender a Conviver e Aprender a Ser (Delors, 1998). São saberes que têm implícitos valores fundamentais a uma educação emancipadora, já explicitados nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, promulgados em 1998: a “estética da sensibilidade”, presente no aprender a conhecer e a fazer, indispensável para promover a criatividade e incentivar a reação crítica à padronização tecnológica do mundo contemporâneo; a “política da igualdade”, subentendida no aprender a conviver, preserva o Direito e a democracia da pilhagem dos autoritarismos de toda espécie, sejam eles políticos, econômicos, culturais, religiosos, morais...; por fim, o valor implícito ao aprender a ser está fundado na “ética da identidade”, sem a qual não se educa para a autonomia e responsabilidade (MEC, 1999).

Ora, a pretensão dos planejadores deve ser a de promover o desenvolvimento local, não a despeito da cultura que se tem, mas segundo as características étnicas e históricas da região. Dessa maneira, não há por que temer o risco apontado por Rist (1994) da subalternização da cultura ao desenvolvimento. Mais ainda conviria sublinhar: a efetivação de um planejamento eficaz, em que a cultura e o desenvolvimento de uma região se harmonizem – e aqui é possível considerar o contexto sul-mato-grossense –, não pode prescindir da educação, cujos valores estéticos, políticos e éticos, deverão respaldar os projetos para que sejam realistas e viáveis.

### 3. Patrimônio cultural, memória e desenvolvimento

Ao processo de conhecimento da identidade cultural do local agrega-se, de forma indissolúvel, a necessidade do acesso da população à educação, à qual compete contemplar o conhecimento científico e a reflexão acerca das experiências e conhecimentos, tanto globais quanto locais. Quando consegue reconhecer com descortino as características de funcionamento e conseqüências advindas de diferentes projetos de desenvolvimento, a população local pode melhor selecionar as estratégias com as quais se identifica. Simultaneamente, a educação deve valorizar a memória e os costumes da comunidade, em prol do afloramento da identidade e do fortalecimento da auto-estima. Em lugar da fragmentação do conhecimento, devem-se ampliar as possibilidades de questionamentos e interpretação, assim como o respeito à diversidade cultural, tradições e diferenças.

O compromisso histórico contribui para o preservação do patrimônio cultural e natural. A indivisível relação entre o cultural e o natural pode ser exemplificada a partir da observação do Parque Nacional Serra da Capivara incluído, em 1991, na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, da UNESCO. Situado no Estado do Piauí, esse Parque destaca-se pelas centenas de sítios arqueológicos – parte dos quais associados aos primeiros povoadores das Américas – e como alternativa de desenvolvimento local. Sob a coordenação da arqueóloga Niéde Guidon, a prática de preservação do patrimô-



nio cultural é ligada, diretamente, ao trabalho de manutenção do ecossistema de caatinga e à melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Foram criadas escolas e desenvolvidas estratégias de conscientização ambiental para evitar caça de animais, queimadas e extração mineral, criando-se, conjuntamente, atividades que valorizam os atributos locais, tais como serviços de monitores para o turismo nos abrigos com pinturas rupestres, assim como para o museu e para o controle de cupim nos abrigos, pois essa térmita destrói pinturas; também desenvolveram-se projetos de implementação de apicultura e de arte cerâmica. Os vínculos da comunidade com a paisagem acentuam-se, numa perspectiva histórica, ao se considerar que o local foi vivenciado por diferentes povos, que se sucederam em distintas práticas culturais.

A proteção do patrimônio cultural é prevista pela própria Constituição da República Federativa do Brasil de 05.10.1988, art. 216, prevendo-se que nele se incluem bens de natureza material e imaterial, tangível e intangível, referências “à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...) as formas de expressão, (...) os modos de criar, fazer e viver; (...) as criações científicas, artísticas e tecnológicas, (...) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, (...) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. A efetiva preservação dessa memória e dessa paisagem começa no seu (re)conhecimento e (re)valorização pela própria comunidade local.

Para que essa proteção do patrimônio cultural se efetive, é necessário o incremento do processo de educação ambiental e de conscientização da comunidade, local e nacional. A partir de uma reflexão ampla acerca da memória e de sua relação com a qualidade de vida, o passado pode ser observado como um bem para o futuro. Nessa perspectiva, pode-se exemplificar que, cada vez mais, cai em desuso a associação imediata, fruto do senso comum, entre o patrimônio cultural de uma comunidade e o ambiente museológico formado por gabinetes de antiguidades ou

espaços para especialistas ou “desocupados”. O patrimônio cultural subsidia ações de divulgação dos conhecimentos, para reflexão e formação de consciência social, visando ao conhecimento da realidade local e regional e à promoção de recursos humanos. Essas noções podem ser ilustradas com o projeto denominado “Museu Dom Bosco vai à comunidade”, atualmente em implantação nesse museu, em Campo Grande. Esse projeto, subsidiado pelo CNPq e realizado pela UCDB, prevê a integração de distintas áreas do conhecimento (etnologia, arqueologia, zoologia, geologia e paleontologia), e a interação *in loco* com professores, estudantes e a comunidade em geral.

#### 4. Considerações finais

Infere-se, das reflexões aqui desenvolvidas, a necessidade premente de projetos de pesquisa cujo objeto será a valorização da identidade cultural da comunidade em sua qualidade de ferramenta indispensável ao desenvolvimento local. Num quadro em que atuam forças econômicas e ideológicas, numa realidade contraditória e fragmentária, muitas vezes marcada pela inadequação entre discurso e ação, é também necessário o estabelecimento de políticas públicas alheias ao movimento flutuante de sucessões eleitorais, que dêem sustentação à ampliação do acesso popular à educação, à saúde, à moradia, mas também à cultura e ao “ócio criativo”, algumas entre as várias necessidades vitais ao ser humano.

O desenvolvimento local pressupõe esse conjunto de pré-condições para seu crescimento, com vistas à manutenção da identidade local. A criatividade, fruto da interlocução interna à comunidade, instrumentaliza o desenvolvimento de projetos adequados às condições sócio-culturais locais. Em conjunto, estudos técnico-científicos e projetos de longa duração somam-se ao saber empírico local, e tornam efetivo e produtor o conhecimento sobre o lugar. A afirmação da identidade cultural é imprescindível ao fortalecimento da comunidade em seu ambiente, possibilitando-lhe a escolha das melhores soluções e, conseqüentemente, a condução do processo de desenvolvimento local.

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].
- BERRIANE, Mohamed. *Tourism, culture and development in the Arab region: supporting culture to develop tourism, developing tourism to support culture*. Paris: UNESCO, 1999.
- BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *ILPES, Caderno*, Santiago de Chile, n. 29, p. 1-12, 1982.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información*. Economía, sociedad y cultura. Madrid: Alianza, 1997.
- CLAXTON, Mervyn. *Cultura y Desarrollo*. Estudio. Paris: UNESCO, 1994. ([unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/](http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/))
- CUVELIER, Pascal; TORRES, Emmanuel; GADREY, Jean. *Patrimoine, modèles de tourisme et développement local*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- DELORS, Jacques (org.) *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.
- GOULET, Denis. Biological Diversity and Ethical Development. En: *ICIS FORUM*, v. 22, n. 1, New York, jan. 1992. In: ELIZALDE, Antonio. *Desarrollo*. *Boletín de Filosofía*, n. 9, v. 2, Santiago/Chile, 1997/98.
- KILANI, M. Anthropologie du développement ou développement de l'Anthropologie? quelques réflexions critiques. In: RIST, Gilbert (org.). *La culture, otage du développement?* Paris: L'Harmattan/EADI, 1994. p. 15-29.
- KOTTAK, Conrad. La cultura y "el desarrollo económico". In: *Antropología del desarrollo*. Teorías y estudios etnográficos en América Latina. VIOLA, Andreu (comp.) *Antropología del desarrollo*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- LONGHI, Christian; SPINDLER, Jacques. *Le développement local*. Paris: LGDJ, 2000.
- MALHERBE, Michel. *Les cultures de l'humanité*. Le développement est une question de culture. Paris: Editions du Rocher, 2000.
- MEC - Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMT, 1999.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PECQUEUR, Bernard. *Le développement local: pour une économie des territoires*. Paris: La Découverte & Syros, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.
- RIST, Gilbert (org.). *La culture, otage du développement?* Paris: L'Harmattan/EADI, 1994.
- RUIJTER, Arie de; TIJSEN, Lieteke van Vucht. Culture and development: an ambivalent alliance. In: *Culture Dynamics in Development Processes*. (Ed. Arie de Ruijter, Lieteke van Vucht Tijssen). Netherlands: Netherlands National Commission for UNESCO, 1995.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ULLMANN, Reinholdo. *Antropologia: o Homem e a cultura*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- ZILIANI, José. *Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul*. Dourados, 2000. Dissertação (Mestrado) - UFMS.

OSORIO, Jorge. "La deriva de la democracia. Afirmaciones y dilemas del Tercer Sector y una propuesta de agenda común en América Latina" en Memoria del II Encuentro de la Red Latinoamericana y del Caribe de la Sociedad Internacional de Investigación del Tercer Sector. *PROHUMANA*, Santiago: Universidad Bolivariana, 1999.

OLVERA, Alberto. "Introducción" en *La Sociedad Civil. De la Teoría a la Realidad*. México: El Colegio de México, 1999.

PNUD. *Informe sobre Desarrollo Humano 1998*. Madrid: Mundi-Prensa, 1998.

PROGRAMA Chile Sustentable. *Chile: Sustentabilidad Social y Redistribución del Ingreso* (Documento preliminar en base a trabajos de Jacobo Scahtan), Biblioteca virtual del Programa Chile Sustentable, junio 1998.

Programa Chile Sustentable. *Por un Chile Sustentable*. Propuesta ciudadana para el cambio. Santiago, 1999.

REY, Germán. Informe de relatoría del Encuentro del Tercer Sector efectuado en Cartagena de Indias.

RORTY, Richard. *Pragmatismo y política*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1998.

seres humanos además tienen palabra porque pueden deliberar sobre lo justo y lo injusto. Las normas tienen que ser debatidas y aceptadas por todos los afectados por ellas.

3. Vivimos tiempos de ética intersubjetiva, pero con una pérdida de la ética intrasubjetiva. Nos hemos acostumbrado a vivir en la exterioridad porque estamos siempre referidos a la exterioridad. Nadie tiene un segundo para reflexionar consigo mismo. Es necesaria una conversión del corazón. Hay que recuperar la dimensión de la interioridad. Hay que ensimismarse para poder criticar.

4. Tengamos cuidado con las creencias falsas. Debemos distinguir entre las ideas y las creencias. Las ideas son cosas que elaboramos, en las creencias se está. ¿Qué nos llevó a creer que el poseer mercancías es alcanzar la felicidad? No pongamos la confianza en los que no nos da la felicidad. No nos olvidemos nunca de los 1000 pares de zapatos de Imelda Marcos o de las 20 casas de Julio Iglesias.

5. Es necesario cambiar las actuales formas de consumo porque son formas de vida insustentables. Para vivir formas de vida sustentables se debe introducir el principio de la universalización negativa: "no consumas nunca productos cuyo consumo no se puede universalizar sin producir daño a las personas o al medio ambiente". Hay que avanzar hacia una cultura de la sobriedad, de un cierto ascetismo voluntario. Hay que optar por formas de vida que sean universalizables, que permitan la inclusión y la participación de todos.

6. Los bienes de la tierra son por esencia y naturaleza bienes sociales y los bienes sociales tienen que ser distribuidos. Los bienes de justicia deben ser entregados a todos los seres humanos. Los Derechos Humanos de primera, segunda y tercera generación, son todos imprescindibles para alcanzar la dignidad humana. Pero recordemos también que hay bienes de gratuidad, lo que se da diáfana y transparentemente a quienes son carne de la misma carne, a quienes amamos. Podemos compartir la abundancia del corazón. Para ello es necesario superar el discurso del contrato, propio ya no sólo del mercado sino que también extendido al ámbito de la política, para avanzar hacia el

discurso de la alianza de nuestra común naturaleza humana.

Richard Rorty (1998) en un magnífico artículo analiza muy agudamente el tema planteado por Adela Cortina señalando el dilema moral subyacente, preguntándose si es que hay que contraer el círculo de los beneficiarios del desarrollo económico por lealtad (riesgo de que no alcance para todos en un nivel digno) o expandirlo por justicia hacia todos los seres humanos.

Para superar esta aparente paradoja moral y en la línea de lo sugerido por Adela Cortina considero imprescindibles realizar tres grandes tareas a nivel individual y colectivo:

1. la producción de significados y resignificaciones nuevas que sustituyan el actual vaciamiento de sentido de la existencia humana;
2. la organización de la esperanza en un mundo mejor, más amable y querible para todos; y
3. la transformación del deseo en voluntad, esto es asumir una mentalidad proactiva; hacer que las cosas sean como soñamos nos requiere hacer, actuar, cambiar, dar algo de nosotros, para así revolucionar nuestras conductas y valores.

Las propuestas antes expresadas nos permitirían avanzar en el mundo que nos tocará vivir a los seres humanos en este nuevo milenio que se avecina. hacia la creencia colectiva en la deseabilidad, posibilidad viabilidad y factibilidad de una sociedad incluyente, donde todos los humanos tengamos cabida y donde la vida en todas sus expresiones sea profundamente reverenciada y respetada.

N.d.A.: Exposición en el II Seminario Internacional de Prolides "Democracia y Gobernabilidad. Políticas públicas alternativas en busca de la sustentabilidad". São Paulo, Brasil, 24 de julio de 2000.

### Referencias bibliográficas

ARANGUREN, José Luis. "Prólogo" al libro de Adela Cortina. *Ética Mínima*. Introducción a la filosofía práctica. Madrid: Tecno, 1986.

CORTINA, Adela. *Ciudadanos del mundo*. Hacia una teoría de la ciudadanía. Madrid: Alianza, 1998.

FRANCO, Saúl. *El Quinto*: no matar. Contextos explicativos de la violencia en Colombia. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo, 1999.

de mínimos dice relación con aquellos consensos básicos contruidos en sociedades plurales, pero que son imprescindibles para perseguir colectivamente la felicidad humana, los cuales han sido queridos por los afectados, tras un diálogo celebrado en condiciones de simetría.

El siglo que recién dejamos se caracterizó por la violencia con la cual se buscó imponer formas de organización social y económica destinadas a alcanzar la sociedad perfecta: Fueron millones las personas que murieron como producto de decisiones adoptadas por unos pocos a nombre de "muchos" que ni siquiera tuvieron la posibilidad de decidir por sí mismos. En otros casos, también unos pocos pretendieron asumir la representación de los intereses de las "mayorías" explotadas, discriminadas y excluidas, buscando conquistar el poder para ellas, mediante formas de lucha, de las ellas no participaron; pero que les hicieron perder incluso lo poco que habían obtenido en sus largas luchas (sus organizaciones, legislaciones favorables, dirigentes sociales, capacidad de movilización, etc.) debido a la represión desencadenada.

Hoy, sin embargo, por el contrario vivimos en una absolutización del mercado: el cual es visto no sólo como un medio y método sino que también como un fin en sí mismo. El eje fundamental del mal llamado progreso, modernización e incluso desarrollo es la mercantilización del mundo; el mercado es la matriz del mundo del futuro. Esto está implicando una radical transformación del sentido de la vida humana. Hay aquí presentes tres profundos sesgos valóricos:

1. La priorización del capital que se desatiende de las necesidades de las personas.
2. Nuestros países, nosotros mismos, en cuanto identidades culturales, vistos como obstáculos al desarrollo, al crecimiento, al avance y progreso, vale decir como rezagos a la modernización.
3. La insensibilidad al pobre, más aún la aporofobia (odio al pobre), ya que el pobre no tiene nada que hacer en el mercado, es alguien que sobra, más aún es y puede llegar a ser una amenaza. Olvidando que por otro lado los pobres son una parte sustantiva (al menos demográficamente) de nuestra realidad.

Es imprescindible, por tanto, clarificar el modelo social al que aspiramos. En tal sentido propongo tres criterios mínimos:

1. una sociedad donde nadie quede excluido (deber de participación).
2. una sociedad solidaria con los más débiles (deber de solidaridad).
3. una sociedad donde cada cual aporte lo suyo (deber de responsabilidad).

Por otra parte, es fundamental, un profundo cambio de naturaleza moral para poner fin a la discrecionalidad del uso del poder político, pero principalmente a la arbitrariedad del poder económico y del poder cultural.

Para lograr lo anterior hay que avanzar a construir una ética pública, pero, ¿cómo construirla a partir de éticas privadas disímiles?

En el III Congreso de Bioética de América Latina y El Caribe realizado recientemente en Panamá, Adela Cortina nos ha presentado algunas ideas para avanzar en la constitución de esa nueva ética: una nueva ética mundial. Ellas apuntan a resolver la actual tensión casi esquizofrénica entre globalización económica y globalización política y cultural.

1. La globalización cultural en la actualidad está siendo una colonización cultural tipo "Mac World". Pero debemos dejar de lado la visión de que "nos invaden, nos colonizan", la cultura del fatalismo de dominado; hay que dejar de creer en la maldición de Malinche; ya que somos ciudadanos, somos protagonistas, somos responsables de nuestro futuro. Hay que recordar que cuando se produjeron los grandes cataclismos geológicos, no sobrevivieron los enormes animales, las bestias más poderosas, tales como los dinosaurios, sino que los pequeños animalitos del campo, los eslabones finales de la cadena trófica: aquellos a quienes todos se comían.

2. Es imprescindible recuperar la cultura de la palabra, del concepto, del debate de las ideas, y no dejar sólo a la cultura de la imagen. Hay que disputarle el espacio en el manejo del imaginario colectivo. Debemos recordar que una imagen vale más que mil palabras pero sólo y únicamente si va acompañada de palabra. Aristóteles afirmó que los animales al igual que los humanos tienen voz, pero los

canasta básica, es indigente. Pues bien, 1,7 millones de chilenos se encontraban en 1996 en condición de indigencia. En el otro extremo 550 mil personas ricas disfrutaban de un ingreso cercano a 50 canastas y otro medio millón lo hacía con ingresos equivalentes a 20 canastas. Pero la pobreza en Chile no consiste sólo en un ingreso que no permite satisfacer necesidades básicas esenciales; es también la negación de oportunidades para salir de esa situación" (Programa Chile Sustentable, 1998).

6. En nuestros países, al igual que en muchas partes, periódicamente se inician campañas de tipo benéfico o filantrópico por medio de los medios de comunicación al estilo de la campaña de la Teletón. Para ello se hace uso de un niño símbolo, con el propósito de conmover la conciencia y generosidad de la población. ¿Por qué la emoción que nos generan esos niños no la podemos hacer extensiva a otros seres también humanos, pero pobres: ancianos, borrachos, mendigos, vagos: todos ellos sucios, miserables, desheredados? ¿Qué nos bloquea la compasión y la ternura hacia ellos? ¿No será como lo señala Adela Cortina (1998, p. 238), que, "aunque las Naciones Unidas carguen las tintas en el racismo y la xenofobia como obstáculos ante la conciencia de la igualdad, el mayor obstáculo sigue siendo la aporofobia, el desprecio al pobre y al débil, al anciano y al discapacitado?"

Algunos datos e informaciones para hacernos creer que se puede cambiar lo anterior: compartiendo sueños y construcciones colectivas.

Germán Rey (2000), de la Fundación Social de Colombia, presentó un informe de relatoría del Encuentro del Tercer Sector efectuado el año 2000 en Cartagena de Indias:

Al construir mi mapa (que solo es una versión de lo que ocurrió en este V Encuentro) me encontré con dos grandes regiones: la región de las grandes tendencias en que se expande el Tercer Sector y la región, más específica y concreta, de su perfil como sector social que busca su propia identidad y demuestra sus propios límites. Detecté por lo menos 8 grandes tendencias:

La primera, la afirmación de viejas y de nuevas exclusiones así como la necesidad de inclusiones en una sociedad en que amplios sectores sociales están quedando desenganchados de los circuitos económicos, del trabajo o de la información.

La segunda, el fortalecimiento de institu-

cionalidades muchas veces resquebrajadas, precarias que deben ser fortalecidas, la imperiosa necesidad de profundizar la política (en ese recuperable sentido de que hablara Hannah Arendt de *lexis* y de *praxis*, es decir de discurso y de acción) y de aportar a la gobernabilidad.

La tercera, es la reconstrucción de un tejido social que se ha deshecho por las inequidades, las violencias o la discriminación junto a la emergencia de nuevos actores y sobre todo la aparición de otros estilos de acción política que no reproduzcan los enfoques verticalistas, patriarcales y autoritarios.

La cuarta, es la constatación de una tensión que enmarca de otro modo la acción de nuestras organizaciones: me refiero a la tensión entre las conexiones globales y las identidades locales.

La quinta alude a la convergencia entre legitimidad, representación y participación social. No cabe duda que las organizaciones del tercer sector están en medio de la crisis de representación que las cobija a ellas mismas. Porque es prudente preguntarse sobre los orígenes y la naturaleza de su representatividad social, de dónde emerge su capacidad de representar a los ciudadanos y cuáles son las oportunidades reales de participación dentro de sus propios funcionamientos como instituciones sociales.

La sexta es la unión entre los proyectos de sociedad y la existencia de principios generales ordenadores, lo que significa preguntarnos, como se ha hecho en repetidas ocasiones en este Encuentro si es posible y sugestivo arriesgarse a proponer diseños colectivos de futuros en épocas que parecen haber cedido los proyectos de largo plazo, en que la cohesión social es una tarea aparentemente imposible y el obrar por finalidades es puesta en cuestión.

El séptimo momento de este mapa de tendencias en que se ubica y participa el tercer sector es la modificación, en algunos casos dramática pero siempre exigente de las relaciones entre el ámbito privado y el interés público.

Y finalmente, la octava tendencia es el resalta- miento, el protagonismo de la comunicación, la tecnología y las transformaciones culturales que le están dando matices diferentes a lo público.

Acotando la reflexión y la propuesta.

¿Qué, cómo y dónde podríamos hacer algo posible y necesario?

Para profundizar en lo que deseo compartir con uds, quiero partir desde una distinción introducida por José Luis Aranguren (1986), entre una ética de máximos y una ética de mínimos. Esta última es el tipo de ética propia de sociedades caracterizadas por el pluralismo, es decir por la coexistencia de distintas visiones filosóficas y religiosas, y por tanto por concepciones diferentes respecto a la forma de interpretar la realidad y el sentido de la vida y de lo humano. La ética mínima o

Esto significa que: “[...] Para hacer comparables los datos con las cifras oficiales, es necesario decir que el 20 % más rico de la población de Chile concentra más del 60% de los ingresos, y el 80% de la población se reparte el 40% de los ingresos restantes. Estas cifras fueron avaladas por el Banco Mundial, que señaló que el 61% de los beneficios del creci-

miento económico se quedaba en 1.4 millones de chilenos y otros 12,6 millones de personas de estratos medios y pobres se repartían el 39% de los ingresos”. Es importante constatar que la estructura distributiva del ingreso en Chile es profundamente discriminatoria y una de las más injustas a nivel mundial” (Programa Chile Sustentable, 1999).

**Cuadro n. 1: Distribución del Ingreso por veintiles de personas, 1996 (US\$ 1 = 450 pesos)**

Veintil Personas*	Ingreso Promedio Per Capita** (pesos)	Ingreso Total Estrato	
		(millones de pesos)	(%)
1	8.602	6.089	0,42
2	15.760	11.156	0,76
3	19.562	13.848	0,95
4	24.137	17.086	1,17
5	27.884	19.739	1,35
6	31.917	22.594	1,54
7	35.929	25.434	1,74
8	40.496	28.667	1,96
9	45.335	32.092	2,19
10	50.786	35.951	2,46
11	56.920	40.293	2,75
12	63.833	45.187	3,09
13	71.953	50.935	3,48
14	82.702	58.544	4,00
15	97.055	68.704	4,70
16	115.269	81.598	5,58
17	141.932	100.472	6,87
18	181.715	128.634	8,79
19	265.461	187.917	12,84
20	689.387	488.010	33,36
<b>Total</b>	-----	<b>1.462.950</b>	<b>100,00</b>

\* Población total divididos en 20 estratos iguales de 707.890 personas cada uno.

\*\* Ingreso total estrato dividido por 707.890 personas.

Fuente: Programa Chile Sustentable en base a trabajo de Jacobo Schatan.

El distanciamiento económico social es cada vez mayor a medida que pasan los años. Entre 1990 y 1996, por cada peso de incremento de los ingresos del 10% más pobre del país, el 10% más rico lo hizo en 40 pesos. Aún si comparamos el medio millón de habitantes más rico con el medio millón más pobre, tenemos que en 1994 una persona del estrato más rico obtenía ingresos 77 veces mayor que una persona del estrato más pobre, pero en 1996, la diferencia había crecido a 100

veces. En efecto, mientras el ingreso por persona en el estrato más pobre era de ocho mil pesos, en el estrato más rico era de 800 mil pesos.

Si tomamos la Canasta Alimentaria Básica (CAB), indicador usado para medir la pobreza en Chile, esta refleja el requerimiento nutricional mínimo de subsistencia. La línea de pobreza se traza en el valor de dos Canastas Alimentarias Básicas. Si una familia tiene un ingreso inferior al valor de una

ecosones, a más de 36 millones de habitantes que consuman al nivel del decil más pobre de la población.

Es posible que históricamente esto haya sido posible debido al importante déficit de integración que caracterizó en el pasado reciente a nuestros países, amplios sectores de población que estaban marginados parcial o absolutamente del consumo.

Creo importante acotar al respecto otro dato, sólo recién en el año 1967, es decir hace un poco más de 30 años atrás, se aprobó en Chile la Ley de Sindicalización Campesina, que estableció la obligatoriedad de la remuneración en metálico de los trabajadores agrícolas, hasta ese momento se les pagaba la mayor parte de su salario con especies (galleta, harina, frejoles, ropa, etc.)

3. Saúl Franco haciendo un estudio sobre la epidemiología de la violencia en Colombia comprobó, mediante un análisis territorial de la distribución de las muertes producidas por la violencia que sacude hace ya varias décadas a ese país, que la violencia tiene que ver más que con la pobreza con la inequidad en la distribución de la riqueza. Quiero recordar aquí que Josué de Castro afirmaba que en Brasil, país con similares problemas de inequidad en la distribución del ingreso, la mitad de la población no dormía porque se acostaba con hambre y la otra mitad no dormía por temor a los que tenían hambre. ¿Cuánto de nuestra propia violencia e inseguridad no es explicable por la enorme inequidad en las oportunidades y en la distribución del ingreso?

4. En un análisis realizado por el Centro de Análisis de Políticas Públicas de la Universidad de Chile en un seminario sobre equidad en la educación superior chilena, de un trabajo de tabulados especiales de la Prueba de Aptitud Académica 1997 (que es la prueba de carácter nacional que se aplica como instrumento para seleccionar a los postulantes a la educación superior), los datos muestran diferencias impresionantes en los resultados obtenidos dependiendo del tipo de colegio del cual se proviene. El promedio obtenido por los estudiantes cuyo origen es un colegio particular pagado es de 576 puntos, mientras que el puntaje promedio que obtienen los que provienen de colegios particulares gratuitos subvencionados por el

Estado es de 476 puntos y el de colegios municipales gratuitos es de sólo 475 puntos. Todo ello con un instrumento cuyos rangos oscilan entre 350 puntos y 800 y un poco más. ¿No es entonces el propio sistema educativo, más que un ampliador de las oportunidades para todos, uno de los principales mecanismos reproductores de la inequidad?

5. Pese a que el ingreso nacional ha crecido significativamente en Chile en la última década y media y se ha más que duplicado en este período. En 1997 el PIB per cápita de Chile alcanzó la cantidad de US\$ 5.271,6. Sin embargo, la distribución del ingreso en Chile continua siendo una de las más malas del continente y del mundo. De acuerdo a la Encuesta Suplementaria de Ingresos efectuada por el INE en el último trimestre de 1996, el quintil más pobre de los hogares (20%) recibe el 5,3 del ingreso mientras que el quintil más rico de los hogares percibe el 54,6 del ingreso total. Sin embargo, en término per cápita, la regresividad en la distribución del ingreso es muy superior a la referida a los hogares, en razón de la apreciable diferencia en el número de componentes entre hogares pobres y hogares ricos (4,89 en el decil de menores ingresos y sólo 2,73 en el último decil). Si se analiza la distribución del ingreso en esos términos, el 7,1 por ciento de las personas que componen el decil más rico de los hogares percibe el 40,7% del ingreso total, monto superior al captado por más del 70% de hogares más pobres que constituyen casi un 80 por ciento de la población.

Distribución del Ingreso por Hogares en deciles en términos per cápita (1996).

Deciles	%Población	%Ingresos
1	12,7	2,0
2	12,2	3,3
3	11,8	4,2
4	11,1	5,1
5	10,3	5,9
6	9,5	6,7
7	8,9	8,0
8	8,5	10,2
9	7,8	13,9
10	7,1	40,7

Fuente: Instituto Nacional de Estadísticas.



23), el Tercer Sector es un actor que en las últimas tres décadas ha ido desarrollando procesos de afirmación y constitución como actor social y que actualmente: emite juicios globales; fiscaliza los gobiernos; crea opinión pública; moviliza recursos; genera redes de información; sistematiza sus prácticas; administra sistemas de gestión y producción de conocimientos; socializa sistemas de apreciación ética que movilizan a jóvenes y personas adultas; promueve el asociativismo ciudadano voluntario; profesionaliza cuadros directivos claves; es capaz de poner en el debate político el llamado “argumento de la sociedad civil”; seculariza su ideología y la transforma en un conjunto de estimativas éticas plurales sujetas a los valores de la solidaridad.

Todo ello gracias a la existencia de un marco contextual caracterizado por: la búsqueda de una conectividad con paradigmas de desarrollo basados en la sustentabilidad ambiental, democrática, cultural y social; la participación en procesos de empoderamiento a partir del enfoque de creación de capacidades y derechos en los sujetos sociales y de generación de capital social y cultural en las comunidades; el desarrollo de un nuevo discurso de responsabilidad social que incluye a las empresas y a las instituciones privadas, convocando a redefiniciones de política social y al establecimiento de nuevas alianzas con el estado para refundar el sentido de lo público en las democracias existentes; el desarrollo de estrategias de fortalecimiento de poderes ciudadanos locales asociadas a estrategias de defensa y promoción de los derechos humanos en todas sus generaciones; la valoración de los derechos a la diversidad y la lucha contra toda discriminación por razones étnicas o de género; el desarrollo de redes de cooperación y emprendimientos económicos basados en la mutualidad, la reciprocidad y los beneficios sociales.

### **A vía de ejercicio, algunos datos y preguntas para cuestionarnos y complicarnos**

1. La esperanza de vida al nacer en el año 1995, variaba según el Informe de Desarrollo Humano del PNUD para el año 1998 (1998), en el mundo entre 34,7 años en Sierra Leona (Africa) y 79,9 años en Japón.

En el mismo año nuestros países alcanzaban los siguientes guarismos: Argentina alcanzaba 72,6 años; Bolivia tenía 60,5; Brasil 66,6; Chile tenía 75,1; Paraguay 69,1 y Uruguay 72,7 años. Esto significa que en años de vida un ser humano en Japón o incluso en Chile puede esperar vivir más que el doble de lo que vive quien nace en Sierra Leona. ¿No ocurre lo mismo en nuestros países condicionado por el haber nacido en un hogar rico o en un hogar pobre? ¿Cuáles son las diferencias entre las regiones de cada país y entre municipios o comunas pobres y comunas ricas en términos de esperanza de vida al nacer? ¿Qué enormes diferencias no se dan también al interior de las propias grandes ciudades de nuestros países?

2. Según el mismo Informe de Desarrollo Humano ya mencionado a partir de estimaciones de la Revista *Fortune*, los ultra ricos en el mundo en el año 1997 eran 225, su patrimonio combinado era igual al ingreso anual del 47% de la población mundial. De ellos, varios son latinoamericanos y, en el caso de Chile, existen 5 ultra ricos cuyo patrimonio combinado es superior al ingreso anual del 33% de los hogares más pobres en los cuales vive más del 40% de la población chilena. ¿Cuánto Desarrollo Humano suma o resta una concentración del ingreso de tal magnitud? ¿Cuánta exclusión significan tales niveles de concentración de la riqueza?

¿Cuál es el peso ecológico o entrópico del 10% de los hogares más ricos que habitan el 7,1% de la población, cuando el nivel de ingresos de los hogares más ricos es en términos per capita superior a 36 veces el de los hogares más pobres?

Podemos hacernos preguntas tales como: ¿cuánto pesa el consumo de agua o de energía de una vivienda de 300 o 400 metros cuadrados, con mil o 2 mil metros de jardines (césped) para un solo grupo familiar y con un vehículo per cápita en un grupo familiar conformado por cinco o seis personas?

Si hacemos uso del concepto acuñado por Manfred Max-Neef de “ecosón”, que es el peso peso o carga ambiental de un consumidor en función de su nivel de consumo, podríamos estimar que en Chile el decil más rico conformado por poco más de un millón de personas es equivalente en términos de

## Sociedad Civil y Tercer Sector, inclusión y exclusión en un mundo g-localizado.

### Fragmentos y retazos de un modelo para armar

*Civil Society and Third Sector, inclusion and exclusion in a g-localized world. Fragments and pieces for an underconstruction model*

Sociedade Civil e Terceiro Setor, inclusão e exclusão em um mundo g-localizado.

Fragmentos e peças avulsas de um modelo em construção

Antonio Elizalde

Universidad Bolivariana de Santiago (Chile)

Contato: elizalde@mcl.cl

**Resumen:** El trabajo se inicia debatiendo los conceptos de sociedad civil y de tercer sector y presenta a continuación a manera de collage un conjunto de datos que permiten situar a la enorme inequidad prevalente como el principal problema de las sociedades actuales. Señala a continuación los principales desafíos que deberá enfrentar el tercer sector, para terminar afirmando la necesidad de un profundo cambio cultural y del desarrollo de nuevas concepciones éticas que nos conduzcan hacia una sociedad donde todos los seres humanos queden incluidos y que respete y reverencie todas las formas de vida.

**Palabras claves:** Sociedad Civil; Tercer Sector; Inclusión y Exclusión Social.

**Abstracts:** The study in hand begins by debating the concepts of civil society and the third sector, continuing with the presentation, in the form of a collage, of a set of data which permit the definition of an enormous and prevalent inequality as the main problem of present day societies. It then carries on to point out the main challenges that the third sector should face, finishing by affirming the necessity of a profound cultural change and of the development of new ethic concepts which lead to a society in which all human beings are included and in which there is respect and reverence for all forms of life.

**Key words:** Civil Society; Third Sector; Social Inclusion and Exclusion.

**Resumo:** O estudo inicia-se debatendo os conceitos de Sociedade Civil e de Terceiro Setor, prosseguindo com a apresentação, sob forma de colagem, de um conjunto de dados que permitem definir a enorme e prevalente desigualdade como o principal problema das sociedades atuais. Assinalam-se, na seqüência, os principais desafios que o Terceiro Setor deverá enfrentar, concluindo-se com a afirmação da necessidade de uma profunda mudança cultural e do desenvolvimento de novos conceitos éticos que conduzam a uma sociedade na qual todos os seres humanos estejam incluídos, e na qual haja respeito e reverência a todas as formas de vida.

**Palavras-chave:** Sociedade Civil; Terceiro Setor; Inclusão e Exclusão Social.

### La sociedad civil

En su acepción actual el concepto, obviamente polisémico (es decir con muchas escuchas posibles), hace referencia a una idea o noción que viene a sustituir las nociones bastante desgastadas de revolución y toma del Estado. Es un concepto recuperado por diversos autores tales como Castoriadis, Bobbio, Touraine, Habermas, Kolakowski, O'Donnell, Weffort y Cardoso, entre muchos otros, como una crítica al marxismo estructural de los setenta y buscando salir de la crisis en que se encontró abruptamente el pensamiento progresista. El concepto de sociedad civil se funda en la idea de que existe una tercera esfera de la sociedad, además del mercado y el Estado, en la cual puede fincarse la democracia a través de la libre asociación y sobre la base sociológica de la interacción social. La democratización consistiría entonces en el fortalecimiento de la organización de los actores sociales y el control progresivo sobre el Estado y el mercado por parte de la sociedad.

Desde esta perspectiva, la sociedad civil tendría dos componentes principales: por un

lado, el conjunto de instituciones que definen y defienden los derechos individuales, políticos y sociales de los ciudadanos y que propician su libre asociación, la posibilidad de defenderse de la acción estratégica del poder y del mercado, y la viabilidad de la intervención ciudadana en la operación misma del sistema. Por otra parte, estaría el conjunto de movimientos sociales que continuamente plantean nuevos principios y valores, nuevas demandas sociales, así como vigilan la aplicación efectiva de los derechos ya otorgados. Así la sociedad civil contendría un elemento institucional definido básicamente por la estructura de derechos de los estados de bienestar contemporáneos, y un elemento activo, transformador, constituido por los nuevos movimientos sociales (Olvera, 1999, p. 20-21).

### El tercer sector

Según Jorge Osorio en su presentación hecha en la Clase Magistral inicial del II Encuentro de la Red Latinoamericana y del Caribe de la Sociedad Internacional de Investigación del Tercer Sector (1999, p. 22-



N.d.A.: Trabalho financiado pelo CNPq e desenvolvido na Universidade de Melbourne (Austrália) com a cooperação do Centro de Estudos Sociais e Ambientais-CESA. Cx. Postal 10.814, CEP: 70.300-980 Brasília/DF.

### Referências bibliográficas

CARVALHO, João Luiz Homem de. *Verticalização da produção*. Palestra proferida pelo Secretário de Agricultura do Distrito Federal. Auditório da SEMATEC, 13/11/1997. Brasília, 1997.

ERLICH, Paul. *The Population Bomb*. New York: Ballantine, 1968.

HARDIM, Garret. *Living on a lifeboat*. *Bioscience* 24(10), 1974: 561-568.

\_\_\_\_\_. *Living within limits: ecology, economics and the population taboo*. New York: Oxford University Press, 1993.

IIED - International Institute for Environment and Development. *Facing the future: beyond the Earth summit*. London: Earthscan, 1993.

KARKAL, M. *Why the Cairo Document is flawed?* *Third World Resurgence* 50. 1994.

MALTHUS, Thomas. *An essay on the principle of population*. New York: Norton, 1976.

PIMENTEL, D. *Gigadeath*. Ithaca: Cornell University News Service, 1996.

REES, Williams; TESTEMALE, Phil.; WACKERNAGEL, Mathis. *Our ecological footprint: reducing human impact on the Earth*. The New Catalyst Bioregional Series. Canadá: New Society Publishers, 1997.

ROWLEY, J. "A watershed of ideas". In: *People*, 11(4), 1984.

The Ecologist. "Carrying capacity, over-population and environmental degradation". In: *Whose common future?* London: Earthscan, 1993.

TRAINER, F. E. *Abandon affluence!* London: Zed, 1985.

UNDP. *Human development report*. N. 13. New York: Oxford University Press, 1996.

USGPO - United States Government Printing Office. *World Rainforest Report*, Washington, n. 43, 7(4): 5, 1991.

sionalmente. A crescente xenofobia e a enorme pressão para que países adotem o esquema de *free-market trade* nos levam a inferir que, no mesmo momento em que a globalização é para todos, os frutos da globalização serão divididos entre uma minoria.

### Mudanças de paradigma

Na maioria dos países de “Terceiro Mundo”, baixos padrões de seguridade econômica e social, e deficiências nos sistemas de educação e saúde acarretam em famílias com grande número de filhos e, conseqüentemente, em explosão demográfica. A base da questão reside ou na falta de opções contraceptivas, ou na crença de que uma prole numerosa aumenta a segurança e a renda familiar (UNDP, 1996). Dessa forma, o problema da explosão demográfica no “Sul” poderia ser eficientemente solucionado com investimentos em segurança, saúde, educação e planejamento familiar voluntário. Entretanto, sociedades saudáveis e educadas tornam-se mais competitivas em um Mundo globalizado, o que poderia ser prejudicial a outras sociedades bem estabelecidas. Restaria então ao “Norte” formular teorias científicas e políticas que permitissem “afogar” populações no “Sul”, sem gerar conflitos de ordem moral e ética (Hardin, 1974).

Apesar da inexistência de uma política global que vise a uma melhor distribuição de bens e serviços entre os povos da Terra, a criação de mecanismos de uso, reuso e reciclagem de resíduos denota certas mudanças de paradigma nas sociedades do “Norte”. O espaço ecológico seqüestrado por essas sociedades de outras possuía duas vertentes até meados década de 1970: a importação de recursos naturais a valores subestimados e a exportação de pacivos ambientais (resíduos) para o “Sul”. Questionamentos éticos reduziram substancialmente a segunda prática e as sociedades de alto consumo decidiram agir, antes de se verem afogadas em seus próprios detritos. Uso, reuso e reciclagem de resíduos efetivamente contribuem para a diminuição do espaço ecológico de uma sociedade, também por meio de duas vertentes: diminuição da demanda por recursos naturais e diminuição da área física para deposição de rejeitos. A criação de

tecnologias menos poluentes foi outra reivindicação das sociedades consumistas, quando se viram obrigadas a gerenciar quantidades crescentes de rejeitos. Porém, pouco tem sido feito para se diminuir espaço ecológico por meio da redução de consumo, seja no “Norte”, seja nas classes dominantes do “Sul”.

A relação Norte-Sul é bem representada no Brasil, um país que produz o 9º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Mundo, safras anuais capazes de alimentar mais de 300 milhões de pessoas, mas contempla seu povo amargar, em média, a 69ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e ainda possui considerável parcela de sua população subnutrida. O baixo padrão de consumo médio é uma das principais razões de os 174 milhões de brasileiros ocuparem uma espaço ecológico menor que seu território (8,5 milhões de km<sup>2</sup>). A enorme diferença entre o tamanho de nossa economia e a qualidade média de vida dos brasileiros indica políticas equivocadas de distribuição de riqueza no plano interno. No plano externo, apesar de não mensurado, é altamente provável que parte de nosso território físico esteja ecologicamente ocupado por outras sociedades, por meio de remessas de riquezas, comércio exterior prejudicial ao país e agendas nacionais equivocadas, que aceitam políticas globalizantes impostas de “Norte” para “Sul”. Como cerca de 90% da mão-de-obra empregada e 80% dos bens produzidos no Brasil são para o mercado interno (Carvalho, 1997), uma política econômica voltada para o exterior, em detrimento de uma agenda nacional, não se justifica.

A procura de caminhos de desenvolvimento e estilos de vida alternativos àqueles seguidos pelos países do “Norte” é de extrema importância para o “Sul”, visto que o espaço ecológico necessário para que “países subdesenvolvidos” se tornem “países desenvolvidos” sob o atual paradigma e nível tecnológico, extrapola a capacidade de suporte da Terra. Planejamento familiar voluntário e políticas nacionais legítimas no “Sul”, combate à ganância e redução de consumo no “Norte” são os caminhos para que vários povos e várias outras espécies de plantas, animais e microorganismos possam dividir de maneira sustentável um mesmo Planeta.

vezes mais energia que a média mundial *per capita*, ou 304 vezes o montante consumido por um cidadão etíope. Em outras palavras, na base neo-maltusiana do “povo *versus* recursos”, um norte-americano equivale a cinco cidadãos do Mundo ou a 304 etíopes. Além disso, uma criança nascida nas sociedades do “Norte” usará durante toda sua vida cerca de 15 vezes mais recursos naturais que uma outra nascida no “Terceiro Mundo” (Trainer, 1985). Porém, esses cálculos são conservadores, uma vez que não consideram a poluição gerada pelo consumo de energia e de bens. Os padrões de consumo nos Estados Unidos resultam na emissão de 25% do total de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) liberado para atmosfera e esse é o principal gás que causa o efeito estufa (IIED, 1993). Portanto, ao se avaliar a pressão que populações exercem sobre recursos naturais, a simples contagem de “cabeças”, sem considerar padrões de consumo, tem pouco significado.

### Espaço ecológico

Rees (1997) desenvolveu um método para calcular o espaço ecológico que diferentes sociedades ocupam. Esse método incorpora em um único índice o número de habitantes, nível de consumo e a quantidade de resíduos gerados por uma população. Resumidamente, ele consiste em se projetar sobre um espaço físico a área necessária para se produzir os bens de consumo, a energia, os serviços e para se descartar os resíduos gerados por uma determinada sociedade. A área necessária para satisfazer o consumo de uma sociedade e descartar seus resíduos representa portanto seu espaço ecológico, que pode ser maior, menor ou igual à extensão territorial que essa sociedade ocupa. Os resultados mostram que todos os “países desenvolvidos” ocupam um espaço ecológico maior que seus territórios geográficos e por isso, dependem de recursos naturais e serviços originados em outros lugares, para manterem seus atuais estilos de vida. Por outro lado, países de “Terceiro Mundo”, incluindo Brasil, apresentam seu espaço geográfico maior que seu espaço ecológico e portanto, teoricamente, poderiam funcionar como ilhas isoladas.

O Japão deveria possuir uma área 40

vezes maior que seu atual território, caso tivesse que manter o mesmo padrão de consumo de sua população em uma economia fechada ou com bases em relações mais igualitárias de comércio exterior. Os 220 milhões de norte-americanos (cerca de 4% da população mundial) ocupam ecologicamente cerca de 35% da área produtiva do Planeta. Confrontando a teoria neo-maltusiana do simples controle populacional, Índia, um país que sofre de explosão demográfica, poderia sobreviver com a utilização de apenas 32% de sua área territorial, dado ao baixo consumo *per-capita* de bens, serviços e energia. Dessa forma, parece claro que, primeiramente, alto consumo pode exercer mais pressão sobre os recursos naturais que sociedades populosas; segundo, o livre comércio de produtos e serviços no hemisfério Sul é de suma importância para manter o “Norte desenvolvido”; e, terceiro, a Terra não possui capacidade de suporte para um “Sul” a ser “desenvolvido” nos mesmos moldes do atual “Norte”, salvo com a diminuição da população mundial para, talvez, doiseducada bilhões de habitantes (Pimentel, 1996).

Entretanto, por menor que seja o consumo de um ser humano, a sua simples existência necessariamente implica na ocupação de um espaço ecológico e o temor do desequilíbrio demográfico entre “Norte e Sul” é um novo fenômeno mundial. Cerca de 90% dos novos nascimentos ocorrem hoje no “Terceiro Mundo” e até 2015, espera-se que 85% da população mundial se concentrará no “Sul” em desenvolvimento (UNDP, 1996). O desequilíbrio entre o excessivo número de habitantes no “Sul” e o excessivo consumo no “Norte” constitui um forte foco de tensão crescente na relação entre os dois hemisférios.

Cidadãos de “Terceiro Mundo” lançam-se cada vez mais em aventuras para ilegalmente migrarem para países de “Primeiro Mundo”, ou por motivos econômicos ou como refugiados de guerras, que são freqüentemente deflagradas no “Sul” para proteger interesses do “Norte”. Porém, mesmo países antes abertos à imigração, como Austrália por exemplo, têm, anteriormente ao ataque de 11/09/2001 nos Estados Unidos, descumprido acordos e convenções internacionais, a fim de evitar a qualquer custo a imigração de refugiados e pessoas pouco qualificadas profis-

habitantes até 2015. Quanto ao “Norte”, apesar da linguagem progressiva adotada nesses encontros (equidade social, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, etc.), ações que de fato alterem o *status quo* da ordem mundial vigente não são efetivamente levadas adiante e o controle populacional nas regiões subdesenvolvidas permanece como a visão dominante.

Baseada na visão neo-maltusiana “povo *versus* recursos”, uma propaganda maciça foi estabelecida nos anos 1980s, imputando ao crescimento populacional desordenado no “Sul” a causa primária da destruição do meio ambiente natural. Uma publicação da Nações Unidas (UNFPA) afirmou categoricamente em 1991 que o “bilhão” mais pobre da população mundial impunha mais danos ao meio ambiente que os demais cinco bilhões de habitantes da Terra juntos (Karkal, 1994). Hardin (1993) advogou a redução de ajuda humanitária e o maior controle da emigração do “Sul” para o “Norte” como medidas para forçar a diminuição do crescimento populacional em regiões subdesenvolvidas.

No contexto neo-maltusiano da década de 1980, o Brasil foi acusado de danificar o clima global, por causa do desmatamento e da queima de suas florestas. Pela falta de consciência ambiental dos brasileiros e em nome da humanidade, tem-se sugerido ao País entregar a tutela de parte de suas florestas ao controle internacional. Porém, em 2001, Estados Unidos e Austrália (onde a destruição de florestas é proporcionalmente tão ou mais intensa que no Brasil) recusaram-se a assinar o Protocolo de Kyoto para a redução de emissões atmosféricas, sob o pretexto de resguardarem suas economias e o bem-estar de seus cidadãos.

Argumentos de controle populacional e ingerência ambiental além-fronteiras, com o propósito de salvaguardar valiosos recursos naturais em nome da humanidade, são prudentemente formulados por aqueles que, dotados de maior tecnologia e poder, terão na época oportuna maiores condições de explorá-los e deles usufruir. Apesar de legítima e necessária, a preservação ambiental também serve como uma poderosa ferramenta de manipulação de sociedades menos esclarecidas, quando utilizada por governos mais preocupados em proteger a natureza

internacional que a doméstica.

Em nome da sobrevivência do Planeta, Garret Hardin (1974) popularizou a teoria do “colete salva-vidas”, que defende que pobres e fracos deveriam ser deixados para se afogarem em sua própria miséria. Um dos aspectos mais perversos dessa teoria é a desconsideração do direito de propriedade de populações tradicionais, que são alienadas de suas riquezas naturais por meios políticos, comerciais ou tecnológicos. Um bom exemplo a ser citado é a Nigéria, onde, ao passo que multinacionais exploram uma das maiores reservas de petróleo do Mundo, populações tradicionais que ocupavam a área representam os miseráveis destituídos de seus meios de sobrevivência e que estão sendo deixados para se “afogar”.

## Consumo

O alto consumo de bens no “Norte” provavelmente compromete mais a sustentabilidade dos recursos naturais do Planeta que a explosão demográfica no “Sul”, uma vez que a questão da sustentabilidade não é exclusivamente função do tamanho de uma população, mas sobretudo de seus padrões de consumo, estilo de vida e contribuição para a poluição global. O “bilhão” mais rico do Mundo, que numericamente representa menos de 20% de sua população, detém 85% da renda e riquezas existentes e consome 70% da energia gerada anualmente pelo homem (UNDP, 1996). Dados como os apresentados acima impulsionaram pesquisas ambientais e ecológicas com enfoques diferentes do neo-maltusiano. A redução pela metade da área de florestas nativas na América Central entre 1950 e 1990, por exemplo, não teve como causa a explosão demográfica, mas a concentração de terras na mão de poucos (*The Ecologist*, 1993). Dois terços da área desmatada nesse período visou à implantação de pastagens para abastecer os mercados norte-americano, japonês e europeu de carne (USGPO, 1991). Japão, como outro exemplo, consome sozinho um terço da tonelagem de madeira tropical cortada e cerca de 60% da produção pesqueira marinha mundial (Rees *et al.* 1997; USGPO, 1991).

Outros dados mostram que um cidadão norte-americano consome em média cinco

# O espaço ecológico das populações no desenvolvimento global

*The ecological footprint of peoples in the global development*

El espacio ecológico de las poblaciones en el desarrollo global

Rodrigo Studart Corrêa

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal e Centro de Estudos Sociais e Ambientais (CESA)

Contato: rodmanga@yahoo.com.br

**Resumo:** Existem argumentos que defendem o controle populacional como a melhor solução para os maiores problemas ambientais do Mundo, porque alguns cientistas acreditam que o bilhão de habitantes mais pobres do planeta causa mais danos ao meio ambiente do que todos os demais seres humanos juntos. Porém, o espaço ecológico ocupado pelas sociedades ricas do hemisfério norte é muito maior do que o das sociedades pobres do "Sul". Apesar de a explosão demográfica poder causar a exaustão dos recursos naturais, mudanças urgentes também são necessárias em sociedades com padrões altos de consumo, sociedades que geralmente se recusam a mudar seu estilo de vida.

**Palavras-chave:** Espaço ecológico; Degradação ambiental; Recursos naturais.

**Abstract:** There are arguments that defend population control as the best solution for major World environmental problems, since some scientists believe the poorest billion people on Earth inflict more damage to the environment than all the other people altogether. However, the ecological footprint of affluent societies in the Northern hemisphere is far larger than of poor societies in the South. Although explosive population growth can cause over-exploitation of the natural resources, urgent changes are also needed in societies with high consumption standards, which usually refuse to change their life style.

**Keywords:** Ecological footprint; Environmental degradation; Natural resources.

**Resumen:** Existen argumentos que defienden el control populacional como la mejor solución para mayores problemas ambientales del mundo, porque algunos científicos creen que el billón de habitantes más pobres del planeta causa más daños al medio ambiente que todos los demás seres humanos juntos. Aunque, el espacio ecológico ocupado por las sociedades ricas del hemisferio norte es mucho mayor que las sociedades pobres del "sur". A pesar de la explosión demográfica puede causar cansancio de los recursos naturales, cambios urgentes también son necesarios en sociedades con patrones altos de consumo, sociedades que generalmente se recusan en cambiar su estilo de vida.

**Palabras claves:** Espacio ecológico; Degradación ambiental; Recursos naturales.

## Thomas Malthus e o crescimento demográfico

Thomas Malthus previu, em 1798, o crescimento aritmético da produção de alimentos frente ao crescimento geométrico da população mundial. Como resultado de seu estudo, a população mundial estaria condenada a ser reduzida por meio da fome e doenças, até que o número de habitantes de nosso planeta fosse compatível com a sua capacidade de suporte (Malthus, 1976). Entretanto, a Revolução Verde iniciada no Século XIX com as descobertas de Justus von Liebig impediu, até o presente momento, que a catástrofe malthusiana se concretizasse em escala global. Apesar disso, neo-malthusianos têm constantemente teorizado que o crescimento excessivo da população mundial é a principal causa da excessiva exploração e destruição da natureza e, por isso, defendem o controle da natalidade em países pobres como a solução ambiental mais eficaz. Paul Erhlich (1968), por exemplo, formulou a teoria do "povo *versus* recursos", preconizando uma bomba populacional de efeitos devastadores sobre a natureza, pronta para explodir em um futuro próximo. Cientistas norte-americanos

têm propagado mais recentemente que doenças e fome assolarão o planeta se o crescimento populacional não for controlado neste século (Pimentel, 1996). Baseados em cálculos ecológicos de capacidade de suporte, esses cientistas concluíram que a população mundial ideal seria de 2 bilhões de habitantes, ou um terço da atual.

## Norte *versus* Sul

Entretanto, as teorias neo-malthusianas mostram apenas uma face da questão acerca da exploração e uso de recursos naturais pelo homem. Enquanto o "Norte" industrializado culpa o "Sul" pela explosão demográfica e os conseqüentes problemas ambientais, este último demanda que as populações de "primeiro mundo" diminuam seus níveis de consumo de bens e serviços. A Segunda Conferência Internacional sobre População, em 1984, acordou que uma solução sustentável para o meio ambiente global deve incorporar a visão de ambos os hemisférios (Rowley, 1984). Em 1994, a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre População deliberou medidas que visam à estabilização da população mundial em 7,3 bilhões de



### Referências bibliográficas

- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, M. A.; MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, A.; NAVARRO, Z. (org.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 72-105.
- BONILLA, J. A. *Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida*. São Paulo: Nobel, 1992.
- BURG, I. C.; MAYER, P. H. *Alternativas ecológicas para prevenção e controle de pragas e doenças*. Francisco Beltrão: Grafitec, 1999.
- CARSON, R. *Primavera silenciosa*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. 305 p.
- CHARBOUSSOU, F. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- COLBORN, T.; DUNANOSKI, D.; PETERSON MYERS, J. *O futuro roubado*. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- EHLERS, E. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- HODGES, R. D. Quem precisa afinal de fertilizantes inorgânicos? *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v. 4, n. 4, p. 24-34, jul./ago. 1983.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censos Demográficos de 2000.
- MEIRELLES, L. Produção e comercialização de Hortaliças orgânicas. *Horticultura Brasileira*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 205-210, 1997. (Suplemento).
- ODALI-RÍMOLI, A. et al. *Interações*, Campo Grande, UCDB, n. 1, p. 21-30, out. 2000.
- PASCHOAL, A. D. *Produção orgânica de alimentos. Agricultura sustentável para os séculos XX e XXI*. Piracicaba: Adilson Paschoal, 1994.
- PASCHOAL, A. O ônus do modelo agrícola industrial. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 17-27, jan./fev.1983.
- ROEL, A. R. Utilização de plantas com propriedades inseticidas: uma contribuição para o desenvolvimento rural sustentável. In: *Interações*, Campo Grande, UCDB, n. 2, p. 43-50, mar. 2001.
- RÜEGG, E. F. et al. *Impacto dos agrotóxicos: sobre o ambiente, a saúde e a sociedade*. São Paulo: Ícone, 1991.
- SIMIONOV, N. *Sobre la energética del futuro: in la sociedad y el Medio Ambiente*. Moscou: Progreso, 1981.
- OKUDA, T. Cresce o mercado de produtos orgânicos. In: *O Estado de São Paulo*, p. 6, 22 out. 1997. (Suplemento Agrícola).
- UNESP RURAL. *Agricultura alternativa*, Jaboticabal, UNESP, n. 12, v. 2, p. 4-10, 1998.

impressionantes: em 1950, havia pouco mais de 60% do total da população no campo; em 1970, a quantidade relativa caiu para aproximadamente 44%; em 2000, a proporção foi reduzida para 19% (IBGE, 2000). Dados do IBGE do Mato Grosso do Sul mostram que, entre 1985 e 1996, desapareceram 6.743 estabelecimentos com menos que 100 ha e aproximadamente 13.000 famílias foram excluídas do processo produtivo; no mesmo período, o INCRA/TERRASSUL assentou apenas 6.925 famílias.

Os produtos clorados, mesmo proibidos por lei, permanecem na cadeia alimentar, pois, de acordo com inúmeros estudos, esses produtos estão acumulados no tecido adiposo de todos os animais do mundo. Colborn (1997) relatam fenômenos globais caracterizados pela "feminização" dos machos em várias espécies de animais, tais como peixes, jacarés e o próprio homem. Diversos sintomas são relatados como diminuição da taxa de fertilidade do homem, baixa contagem de espermatozoides viáveis, observação de hermafroditas e aumento do câncer feminino. O fato é explicado por contaminações com resíduos de clorados, cujas moléculas, de acordo com os cientistas, mimetizam a progesterona e desencadeiam as características femininas nos indivíduos machos. Dessa forma, muitas espécies correm perigo de extinção.

Outras formas graves de contaminação são ocasionadas por insumos sintéticos. Por exemplo, na área rural das Américas Central e de Sul, por falta de equipamentos de segurança e de treinamento adequado, dezenas de milhares de casos de envenenamento por pesticidas foram registrados somente na década de 80 (Rüegg, 1991; Altieri et Masera, 1998). Ademais, o "período de carência" em que os alimentos pulverizados não podem ser colhidos nem sempre é observado. Constantemente os produtos, colhidos pouco após a pulverização, são levados ao comércio e à mesa do consumidor. Assim, os resíduos de pesticidas muitas vezes ultrapassam os limites considerados toleráveis para os alimentos. Nessa perspectiva, o Brasil é classificado como o 3º maior consumidor de pesticida, e, coincidentemente ou não, é também o 3º em mortalidade por câncer: muitas substâncias tóxicas utilizadas na

agricultura têm efeito carcinogênicos, mutagênicos e teratogênicos ao homem e a animais, mesmo que as conseqüências sobre a saúde humana sejam conhecidas apenas em relação a 10% dos produtos atualmente utilizados ou recentemente proibidos (Ehlers, 1999).

Em contrapartida, os alimentos orgânicos apresentam maior concentração de nutrientes e menor de substâncias tóxicas. Levantamentos feitos com maçãs, pêras, batatas, trigo e milho doce, mostram que o alimento orgânico contém 63% mais cálcio, 78% mais cromo, 73% mais ferro, 118% mais magnésio, 178% mais molibdênio, 91% mais fósforo, 125% mais potássio, 60% mais zinco e 29% menos mercúrio, segundo informa Meirelles (2000) a partir de um estudo publicado no *Journal of Applied Nutrition*, no ano de 1993.

### Considerações Finais

É fundamental a realização de novos estudos em produção orgânica de alimentos para geração de tecnologias sustentáveis e adaptadas às nossas condições edafoclimáticas, em especial quanto à agricultura familiar, a assentamentos e pequenas propriedades, pois Agricultura Ecológica pode ser uma das alternativas para a questão do Desenvolvimento Rural Sustentável. A agricultura ecológica é um sistema economicamente viável que resgata práticas seculares e conhecimentos empíricos de populações rurais, com o emprego de tecnologias modernas, eficazes e não agressivas ao meio ambiente. Essa prática melhora a qualidade de vida do produtor e de sua família, assim como da população urbana, visto que produz alimentos livres de contaminantes e resguarda o ambiente de degradações. A substituição de insumos sintéticos por produtos naturais tende a diminuir os custos de produção e gerar mais empregos, além de contribuir para fixar o homem no campo.

### Notas

<sup>1</sup> Palestra proferida no Curso de Agroecologia, na EMPAER, Campo Grande-MS, abr. 2000.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Idem.

sário, utilizam-se inseticidas naturais a base de plantas (Roel, 2000), produtos minerais não tóxicos, ou mesmo controle biológico que consiste na liberação massal de inimigos naturais ou de agentes biológicos criados em laboratório. Podem ser utilizados produtos microbianos feitos à base de fungos (p. ex., *Metarhizium anisoplia*), de bactérias (como *Bacillus spp*), de vírus (*Baculovirus anticarsia*), entre outras formas possíveis, enquanto liberações massais de vespinhas *Trichogramma* são eficientes no controle de ovos de inúmeras espécies de pragas.

Sempre que possível, o cultivo orgânico deve introduzir uma maior diversidade genética, com o cultivo múltiplo simultâneo ou o cultivo de várias espécies vegetais em rotação de cultura. É também fundamental a manutenção de áreas de matas nativas ou silvestres, para preservação de refúgios destinados a organismos benéficos.

### **Razões sociais, ambientais, sanitárias e econômicas para adoção da agricultura ecológica**

A produtividade da agricultura convencional no estado de São Paulo, entre 1939 e 1980, apresentou queda acentuada justamente as culturas para fins de subsistência (arroz, feijão e mandioca) e derrubou a idéia de que a agricultura moderna viria para matar a fome da população, conforme Bonilla (1992).

Também o consumo de energia é um argumento a favor da agricultura orgânica. Considerando-se que o balanço energético corresponde à relação entre a energia que entra no sistema produtivo (trabalho humano e animal, energia contida nas sementes e mudas, energia hidráulica, elétrica, térmica ou derivada de petróleo) e a que sai em forma de produto agrícola, salienta-se que Hodges (1983), em estudo comparativo realizado em duas propriedades rurais, encontrou um gasto energético 250% superior em uma fazenda que praticava agricultura química no ano de 1977. A grande parte desse consumo excessivo de calorías deve-se a adubos sintéticos, pesticidas, combustíveis para as máquinas, e demais insumos. No sistema agrícola industrializado, os fertilizantes sintéticos e pesticidas somam cerca de 40 a 80% dos custos de produção (Paschoal, 1994).

Sobre o futuro dos insumos agrícolas sintéticos, Simionov (1981) sustenta que todas as reservas de petróleo atualmente existentes estarão esgotadas até o ano de 2060. Supondo-se a descoberta de novas jazidas, assim como a criação de métodos de extração mais eficientes, multiplicando-se por oito o número conhecido de reservas, ainda assim o petróleo duraria mais 60 anos apenas, ou seja, até o ano de 2120. Também a recuperação de recursos naturais destruídos e degradados requer milhões de dólares em pesquisa, em programas de extensão rural e investimentos para implementação das técnicas de recuperação. O custo de recuperação dessas áreas degradadas recai sobre toda a sociedade, sobretudo ao se levar em consideração o fato de que verbas públicas necessárias à educação, saúde ou inserção social, por exemplo, serão subtraídas a seu emprego lógico para custear a solução de problemas agrários previsíveis, evitáveis e causados por comportamentos e práticas ilógicas.

Quanto ao preço dos produtos agrícolas orgânicos, de 41 produtos comercializados na feira do Parque da Água Branca em São Paulo, durante a primeira semana de outubro de 1997, 36% dos produtos orgânicos estavam com o preço abaixo do congêneres produzido pela agricultura tradicional, conforme pesquisa feita por Okuda (1997). Outros 36% estavam mais caros, principalmente a batata e o tomate, culturas mais suscetíveis a pragas persistentes e, por essa razão, com custos de produção mais elevados. Nessa perspectiva, 28% dos produtos apresentavam preços semelhantes. É interessante observar que, segundo pesquisa feita pelo Instituto Gallup em 1997, cerca de 60% da população da cidade de São Paulo estaria disposta a pagar até 20% mais caro pelo alimento orgânico. A pesquisa revelou ainda que sete em cada dez pessoas consumiriam produtos orgânicos se houvesse mais oferta nos supermercados e feiras (Unesp Rural, 1998).

Em relação aos problemas de assentamento e fixação do homem no campo, o êxodo rural, resultado do modelo agrícola vigente, fez do Brasil um dos países mais urbanizados do mundo, pois mais de 80% dos brasileiros vivem nas cidades, e 27 milhões de brasileiros migraram do campo para cidade na década de 90. Os dados relativos à migração rural são

interferem no equilíbrio entre a síntese e a decomposição de proteínas no processo de crescimento vegetal. De acordo com essa teoria, a planta com nutrição equilibrada apresenta uma resistência natural a insetos, pois se compõe de maior quantidade de proteína e menor de aminoácidos.

Em uma lavoura tradicional, os insetos fitófagos encontram abundância de alimento na forma de aminoácidos, assim como a redução de inimigos naturais devido à destruição de áreas de refúgios e das condições ambientais ideais (temperatura, umidade, diversidade alimentar). Desse quadro resultam ótimas condições de desenvolvimento e multiplicação dos insetos fitófagos que, em grande número, causam maiores prejuízos e ganham o "status" de praga. O controle normalmente é efetuado com produtos químicos sintéticos que, por sua vez, causarão maior desequilíbrio no ambiente e provocarão ressurgimento ou aparecimento de novas pragas; esse fato justificará novamente o controle químico e assim por diante, num processo em cadeia que se reflete na dependência cada vez maior de insumos. Como conseqüência direta, cerca de 22 novas espécies de praga aparecem a cada ano (Paschoal, 1994). No entanto, outras medidas de controle não agressivas ao ambiente podem ser tomadas, tais como utilização de métodos mecânicos, mudança ou implemento de práticas culturais, emprego de variedades mais resistentes, uso de insumos biológicos, entre vários exemplos possíveis.

Laércio Meireles sustenta que o fator determinante no aumento da taxa de açúcares redutores e aminoácidos solúveis – elementos nutritivos adequados à alimentação de parasitas, fungos, bactérias, insetos – é o uso de adubação com nitrogênio de alta solubilidade, de pesticidas químicos e carências minerais<sup>1</sup>. A adubação química altera tanto a constituição química do tecido vegetal quanto o sabor e o aroma dos alimentos produzidos, resultado da alteração das quantidades de açúcares, carboidratos, minerais, aminoácidos. O que se observa na prática confirma a literatura, pois nos cultivos orgânicos, além da aparência muito saudável das plantas, o número observado de insetos fitófagos não atinge níveis prejudiciais, e preserva-se a necessária presença de inimigos naturais e de

polinizadores.

As técnicas utilizadas em agricultura orgânica buscam mobilizar harmoniosamente todos os recursos disponíveis na unidade de produção, com base na reciclagem de nutrientes e maximização do uso de insumos orgânicos gerados *in loco*. Busca-se também reduzir o impacto ambiental e a poluição; evitar a mecanização pesada; utilizar, quando necessário, tratores leves, aração superficial ou plantio direto que aumentem a produtividade; minimizar a dependência externa das matérias primas; otimizar o balanço energético da produção; produzir alimentos baratos e de alta qualidade biológica; suprir necessidades nacionais internas e gerar excedentes exportáveis.

Na entre-safra, o uso de adubação verde ou de plantas de cobertura contribui para o controle da erosão, proporciona proteção ao solo, recicla nutrientes, evita perdas causadas principalmente por lixiviação, assim como melhora as propriedades físicas do solo. Muito utilizadas são as leguminosas mucuna e guandu. Ademir Calegari recomenda também o *Calopogonium mucunoides* por ser mais adaptada aos solos de cerrado<sup>2</sup>. Por outro lado, Manoel Baltazar da Costa aconselha o uso de quebra-vento formado por plantas, com o objetivo de aumentar a umidade atmosférica, manter a umidade do solo, diminuir a temperatura do ar e do solo, evitar a evaporação da água, além de criar uma barreira mecânica às pragas. A área protegida pelo quebra-vento corresponde a 7,5 vezes a altura das plantas, ou seja, se a barreira tiver 2 metros de altura, a proteção será de 15 metros de extensão<sup>3</sup>.

Os fertilizantes necessários podem ser obtidos a partir de compostos orgânicos de resíduos vegetais e animais, com o auxílio de técnicas de compostagem e de biofertilizantes. Essas técnicas consistem na decomposição da matéria orgânica vegetal e animal, enquanto a vermicompostagem é a produção de húmus por minhocas. Esses produtos são eficazes para o controle de doenças e induzem as plantas a uma maior resistência (Burg e Mayer, 1999).

O manejo natural de pragas deve prever um monitoramento periódico das áreas, com registro do método utilizado e do momento de realização do controle. Caso seja neces-

causam danos ecológicos e altos custos sociais (Altieri, 1989).

Assim, no período de 1964 a 1979 ocorreu um aumento de consumo de fertilizantes minerais solúveis em 1.243%, de pesticidas em 421%, de máquinas agrícolas em 389%, enquanto, no mesmo período, o aumento de produtividade agrícola (média de 15 culturas) foi de apenas 4,9% (Paschoal, 1983). Ary de David (2000) salienta que, da renda agrícola no modelo industrializado, cerca de 66% dos lucros são para indústria (insumos e máquinas), 19% para comércio e apenas 11% dos lucros são para quem realmente produz alimentos. Dessa forma, o Brasil tomou o perigoso caminho da agricultura tradicional, dependente do rarefeito petróleo e de milhões de dólares em importações, conforme sustenta Paschoal (1994).

### **A conscientização social dos problemas ambientais globais**

O ano de 1962 é um momento-chave na história da agricultura mundial, pois foi o ano em que Raquel Carson publicou seu livro *Primavera Silenciosa*, marco reflexivo com inúmeras denúncias sobre contaminações ambientais e sobre a elevada mortalidade de animais silvestres causada por agrotóxicos. Contudo, somente na década de 1990 a sociedade, de maneira geral, tomou consciência do real problema ambiental, das suas causas e perigosas conseqüências. A conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a ECO-92, foi um marco histórico da luta do homem em defesa da vida.

De acordo com Altieri e Mazera (1998), os principais problemas ambientais da América Latina são a hiperurbanização, pois cerca de 300 milhões de latino-americanos vivem nas cidades (71% do total); poluição industrial e agrícola, pois o continente tem o maior índice de consumo de pesticidas per capita e forte degradação do solo e da água, causada por erosão, poluição e sedimentação química; a perda da biodiversidade e desmatamento, causados principalmente pela formação de pastos e áreas agricultáveis; a erosão genética, ou perda da diversidade genética das espécies cultivadas ou nativas. O desmatamento, a produção de energia e a agricultura predominam como causas para os

problemas ambientais globais. Ora, o Brasil é considerado o país detentor da maior diversidade do planeta, e o atual momento de conscientização nacional e internacional mostra a necessidade da conservação e uso desse capital biológico (Odalía-Rímoli et al., 2000).

### **Agricultura orgânica ou ecológica: conceitos e argumentos**

Convencionou-se chamar de agricultura orgânica todos os modelos de agricultura alternativa em que a produção de alimentos bane o uso de produtos químicos sintéticos. Nesses modelos alternativos encontram-se: Agricultura Orgânica, Agricultura Biodinâmica, Agricultura Biológica e Permacultura; há ainda a Agroecologia, que engloba em suas reflexões as questões sociais (Bonilla, 1992).

Em um ambiente em equilíbrio, todos os seres vivos convivem em proporções que asseguram a sobrevivência das espécies, membros da cadeia alimentar decorrente do processo de evolução. Em um sistema agrícola convencional, o ambiente natural é transformado em um ambiente alterado, pois se cultiva uma única espécie vegetal em áreas extensas, semeada em solo revolvido, nu e acrescentado de corretivos e fertilizantes químicos inorgânicos e solúveis. Nesse solo parcial ou totalmente descoberto, revolvido por implementos agrícolas, os raios solares incidem diretamente, diminuem a umidade e aumentam o calor; ora, a capacidade de retenção de água é essencial a todo ser vivo. Nessas condições, os microorganismos decompositores de matéria orgânica já não encontram condições de vida no solo, assim como outros organismos benéficos (insetos, aracnídeos, fungos, bactérias, vírus, por exemplo) que são inimigos naturais de parasitos ou, ainda, predadores de insetos daninhos. Ocorre a morte também de minhocas e de outros decompositores que reciclam nutrientes e que fazem o papel de arados vivos, função muito importante para a estrutura do solo.

Quanto à ocorrência constante de pragas na agricultura convencional, Charboussou (1987) desenvolve uma contundente teoria: a susceptibilidade da planta a insetos está diretamente ligada a fatores como a adubação mineral e o uso de pesticidas, que

# A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura

*Organic or ecological agriculture and the sustainability of agriculture*

La agricultura orgánica o ecológica y la sustentabilidad de la agricultura

Antonia Railda Roel

Universidade Católica Dom Bosco

Contato: arroel@ucdb.br

**Resumo:** A industrialização da agricultura resultou em redução dos lucros de atividades agrícolas, desastres ambientais, exclusão do homem do campo, assim como em produção de alimentos com resíduos nocivos à saúde humana. A agroecologia bane o uso de produtos químicos sintéticos e propõe resguardar o ambiente de agressões, produzir alimentos sem contaminantes, diminuir os custos de produção, aumentar a oferta de emprego e evitar, assim, o êxodo rural. Essa proposta aumenta as chances de se tornar o sistema agrícola sustentável e mostra-se como a mais adequada a regiões em desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Agricultura orgânica; Agricultura ecológica; Agricultura sustentável.

**Abstract:** The industrialization of agriculture has caused the reduction of profits for agricultural activities, environmental disasters, exclusion of the rural inhabitant and the production of food with residues harmful to human health. Agroecology banishes the use of synthetic chemical products and proposes safekeeping the environment from aggressions, producing food without contaminating elements, reducing the costs of production, increasing the offer of work and thus avoiding the rural exodus. This proposal increases the chances of rendering sustainable the agricultural system and it is the most suitable for developing regions.

**Key words:** Organic agriculture, Ecological agriculture; Sustainable Agriculture.

**Resumen:** La industrialización de la agricultura ocasionó disminución de los lucros de las actividades agrícolas, desastres ambientales, exclusión del hombre del campo y producción de alimentos con residuos nocivos a la salud humana. La agroecología excluye el uso de productos químicos sintéticos y propone resguardar el ambiente de agresiones, producir alimentos sin contaminantes, disminuir los costes de producción, aumentar la oferta de empleo y evitar, de esa forma el éxodo rural. Esa propuesta aumenta las alternativas de transformar el sistema agrícola sostenible y es más adecuada a regiones en desarrollo.

**Palabras claves:** Plantas insecticidas; Control de plagas; Agricultura sostenible.

## A industrialização da agricultura e as conseqüências sociais e ambientais

Numa perspectiva histórica, a milenar prática da agricultura, antes do término da 2ª Guerra Mundial, sempre foi conduzida sem o recurso a insumos químicos e a maquinarias pesadas com tração mecânica, pois os equipamentos funcionavam à tração animal. O sistema agrícola era diversificado e havia integração entre agricultura e pecuária. O agricultor produzia sua própria semente e insumos necessários. Após esse período, a agricultura passou a se caracterizar pela dependência de fertilizantes e pesticidas sintéticos, com o aparecimento do DDT e seus análogos (1946/48), assim como da mecanização agrícola (1955/56). O agente laranja, altamente tóxico, foi desenvolvido nos EUA durante a segunda Guerra Mundial para ser utilizado contra os japoneses e, posteriormente, foi lançado no mercado de insumos agrícolas (Ehlers, 1999).

A atual prática industrializada da agricultura busca a maximização produtiva e baseia-se em utilização de alta tecnologia, o que explica os altos custos de produção. Essa agricultura, hoje chamada de "convencional", utiliza variedades de alta resposta, e a produtividade é condicionada ao uso de fertili-

zantes. A pouca diversidade genética é praticamente regra geral, e a mecanização agrícola é uma constante, transformando o solo em substrato morto. A dependência desse pacote tecnológico tornou-se pré-requisito para financiamentos bancários, que obrigavam os agricultores a adquirir insumos e equipamentos, muitas vezes desnecessários. A utilização de tratores, máquinas e herbicidas substituíram o trabalho do homem do campo, que migrou para as cidades, ainda que alguns permanecessem nas lides de campo, na condição de "bóias-frias" (Rüegg, 1991). Em certas condições, para contratação de seguro agrícola, o financiamento ainda hoje é condicionado à correção química do solo.

Paralelamente à industrialização da agricultura, ocorreu, na educação, a supervalorização dos conhecimentos acadêmicos e a separação das áreas de atuação nas atividades agrícolas, desvalorizando os conhecimentos acumulados pelo homem, conforme lembra Ary de David (2000), em palestra sobre agroecologia proferida em Campo Grande, capital de uma região em desenvolvimento, com predominante vocação agrária. No entanto, cientistas reconhecem que aquele contexto pode limitar as opções para o homem do campo e trazer consigo conseqüências não previstas que, freqüentemente,

<sup>4</sup> Información brindada por Mayra Pineda en la Jornada Internacional "Las mujeres le dan forma a su espacio de vida - Autoayuda y Política Comunal", Bonn, 24 de octubre de 2001.

<sup>5</sup> Xochilt Acalt: Flor de caña.

<sup>6</sup> Información basada en la presentación del Centro "Xochilt Acalt" para el concurso UNIFEM-Alemania del año 2000, realizada por la organización alemana INKOTA-Netzwerk con asiento en Berlín.

<sup>7</sup> UNIFEM: United Nations Development Fund for Women.

**Interações:** ¿Xochilt Acalt trabaja con financiamiento proveniente del exterior?

**M. Pineda:** Del gobierno no recibimos ni cinco centavos. Más bien nos quita. Con todos los impuestos que pagamos, [por ejemplo lo] de la seguridad social. Antes a las ONG no [se les exigía]. Una parte está exonerada, pero por ejemplo tenemos que retener el 1% de cada compra que hacemos y devolvérselo al fisco. Nos da rabia porque no sacamos nada, y estamos con estos proyectos más bien ayudándole al gobierno.

**Interações:** ¿Hicieron algún tipo de evaluación del trabajo realizado?

**M. Pineda:** Se está haciendo ahorita. [Sólo] habíamos hecho una narración del trabajo de los primeros seis años. Sofía Montenegro nos está haciendo la sistematización de los diez años de trabajo. Ella está en el proceso de realizar entrevistas con los grupos, entrevistas personales...

**Interações:** Eso es muy importante para determinar si el trabajo es sostenible, es decir, si los cambios alcanzados son permanentes. ¿No?

**M. Pineda:** [Confieso que] esa ha sido una de nuestras debilidades. Pero es una de las cosas a las que ahora le estamos dando más importancia. La verdad es que [la nuestra]es una experiencia muy positiva, todo mundo nos dice que es [un trabajo] muy exitoso y nosotras mismas nos damos cuenta del avance en estos diez años. Conocemos experiencias de grupos que llevan más años que nosotras y tienen menos impacto. Estamos viendo a diario el cambio en la vida de las mujeres. Por ejemplo, las mujeres que llegaban con el ojo morado o llorando, porque el marido las había apaleado, vamos viendo que sus relaciones van mejorando. La mujer que tenía su ranchito en condiciones inhumanas, ha convertido su casa en una casa digna. Muchas ya tienen una finca, ya tienen sus animales...

[Sin embargo,] la mayoría de las mujeres que está terminando su primaria o las que ya la han pasado no pierde su identidad de productora. Ninguna está pensando en llegar a la universidad a estudiar una carrera. “[En Nicaragua] hay muchas profesionales y están desempleadas...” piensan ellas. Nuestra idea es facilitarles formación, capacitaciones técnicas relaciona-

das con su vida cotidiana, sea en el mejoramiento, sea en el cuidado y crianza de animales, sea en el mejorar las técnicas productivas, o por ejemplo, cursos de administración, porque ahorita son pequeñas productoras pero pueden llegar a ser [micro]empresarias. Hay muchas mujeres que piensan “en grande”. Se ve esa esperanza de vida cuando antes las mujeres no tenían ilusiones y muchas estaban en estado depresivo, no le encontraban sentido a la vida.

**Interações:** Respecto a la sostenibilidad de los proyectos. ¿La tienen en cuenta en los trabajos que llevan a cabo? ¿Hay algún tipo de retorno de parte de las beneficiadas, en el sentido de poder continuar el trabajo del Centro, para que éste además pueda ampliarse y que no dependa sólo del financiamiento exterior?

**M. Pineda:** La idea es, y nosotras siempre se lo decimos a las mujeres, que no todo el tiempo vamos a estar dependiendo de los proyectos de afuera. Lo más importante es que ellas tengan el conocimiento y los instrumentos. Les hemos hecho esta pregunta: “¿Si no existiera Xochilt Acalt, qué harían?” Ellas dicen que como ya tienen el conocimiento y las técnicas para trabajar la tierra, ellas continuarían... Pero estamos convencidas que no siempre vamos a recibir ayuda [exterior]. Por eso tenemos producción de ganado, un centro de capacitación que está generando ingresos, venta de servicios de capacitación. También alquilamos el centro de capacitación, que cuenta con habitaciones, brindamos servicio de fotocopiado, vendemos medicinas; [todo esto] genera poquito, pero permite pagar salarios que los proyectos [de apoyo] no financian.

Esta entrevista recibió el Premio UNIFEM, Alemania (2000).

## Notas

<sup>1</sup> El objetivo del empoderamiento es alcanzar una relación equilibrada de poder entre hombres y mujeres. Estas últimas tienen derecho a igual acceso a los recursos, al ejercicio de sus derechos y a la educación, como así también a la adquisición de influencia política para contribuir a eliminar la violencia contra mujeres y niñas.

<sup>2</sup> Conferencia Mundial de Derechos Humanos, Viena, 1993.

<sup>3</sup> De: BMZ Spezial, “Empowerment” von Frauen in der entwicklungspolitischen Praxis, Ministerio Federal de Cooperación Económica y Desarrollo, Bonn, mayo 2000.



reconstrucción y construcción de casas, y de establos luego de los efectos del huracán Mitch. ¿Tiene apoyo técnico de otras organizaciones?

**M. Pineda:** La verdad es que no se puede ver una cosa aislada de la otra. Las mujeres están teniendo cambios en su vida emocional, en su vida integral. Pero a la vez hay que ir propiciando instrumentos que les ayuden a mejorar ese nivel de vida. Respecto a la construcción de vivienda, la idea de proyecto la teníamos siempre dentro de esa búsqueda. Las habíamos puesto a que soñaran. Y ellas nos decían que estaban aprendiendo a vivir su sexualidad de manera diferente, que sabían que tenían derecho a disfrutar del placer, pero que no tenían las condiciones. El problema es que es que vivían en una ranchita de palma, en hacinamiento.

Así surgió la idea de buscar un proyecto de mejoramiento de vivienda, antes del Mitch. Pero cuando ocurrió lo del Mitch no podíamos cerrar los ojos ante la situación porque a muchas de las mujeres ni siquiera les quedó el ranchito que tenían. Mucha gente que sufrió el deslave se vino a poblar una comunidad del Municipio que se llama "La Esperanza", donde tenía familia. Entonces comenzamos a construir. Después vino el plan de reparaciones de las casas. El de los establos se dio porque las mujeres tenían dentro de la misma casa los animales, sin condiciones higiénicas. Las viviendas han surgido con tres objetivos fundamentales: garantizar la privacidad, la seguridad y la higiene y creo que se han logrado esos tres objetivos.

**Interações:** Respecto a las mujeres que tienen sus fincas: ¿son mujeres solas?

**M. Pineda:** No, la mayoría tiene un compañero. El cambio que ellas han dado lo han llevado hasta su familia. Antes los hombres no se involucraban para nada en los trabajos que ellas hacían. De las mujeres que son lideresas, que están [trabajando] en el ámbito comunitario, la mayoría no atiende el huerto, son los chavalos y el marido [los que lo hacen]. Porque sino no podrían participar en esas otras tareas, pues les consumen mucho tiempo las reuniones, las capacitaciones. Los hombres están jugando un papel importante. Pero son ellas las que tienen el conocimiento, son ellas las que los orientan respecto a qué hay que aplicar, porque como

trabajamos con abono orgánico, son ellas las que saben hacer la preparación del abono y cómo se va a sembrar.

**Interações:** Los hombres trabajan sólo en eso, o tiene otras ocupaciones?

**M. Pineda:** La mayoría eran pequeños productores, pero como no hay financiamiento estaban desempleados. Esto ha ayudado a que se sensibilizaran más. Ellos se sentían con el derecho pleno de garantizar la alimentación de la familia, pero con el índice de desempleo [actual], [y con el hecho de que] las mujeres nos damos a todo [tipo de] trabajo y ellos no porque les da pena... No están acostumbrados a hacer actividades no tradicionales. Ante la nueva situación, ellos se quedaban en la casa [mientras que] algunas mujeres salían a hacer actividades o se iban [a trabajar] de empleadas domésticas. Pero ahora que están organizadas están en la casa. Y algunos hombres de la mujeres organizadas que se habían ido a Costa Rica han podido regresar, y ya no tienen necesidad de irse. Porque por ejemplo, con los beneficios que están sacando de la leche, pueden mandar los chavalos a la escuela, comprar las cosas para la alimentación...

Hay hombres que trabajaron en cooperativas tantos años y nunca pudieron hacer nada. En cambio hay compañeras que tiene cinco o seis animales, ya devolvieron los dos que tenían que pagar. Es un desarrollo grande, la mujer es como más ágil, no derrocha lo que le dan. En el término de cuatro años tiene ya sus propios animales.

Porque [desde el Sandinismo] se partió de dar la tierra al campesino pero sin ninguna preparación, sin que asumieran esa responsabilidad individual primero, partieron de lo colectivo. Hubo mucho derroche, muchos de los cooperados tuvieron oportunidades, podrían ahora autofinanciarse. Pero no estaban acostumbrados a tener dinero, eran jornaleros agrícolas. Y de jornaleros pasaron a ser propietarios, se sentían patrones. Muchos de ellos se sentaban en la rueda a beber y a jugar y contrataban la mano de obra de otro. Durante la revolución, como les daban incentivos en dólares les resultaba, pero después cuando se perdió las elecciones les cortaron el financiamiento. Para poder liberar las tierras tuvieron que vender el poco ganado que les había quedado.

Entonces la comunidad nunca sale adelante como tal, no mejora su desarrollo porque realmente está en función de los intereses de otros.

**Interações:** Entre las metas que el Centro se propone a través de los nuevos cursos de capacitación, está la de que por lo menos un 30% de las participantes integren actividades de desarrollo comunal. ¿Cuáles serían las áreas de intervención y cómo se imaginan que ganarán a las mujeres para ese trabajo?

**M. Pineda:** Por lo menos estas 39 mujeres que están con el Centro, ya han dado ese salto. El resto, para completar las 130, son mujeres que son maestras o parteras, o promotoras, mujeres que de alguna manera ya han ganado prestigio en la comunidad, pero no tienen una formación de género. La idea es acompañarlas, facilitándoles esa capacitación y que ellas puedan ir generando un proceso de formación multiplicador. También hay una escuela donde se van a capacitar los líderes hombres.

**Interações:** ¿Puede contarnos acerca de la escuela para hombres y si se está realizando sensibilización de género con ellos?

**M. Pineda:** Como producto del impacto que hemos tenido como Centro en el municipio ha nacido un grupo de hombres, de líderes de diferentes comunidades que quieren crear una ONG dentro del Programa de Participación Ciudadana, a la que le llamarán "Iniciativa para el Desarrollo". Todos los proyectos que hasta ahora han ido a la comunidad, han sido canalizados por la alcaldía. Dependiendo de qué partido quede en el poder, éste tiene un interés u otro en el desarrollo de la comunidad. La idea es que esta ONG, en la que se está involucrando a consejales de la alcaldía, [pero] al margen de los partidos, sea un puente de la comunidad con organismos que quieran apoyar el desarrollo. Ellos nos han pedido a nosotras como Centro que los apoyemos. Lo estamos haciendo para que puedan constituirse como ONG, y a la par hemos gestionado ante la Red de Hombres contra la Violencia de Managua, que los capaciten en temas de masculinidad. Ya se están capacitándose y multiplicando [sus conocimientos] en los Comités Comarcales. También se les va a facilitar herramientas para la elaboración de proyectos, la gestión, es decir, con todo lo que tenga que ver con el desarrollo comunitario.

Tanto a hombres como a mujeres y la idea es que se puedan interrelacionar.

También hemos incidido en la alcaldía para [contribuir a] romper esa concepción históricamente [afianzada] de estructura organizativa formal, [reducida a] cinco personas. Por lo general el que está activo es el coordinador o el presidente y éste no quiere soltar el poder. Nosotras hemos introducido una propuesta en el consejo municipal que ha tenido éxito. Se están haciendo nuevas elecciones con el fin de ampliar el Comité Comarcal e involucrar a diferentes sectores, a los pastores, a la enfermera, a la maestra, a la partera, a los jóvenes.

Es que hemos visto que en las comunidades hay [superposición de esfuerzos]. Por ejemplo, si el problema más sentido en una comunidad es el agua, si la mayoría de la gente no tiene pozo, el pastor hace sus propias gestiones y la partera por otro lado para el mismo fin. Es mejor unir a todos los actores y hacer una [sola] gestión. Se trata de aglutinar a todos los actores sociales en la búsqueda de alternativas de solución a sus problemas. Ellos han hecho un diagnóstico antes de hacer la capacitación. Cada quien en su comunidad. Ya tienen el inicio, el panorama de su comarca. Saben qué proyectos se están trabajando, qué necesidades tiene, con qué cuenta la comunidad, conocen sus recursos.

**Interações:** Ustedes están tratando de racionalizar los esfuerzos, de capacitar a la gente. ¿Bajo qué estructura se organizarán esas personas una vez capacitadas?

**M. Pineda:** Van a tener su propia estructura [dentro del] Comité Comarcal. La [actual] Ley de Municipios los está siendo reconociendo y les van a dar un carné [de identificación]. Estamos proponiendo que también tengan su propio sello, que tengan legitimidad. La idea es darle más protagonismo a este Comité Comarcal, porque la verdad es que ha existido siempre, pero al líder no se le prestaba atención porque no se sabía si estaba jalando agua para su molino. En cambio, si hay un reconocimiento a nivel de municipio y [el líder] está registrado, tiene realmente legalidad. Es además un trabajo colectivo porque no va solamente la firma de él sino también la de la maestra que tiene mucho prestigio, la de la partera, la del pastor.

**Interações:** El Centro colaboró en la

nista. Nuestro objetivo no sólo es enseñar a leer y escribir a las mujeres, sino que ellas partan de sus realidades, de reflexionar sobre sus propias vidas, se hace un debate con ellas. [La alfabetización] es un instrumento más de empoderamiento. Por un lado tenemos las capacitaciones [específicas] de género, pero también éste otro espacio más en las clases que se dan tres horas, tres veces a la semana.

**Interações:** ¿Podría contar más acerca de las capacitaciones de género que da el Centro?

**M. Pineda:** Les llamamos reflexiones, porque más que capacitaciones son reflexiones en las que desarrollamos temas sobre autoestima, derechos individuales de las mujeres, violencia de género, violencia intrafamiliar, derecho a decidir, sexualidad, maternidad. Estos temas son desarrollados en cada uno de los grupos en las comunidades. Una vez al mes vamos a una comunidad, nos reunimos con las mujeres organizadas y los desarrollamos; son tres horas de reflexión cada vez.

Hay 450 mujeres adultas organizadas en los diferentes programas: productivo, de alfabetización, de salud. Y hay 230 jóvenes que son hijas o nietas de las mujeres organizadas. Las primeras chavalas fueron llegando con la madre. Como en la comunidad no hay ninguna actividad [para ellas], esa era una forma de salir de la casa. Pero los temas que dábamos estaban relacionados con la salud y ellas no se sentían muy motivadas, además se cohibían porque estaba la madre. Ahí vimos la importancia de crear un grupo de jóvenes y de acuerdo a sus intereses desarrollamos otros temas. Con ellas se habla de noviazgo, sobre la menstruación, sobre sexualidad, masturbación.

Algunas se han ido organizando en los proyectos productivos y han logrado convencer a los padres que les den su pedazo de tierra y ya tienen su patrimonio a nombre de ellas. Otras sólo están en las reflexiones. Hay también un programa de becas con las que apoyamos a aquellas que tienen dificultades para seguir estudiando.

**Interações:** ¿Cuál es el papel que juega el Centro en el desarrollo de la comunidad?

**M. Pineda:** Es un papel de acompañamiento, al facilitarle a las mujeres instrumentos en el proceso de empoderamiento. Las protagonistas son las mujeres y por

mucho apoyo que nosotras como Centro les damos, sino hay un empoderamiento de ellas, no se hace mucho.

**Interações:** Ese es el trabajo de empoderamiento a nivel micro. A nivel medio, ¿están trabajando en red con otras organizaciones nacionales?

**M. Pineda:** En las que más participamos son, la Red contra la Violencia y la Red de Alfabetización porque son las que están más ligadas al trabajo que hacemos. A niveles departamental y regional también lo hacemos con grupos que están trabajando la producción. El problema es que en el Departamento no hay muchos grupos con las características nuestras, con esa integralidad. También estamos en la Red de Salud. En todos los casos son organizaciones de mujeres que forman parte del movimiento de mujeres.

**Interações:** Tenemos entendido que las alfabetizadoras del Centro van a ser capacitadas a mediano plazo como promotoras de desarrollo local. Por favor cuéntenos acerca del proyecto y de sus objetivos.

**M. Pineda:** El 3 de agosto se inauguró una escuela de formación de lideresas. Esta escuela nace con el objetivo de facilitar instrumentos a las mujeres que les ayuden en el proceso de empoderamiento y [la acompañen en] el salto que han dado al ámbito público. Porque aunque ya han pasado [el proceso] de empoderamiento personal, de involucramiento en la organización, las mujeres están dando un salto al nivel comunitario y están participando en los espacios que antes comunmente estaban en manos de los hombres, como es la responsabilidad del Comité Comarcal, por ejemplo.

Ahora hay un reconocimiento por su trabajo y han salido electas en asambleas para formar parte de esa estructura comunitaria. La idea es que en este [nuevo] espacio que ellas tienen, establezcan relaciones diferentes con los hombres. Ellas mismas lo demandaron porque a nivel de mujeres organizadas y a nivel de trabajar con mujeres se sentían fortalecidas, pero no tenían experiencia en el trabajo en relación con los hombres.

Realmente hay poca experiencia de capacitar a la gente. Ésto vale tanto para hombres como para mujeres. Muchas veces los líderes son manipulados, utilizados ya sea por los partidos políticos o por las alcaldías.

## Desarrollo Local desde el punto de vista de las mujeres de Malpaisillo, Nicaragua

Entrevista concedida a Alicia Rivero por Mayra Pineda, Directora del Departamento de Formación del Centro Xochilt Acalt, Nicaragua.

---

En el ámbito de la Cooperación Internacional el llamado "empoderamiento"<sup>1</sup> de las mujeres se ha convertido en un instrumento de lucha contra la pobreza, toda vez que se ha reconocido que la discriminación de las mujeres no sólo constituye una violación a los derechos humanos<sup>2</sup> sino que también produce altos costos para toda la sociedad al ser un factor que frena el desarrollo social y económico, y el motivo por el cual las mujeres constituyen mayoría entre los pobres<sup>3</sup>.

El empoderamiento de las mujeres de su región es uno de los principales objetivos del centro "Xochilt Acalt" de Malpaisillo (Departamento de León) en Nicaragua. Malpaisillo está compuesto por 42 comunidades urbanas, 38 rurales y cuenta con 40.000 habitantes, de los cuales el 60% son mujeres. Sólo seis comunidades están provistas de agua potable y doce cuentan con equipamientos de atención a la salud. El 66% de la población no tiene acceso al transporte público<sup>4</sup>.

"Xochilt Acalt"<sup>5</sup> fue creado en 1992, en el marco de la caída internacional del precio del algodón que afectó profundamente a la región a la que pertenece. A esta condición de orden macroeconómico se sumó una de orden político-económica local: la reprivatización de los establecimientos de producción estatales tras la caída del régimen sandinista. Ambas condujeron a un altísimo índice de desocupación que afectó (y afecta) principalmente a las mujeres (alrededor del 80%).

Sin embargo hay otros factores entre las causas de subdesarrollo de la región, tales como la falta de tierra, de créditos adecuados, el desconocimiento de la población de cultivos alternativos al algodón, el bajo grado de organización de las cooperativas existentes, el analfabetismo y no por último el extendido "machismo" que dificulta el acceso de las mujeres a la educación y a la organización<sup>6</sup>.

La alfabetización y la capacitación de las mujeres constituyen el eje de trabajo de Xochilt Acalt. Sin embargo el Centro trabaja con un enfoque integral y beneficia directamente a más de 500 mujeres de 18 comunidades de León y Chinandega en el noroeste

del país. En sus cursos se imparten temas de Salud, Planificación Familiar, Educación sexual, Derechos Humanos y de Ciudadanía. El Centro impulsa y apoya técnicamente la producción agrícola ecológica y se ocupa de la legalización de tierras y establecimientos agrícolas a favor de las mujeres, con lo cual fortalece su rol en la comunidad.

Xochilt Acalt se ha transformado desde su fundación en un importante referente para las mujeres de la región y en el año 2000 se hizo acreedor del premio UNIFEM<sup>7</sup> de Alemania otorgado anualmente a proyectos sostenibles de autoayuda de mujeres.

**Interações:** ¿Cuál es en la actualidad el trabajo principal del Centro?

**M. Pineda:** Desde el inicio, el eje principal ha sido el aspecto educativo ya que la capacitación es fundamental en nuestros proyectos porque es la que nos ha ido marcando el proceso de empoderamiento de las mujeres. No puede haber desarrollo si no hay empoderamiento. Ese ha sido el eje central, acompañado de proyectos alternativos para que ellas puedan ir resolviendo sus problemas económicos.

El dinero da poder, pero no sirve de mucho si no se tiene alternativas. Hay proyectos que ayudan a la sobrevivencia, pero sin ese empoderamiento, el dinero sigue siendo controlado por el marido, por el hombre y la mujer sigue en situación de dependencia. Pero si hay un cambio dentro de ella, si ella es la protagonista, la que está produciendo la tierra, la que está involucrándose en todas esas actividades como mujer organizada, es lógico que sea ella la que decida sobre ese dinero.

**Interações:** ¿Dan los cursos de alfabetización con reflexión de género o esa capacitación se da por separado?

**M. Pineda:** Utilizamos la metodología de educación popular de Paulo Freire. En el Colectivo de Mujeres de Matagalpa, otro centro de mujeres, se ha trabajado la alfabetización, se ha hecho una cartilla basada en esa metodología pero con un enfoque femi-



# Entrevista

---

# INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

## Critérios para publicação

---

- Art. 1 - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4 - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional;
- Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional;
- Parágrafo 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento;
- Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5 - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão;
  - II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original;
  - III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico;
  - IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local;
- Art. 6 - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter obrigatoriamente:
    - a) título em português ou espanhol;
    - b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
    - c) resumo em português ou espanhol (máximo de 6 linhas, ou 400 caracteres) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *keywords*, ambos em número de 3, para efeito de indexação do periódico;
    - d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
    - e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
    - f) referências bibliográficas.
  - II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:
    - a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
    - b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação devidamente assinada pelo autor;
    - c) a extensão do texto deverá se situar entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço duplo;
    - d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
    - e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
    - f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
    - g) as citações virão entre aspas, em fonte normal (não itálica).
  - III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em português ou espanhol, e encaminhados em três vias, com texto rigorosamente corrigido e revisado;
  - IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco;
  - V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023);
  - VI - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excecionados em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação;

Art. 7 - Não serão aceitos textos fora das normas estabelecidas, com exceção dos casos previstos no artigo anterior, e os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa, no prazo máximo de três meses.

Art. 8 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 9 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

*In extenso*: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (Soares, 1998, p. 35).  
Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado "avessa ao contato com o ser humano"...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência, assinaturas e permutas:

Universidade Católica Dom Bosco  
Programa de Desenvolvimento Local  
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário  
Caixa Postal 100  
CEP 79117-800 Campo Grande-MS  
Fone: (67) 312-3800  
e-mail: mdlocal1@ucdb.br